



Relatório Integrado do
Banco Central

R I G
2025



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

Sumário

Carta do Presidente, 4

QUEM SOMOS, 6

1 Modelo de negócios e contexto de atuação, 7

1.1 Materialidade – O que foi importante em 2025, 9

2 Governança, estrutura e integridade, 11

2.1 Modelo de governança, 16

2.2 Integridade, 17

3 Plano Estratégico Institucional, 18

3.1 Cadeia de valor e indicadores de gestão, 26

3.2 Plano Plurianual (PPA), 28

4 Riscos, oportunidades e perspectivas, 29

NOSSA FORÇA E NOSSOS RECURSOS, 34

1 Relacionamento, 35

1.1 Atendimento aos cidadãos, 38

1.2 Relacionamento com entidades supervisionadas com foco no cidadão, 41

1.3 Relacionamento com os entes federativos e poderes públicos, 42

1.4 Relacionamento internacional do BC, 43

2 Pessoas e saber-fazer, 46

2.1 Quadro de servidores e remuneração, 47

2.2 Aprendizagem, 49

3 Desenvolvimento tecnológico, 51

4 Recursos orçamentários e financeiros, 53

- 4.1 Orçamento Geral da União (OGU), 53
- 4.2 Orçamento de Receitas e Encargos de Autoridade Monetária (OAM), 56
- 4.3 Outros recursos administrados, 57
- 4.4 Contratações, 58
- 4.5 Custos, 58
- 4.6 Demonstrações Financeiras e Avaliação de Resultados, 59

5 Recursos de infraestrutura e naturais, 62

- 5.1 Ações para redução do consumo de recursos naturais, 62
- 5.2 Emissão e distribuição de cédulas e moedas, 64

NOSSOS RESULTADOS, 66

1 Estabilidade do poder de compra da moeda, 69

2 Estabilidade financeira nacional, 75

- 2.1 Resiliência cibernética, 79

3 Agenda BC#, 89

- 3.1 Inclusão, 89
- 3.2 Competitividade, 95
- 3.3 Transparência, 109
- 3.4 Educação, 114
- 3.5 Sustentabilidade, 116
- 3.6 Excelência, 124

4 Outros resultados, 126

- 4.1 Projetos e programas corporativos, 126
- 4.2 Incremento da segurança da informação e posto de controle, 126
- 4.3 Celebração dos 60 anos do BC, 126
- 4.4 Premiações recebidas em 2025, 127

Em 2025, o Banco Central do Brasil (BC) reforçou sua importância na manutenção da estabilidade macroeconômica, por meio da condução da política monetária e da mitigação de riscos do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Esse ano também foi marcado por forte volatilidade internacional, incertezas econômicas e tensões geopolíticas, com reflexos no Brasil, que registrou crescimento moderado na economia. Diante desse cenário, a política monetária manteve-se restritiva ao longo do ano, refletindo preocupações com o ambiente externo, a resiliência do mercado de trabalho e a dinâmica inflacionária. A condução cautelosa e firme da política monetária contribuiu para o processo, ainda em curso, de convergência da inflação à meta.

A atividade econômica apresentou perda gradual de fôlego em 2025, com expansão sustentada sobretudo pela agropecuária e desaceleração em outros setores. Esse contexto reforçou a relevância do BC na coordenação da política monetária, na comunicação transparente e no compromisso com a estabilidade de preços.

O avanço da digitalização do SFN e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) trouxe novos desafios à segurança cibernética e à resiliência operacional. Em 2025, houve aumento expressivo de ataques do crime organizado a instituições financeiras e de pagamentos, o que demandou do

BC a adoção de medidas emergenciais para contenção do risco imediato. Além disso, o BC fortaleceu controles tecnológicos e ações de prevenção e resposta a incidentes cibernéticos, preservando a confiança no sistema financeiro.

O monitoramento do SFN ao longo do ano mostrou elevados níveis de solidez, capitalização e liquidez, indicando capacidade de enfrentar choques macroeconômicos simulados, a despeito de alguns incidentes que foram endereçados sem causar efeitos sistêmicos. A atuação prudencial e de conduta, apoiada por tecnologias e análises prospectivas, foi essencial para manter a estabilidade financeira em um ambiente mais complexo e diversificado. Medidas estruturais foram tomadas visando à manutenção da estabilidade financeira.

O BC também manteve atuação firme na supervisão das instituições financeiras, o que contribuiu para que o sistema se mantivesse estável, mesmo com o aumento do número e da complexidade das entidades supervisionadas. As ações de fiscalização e de correção de irregularidades garantiram a proteção aos usuários e o fortalecimento da estabilidade, da integridade, da eficiência e da governança no sistema financeiro. A decretação de regime especial em instituições do conglomerado Banco Master gerou grande repercussão na mídia, apesar de seu pequeno porte no SFN. A decretação do regime foi motivada pela grave crise

de liquidez das instituições e pelo comprometimento significativo da sua situação econômico-financeira, bem como por graves violações às normas que regem a atividade das instituições integrantes do SFN. Salienta-se que a governança do BC funcionou de forma adequada, tomando as medidas administrativas cabíveis e comunicando os indícios de crime às esferas competentes.

Para o ciclo estratégico 2026-2029, o BC propõe priorizar as estabilidades monetária e financeira, disponibilizar serviços financeiros mais acessíveis e seguros, promover a transparência e a comunicação, e fortalecer autonomia, inclusão e diversidade, preparando a Instituição para as transformações sociais e tecnológicas.

O presente Relatório Integrado do BC (RIG) é parte da prestação de contas de 2025 aos cidadãos e está estruturado em três capítulos. O capítulo “Quem Somos” apresenta o que é o BC, o que ele faz, em que contexto atua, seu modelo de negócios, governança e estratégia. O capítulo “Nossa Força e Nossos Recursos” apresenta, de forma sucinta, os diversos recursos de que o BC dispõe para o cumprimento de sua missão: pessoas, rede de relacionamentos institucionais, recursos tecnológicos, financeiros, de infraestrutura e naturais. O capítulo “Nossos Resultados” apresenta os principais resultados alcançados e os benefícios que esses resultados produziram para a sociedade brasileira.

Ao reunir informações institucionais, financeiras e econômicas, o documento evidencia como a atuação do BC contribui diretamente para a estabilidade do país, convidando o leitor a compreender melhor o papel estratégico da Instituição no desenvolvimento econômico e no bem-estar da sociedade brasileira.

Por fim, asseguro a integridade deste relatório, elaborado com a participação das diversas áreas do BC, aprovado pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles (GRC), nos termos do Voto 179/2026-GRC, de 24 de março de 2026, e disponibilizado à sociedade e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Boa leitura!



Gabriel Galípolo
Presidente



QUEM SOMOS

1 Modelo de negócios e contexto de atuação

O BC é uma autarquia federal de natureza especial e autônoma criada pela **Lei 4.595, de 24 de fevereiro de 1964**, com autonomia estabelecida pela **Lei Complementar 179, de 31 de dezembro de 2021**. Ele existe para manter a economia equilibrada, proteger o dinheiro das pessoas, garantir que as instituições financeiras funcionem bem e contribuir para a qualidade de vida da sociedade. Isso significa:

- » controlar a inflação para que o dinheiro não perca valor com o tempo. Exemplo: que com R\$100,00 hoje as pessoas não passem a comprar muito menos no futuro do que comprem hoje;
- » cuidar para que o sistema financeiro seja seguro, opere de forma adequada e ofereça bons serviços e produtos; e
- » tomar decisões que ajudem a economia a crescer de forma saudável, favorecendo empregos, investimentos e melhores condições de vida para a população.

O modelo de negócios do BC apresenta informações sistematizadas sobre as pessoas que trabalham na Instituição (servidores e colaboradores terceirizados), sobre os relacionamentos que cultiva, sobre os recursos de que dispõe, sobre os principais processos de trabalho, e sobre os principais resultados quantitativos e benefícios gerados para a sociedade.

Nosso Modelo de Negócios



PROCESSOS – 1º NÍVEL DA CADEIA DE VALOR

Formulação de diretrizes, organização, fiscalização e resolução no âmbito do SFN

Formulação e execução das diretrizes do SPB e do meio circulante

Formulação e execução das políticas monetária, de crédito, cambial e das reservas internacionais

Relacionamento institucional no país e no exterior

Processos de gestão e suporte organizacional

INFLAÇÃO
4,26% IPCA

OPEN FINANCE
96,6 milhões de clientes atendidos
700 instituições participantes

CIDADANIA FINANCEIRA
48,3 mil participantes em palestras, cursos e oficinas

PIX – USUÁRIOS
172 milhões de pessoas
22,2 milhões de organizações
920 milhões de chaves registradas

BUREAU DE CRÉDITO RURAL
842 autorizações no CACR

70,1 de favorabilidade do clima organizacional

NOSSOS RESULTADOS

SFN SÓLIDO
99,90% nível de enquadramento às exigências de capitalização

722 ações de supervisão
1.879 instituições alcançadas

SUSTENTABILIDADE DO SFN
100% de redução de resíduos no meio circulante

RELACIONAMENTO EXTERNO
76 milhões de alcances do nosso conteúdo nas mídias sociais
5,6 milhões de visualizações do Portal Brasileiro de Dados Abertos
3.474 atendimentos à imprensa
11 consultas públicas realizadas
50.970 atendimentos feitos junto aos Poderes
67 audiências públicas no Congresso Nacional
1.059 interações com contrapartes internacionais

COOPERATIVAS DE CRÉDITO
20,1 milhões de associados (set/2025)

VALORES A RECEBER
R\$13,3 bilhões de valores devolvidos (dez/2025)
37 milhões de beneficiários (dez/2025)

MEIOS DE PAGAMENTO
99,98% de disponibilidade de sistemas críticos

R\$4,6 bilhões de recursos do OGU
R\$1,1 bilhão de recursos do OAM



NOSSA FORÇA E NOSSOS RECURSOS

3.172 servidores
2.829 colaboradores
2.090 pós-graduados
1.880 ações de aprendizagem

IMPACTOS

Estabilidade econômica

Estabilidade financeira

Inclusão financeira

Competitividade do SFN

Sustentabilidade do SFN

Transparência do BC e do mercado

Educação financeira

Excelência do BC

Referência dez/2025

1.1 MATERIALIDADE – O QUE FOI IMPORTANTE EM 2025

A materialidade evidencia o que de fato importa, apresentando informações úteis, claras e relevantes para a sociedade. Por isso, o RIG trata de temas que influenciam diretamente a capacidade do BC de gerar benefícios para a sociedade.

O processo de definição do que é reportado neste RIG contempla diversas fases e fontes:

- » as decisões da Diretoria Colegiada por meio de votos e comunicações;
- » as apresentações da Alta Administração em eventos;
- » as ações estratégicas que compõem a Agenda Estratégica do BC;
- » as ações que geram valor para a sociedade divulgadas nas mídias sociais; e
- » os pedidos de informações feitos pelos cidadãos.

A partir desses insumos, os principais temas que foram importantes na atuação do BC são selecionados e inseridos no RIG de acordo com o potencial impacto na sociedade, conforme imagem a seguir.



Controle da inflação

Estabilidade do SFN



#Competitividade

- Pix
- Open Finance
- Drex
- Resiliência cibernética
- Ativos financeiros

#Sustentabilidade

- Responsabilidade socioambiental do BC
- Regulação e supervisão de riscos sociais, ambientais e climáticos do SFN
- Bureau de Crédito Rural

#Inclusão

- Cooperativismo de crédito
- Simplificação cambial e de capitais internacionais

#Educação

- Aprender Valor
- Cidadania Financeira

#Transparência

- Cidadania digital
- Participação social
- Transparência da política monetária

#Excelência

- Fortalecimento institucional
- Gestão integrada de riscos
- Planejamento estratégico

O BC é administrado pela Diretoria Colegiada, composta por presidente e oito diretores. Os nomes dos dirigentes são indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. Os mandatos do presidente e dos diretores do BC têm duração de quatro anos. A cada ano, dois diretores assumem seus cargos, garantindo alternância no início dos mandatos. O presidente e os diretores podem ser reconduzidos uma vez. O Presidente do BC representa a Autarquia no país e no exterior ao se relacionar com instituições financeiras estrangeiras e organismos internacionais.

2 Governança, estrutura e integridade



Nota: composição da Diretoria Colegiada em 31 de dezembro de 2025.

As principais decisões do BC são tomadas em colegiados corporativos formados por representantes de suas diversas áreas. O presidente e os diretores da Instituição compõem os seguintes comitês deliberativos:

- » o **Comitê de Política Monetária (Copom)**, que define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia – a Selic;
- » o **Comitê de Estabilidade Financeira (Comef)**, que estabelece diretrizes para a manutenção da estabilidade financeira e a prevenção da materialização do risco sistêmico – ou seja, o risco de ocorrência de interrupção de serviços financeiros essenciais às famílias e às empresas, que prejudique significativamente a economia brasileira;
- » o **Comitê de Governança, Riscos e Controles (GRC)**, que define diretrizes relativas à governança corporativa, à gestão estratégica e à gestão de riscos e controles internos; e
- » o **Comitê de Administração (Coad)**, que define diretrizes e estratégias relativas aos temas relevantes para a administração interna.

O **Coad** delibera e define diretrizes e estratégias relativas a:



gestão de
pessoas



organização

gestão de recursos
materiais



gestão contábil,
orçamentária e financeira



segurança
institucional



tecnologia da informação
e segurança cibernética



O **GRC** define diretrizes e
monitora atividades
relacionadas à:



governança
corporativa



gestão
estratégica



gestão de riscos e
controles internos

O **Comef** busca preservar a
estabilidade financeira e
mitigar o risco sistêmico.



* Caso verifique qualquer
indício de problema
que impacte o sistema,
o Comef determina estudos e
recomenda novas normas.



O comitê é vigilante
para garantir o “sono”
dos consumidores de
serviços financeiros,
dos investidores, dos
trabalhadores e das
empresas.



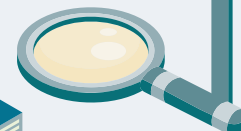
Informações
sobre a solidez e a
eficiência do SFN



Dados da
economia



Cenário
internacional



As unidades administrativas são subordinadas ao presidente e aos diretores, e realizam as atividades intrínsecas a cada **área de competência**. O BC está presente em dez cidades: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. O organograma está disponível [aqui](#).

As instâncias internas de apoio à governança são a Secretaria-Executiva – composta pela Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico (Segov) e pela Secretaria da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional (Sucon) –, a Ouvidoria, a Auditoria Interna, a Procuradoria-Geral e a Corregedoria.

A estrutura de governança do BC é complementada por atores externos que contribuem, orientam e fiscalizam as práticas da Instituição. Tais atores são representados pela própria sociedade e por órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O BC também compartilha experiências, adota as melhores práticas e segue recomendações de governança de vários organismos internacionais, com destaque para o Banco de Compensações Internacionais (BIS), o Grupo dos 20 (G20), o Conselho de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board – FSB), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Grupo de Ação Financeira (Gafi) e a Network for Greening the Financial System (NGFS).

Governança

Principais Atores Externos



Principais Fóruns e Organismos Internacionais



Principais Atores Internos



Gestão

Gestão Tática



Gestão Operacional



Diretoria Colegiada
Comitês: Copom,
Comef, GRC e Coad



2.1 MODELO DE GOVERNANÇA

O modelo de governança do BC representa o desejável equilíbrio entre a conformidade e o desempenho, sustentado por seis pilares: autonomia, liderança, estratégia, *accountability*, integridade e transparência.

A governança do BC segue as recomendações de órgãos federais de controle, de códigos de governança e de organismos internacionais, e adota, sempre que possível, as boas práticas seguidas por outros bancos centrais.

As diretrizes e as ações relacionadas à governança encontram-se formalizadas de maneira descentralizada em diversos normativos e documentos internos, tais como:

- » **Política de Governança da Informação;**
- » **Política de Segurança da Informação;**
- » **Política de Transparência;**
- » **Política de Auditoria Interna;**
- » **Política de Gestão Integrada de Riscos (PGR-BC);**
- » **Política de Controles Internos da Gestão;**

- » **Política de Conformidade;**
- » **Política de Diversidade, Equidade e Inclusão;**
- » **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI); e**
- » **Plano Estratégico Institucional (PEI-BC).**

Conformidade e controles internos da gestão

O gerenciamento de conformidade tem como objetivo assegurar que as atividades realizadas no BC estejam alinhadas ao ordenamento normativo aplicável à Instituição, incluindo normas, padrões e procedimentos. Esse processo abrange a gestão do inventário de obrigações, a coordenação das avaliações de conformidade e a administração de incidentes, contribuindo para a identificação de vulnerabilidades e para o planejamento e monitoramento de ações corretivas. Em 2025, destacaram-se as seguintes iniciativas:

- » coordenação de avaliações de conformidade com foco em obrigações de segurança da informação, iniciada em julho de 2025 e com conclusão prevista para junho de 2026;
- » condução de pesquisa sobre a função de conformidade em bancos centrais, respondida por mais de quarenta instituições ao redor do mundo; e

- » implantação do processo de gestão de incidentes de conformidade, que possibilita o registro, a classificação e o tratamento de descumprimentos normativos confirmados ou suspeitos. **Saiba mais.**

O processo de gerenciamento dos controles internos da gestão tem como objetivos principais mitigar riscos e garantir o cumprimento das obrigações. Ele utiliza como insumos os riscos e as obrigações identificados e classificados como críticos nos processos de gestão de riscos corporativos e de conformidade. Além disso, contempla o planejamento e monitoramento de ações voltadas à melhoria contínua dos controles.

2.2 INTEGRIDADE

Elevados padrões de conduta e de promoção da integridade fazem parte do dia a dia do BC. Esse compromisso se manifesta em diversas frentes: o **Programa de Integridade**, a adoção de **código de conduta** próprio, as iniciativas de transparência ativa e de acesso à informação, o tratamento de denúncias, os procedimentos de responsabilização e as práticas de integridade em processos de licitação e contratação.

Lançado em 2018, o Programa de Integridade do BC reúne um conjunto estruturado de medidas voltadas para a adesão a valores, princípios e normas de conduta ética e disciplinar. O programa também atua na prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes, protegendo a Instituição e a sociedade.

O **Plano de Integridade para o biênio 2024-2025** tem como propósito desenvolver as ações do Programa durante esse período, considerando os riscos para integridade identificados no âmbito da gestão integrada de riscos do BC.

Em 2025, o BC passou a contribuir com quatro ações para o Plano Nacional de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027 do governo federal. Entre as iniciativas realizadas, destaca-se a revisão da **Política de Transparência do BC**, que reafirma o compromisso da Instituição com a promoção da transparência no setor público brasileiro.

Comissão de Ética

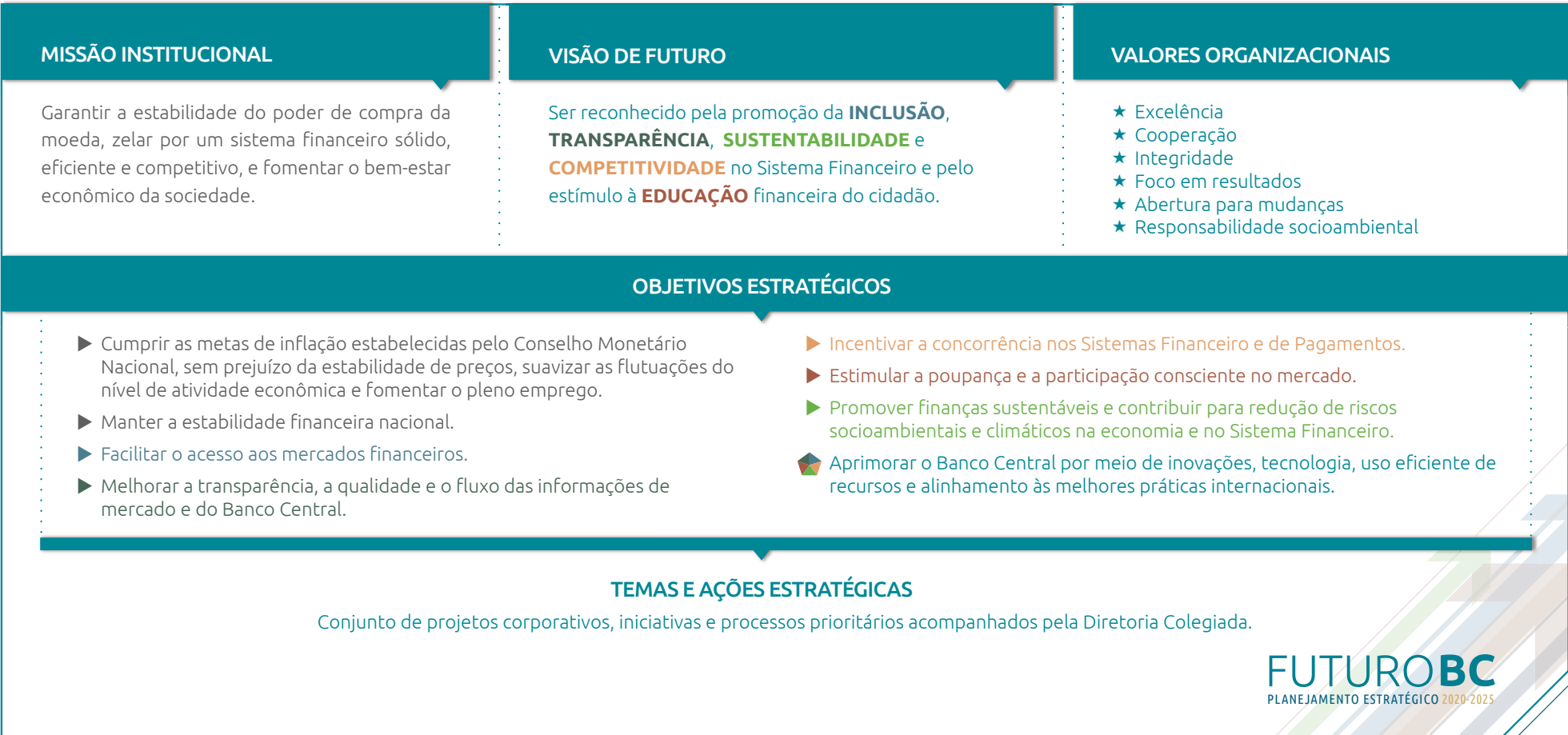
Criada em 2002, a **Comissão de Ética do Banco Central do Brasil (CEBCB)** tem o papel de orientar os servidores do BC quanto a questões de ética profissional e de julgar possíveis desvios dessa natureza.

A partir de dezembro de 2024, por força da **Resolução BCB 442, de 9 de dezembro de 2024**, a CEBCB passou a centralizar a autorização para participação de servidor em evento externo, com despesas de hospitalidade custeadas por ente privado. Considera-se hospitalidade a oferta de serviço ou o custeio de despesa com transporte, alimentação, hospedagem, curso, seminário, congresso, evento, feira ou atividade de entretenimento para servidor do BC no interesse institucional.

O procedimento estabelece parâmetros detalhados para avaliação da viabilidade da aceitação da hospitalidade à luz do interesse institucional, considerando eventuais riscos à integridade e à imagem do BC.

O BC executa e acompanha atualmente o **Plano Estratégico Institucional (PEI-BC)**, originalmente elaborado para o período de 2020 a 2023. Em 2023, o ciclo estratégico foi prorrogado até 2025, com o objetivo de alinhar o PEI-BC aos mandatos da presidência da Autarquia.

Mapa estratégico 2020-2025



As ações estratégicas são acompanhadas mensalmente, e os resultados são monitorados trimestralmente. Periodicamente, o GRC se reúne para avaliação das ações estratégicas e identificação da necessidade de planejamento de novas ações. Em 2025, ações foram concluídas, incluídas ou tiveram seus planos de execução atualizados, em processo dinâmico de planejamento e monitoramento estratégico. Os respectivos desenvolvimentos dessas ações são apresentados no capítulo “Nossos Resultados” deste relatório.

Ao final do ciclo 2020-2025, 78% das ações desdobradas dos Objetivos Estratégicos (OE) foram concluídas: o PEI contou com 117 ações planejadas, 91 concluídas e 26 reprogramadas para o período de 2026-2028.

As entregas estão associadas aos oito OE, que tratam do cumprimento da missão do BC e das seis dimensões temáticas da Agenda BC#: Inclusão, Competitividade, Transparência, Educação, Sustentabilidade e Excelência.

A Agenda BC# teve como objetivo modernizar e democratizar o SFN, com foco no crescimento sustentável. As iniciativas executadas no ciclo 2020-2025 proporcionaram o alcance de relevantes propósitos, como a facilitação do acesso aos serviços financeiros, com a simplificação de procedimentos e a redução de barreiras para novos participantes. Além disso, incentivou-se a concorrência, com estímulos à digitalização, à redução de custos e ao aumento da qualidade dos serviços.

Nos últimos cinco anos, o acesso às informações do BC e do mercado foi aprimorado, fortalecendo a comunicação e reduzindo as assimetrias informacionais com a sociedade, que também pôde exercer sua cidadania financeira de maneira mais ampla.

O BC promoveu, ainda, as finanças sustentáveis e a gestão de riscos socioambientais e climáticos, que afetam preços e estabilidade financeira. Para que essas ações fossem possíveis, foi fundamental fortalecer processos institucionais e de gestão de pessoas.

Resumidamente, durante o ciclo de 2020 a 2025, estas foram as entregas a destacar:

OE 1 – Estabilidade Político-Monetária

- » Aperfeiçoamento do arcabouço de análise e projeções que subsidiam as decisões de política monetária.
- » Produção e divulgação da pesquisa Firmus.

OE 2 – Estabilidade SFN

- » Desenvolvimento de aplicações em Processamento de Linguagem Natural para supervisão.
- » Aprimoramento da regulação prudencial aplicável aos conglomerados prudenciais.

» Alterações normativas relativas a risco país e risco de transferência em alinhamento às recomendações do Financial Sector Assessment Program (FSAP).

» Regulação Prudencial de conglomerados liderados por Instituições de Pagamento (IPs).

» Implementação das Reformas de Basileia III – Risco de Crédito e Risco Operacional.

» Aprimoramento do processo de supervisão de Cooperativas de Crédito – auditoria e governança.

OE 3 – Inclusão

- » Revisão do marco regulatório do microcrédito.
- » Aperfeiçoamentos das *fintechs* de crédito.
- » Modernização da legislação do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.
- » Modernização da legislação do câmbio e dos capitais internacionais.

OE 4 – Transparência

- » Intensificação do uso de mídias sociais e de publicidade (WhatsApp e Telegram).
- » Disseminação da pesquisa do BC em economia e finanças.
- » Aprimoramento do sistema de metas de inflação.
- » Aperfeiçoamento da comunicação do BC relacionada à política monetária.
- » Implementação da Cidadania Digital (Chatbot do BC; Página Meu BC; Sistema de Valores a Receber; BC PROTEGE+).

OE 5 – Competitividade

- » Lançamento do Pix e implementação da sua agenda evolutiva.
- » Implementação do Sistema Financeiro Aberto (Open Finance).
- » Desenvolvimento de estudos da Moeda digital do BC – Drex.
- » Digitalização de Títulos de Crédito.
- » Implementação do Sandbox Regulatório.

- » Modernização do arcabouço da alienação fiduciária e da hipoteca – garantias.
- » Fortalecimento da resiliência cibernética e tecnológica das entidades supervisionadas.
- » Aperfeiçoamento da Gestão das Reservas Internacionais.
- » Desenvolvimento de instrumentos de atuação cambial.
- » Lançamento e aprimoramento das Linhas Financeiras de Liquidez – LFL.
- » Redução estrutural dos recolhimentos compulsórios.
- » Alinhamento das taxas referenciais do mercado financeiro – princípio IOSCO.

OE 6 – Educação

- » Implementação do Projeto Aprender Valor.
- » Proposição de soluções financeiras para o público de baixa renda (informações na fatura do cartão de crédito).
- » Proposição de métricas para o endividamento de risco, de Índice de Saúde Financeira do Brasileiro e conteúdo de apoio ao superendividado.
- » Realização da Semana Nacional de Educação Financeira.

OE 7 – Sustentabilidade

- » Revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental do BC pelo Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática Organizacional.
- » Redução do impacto ambiental nos processos de meio circulante.
- » Desenvolvimento de relatório de riscos socioambientais do BC.
- » Aprimoramento da divulgação de informações por Instituições Financeiras (IFs) – Relatório GRSAC.
- » Criação do *Bureau* de Crédito Rural.
- » Construção de testes de estresse para riscos climáticos.
- » Estruturação da captura de informações de riscos sociais, ambientais e climáticos.
- » Entrada do BC para o *Network for Greening the Financial System* (NGFS).

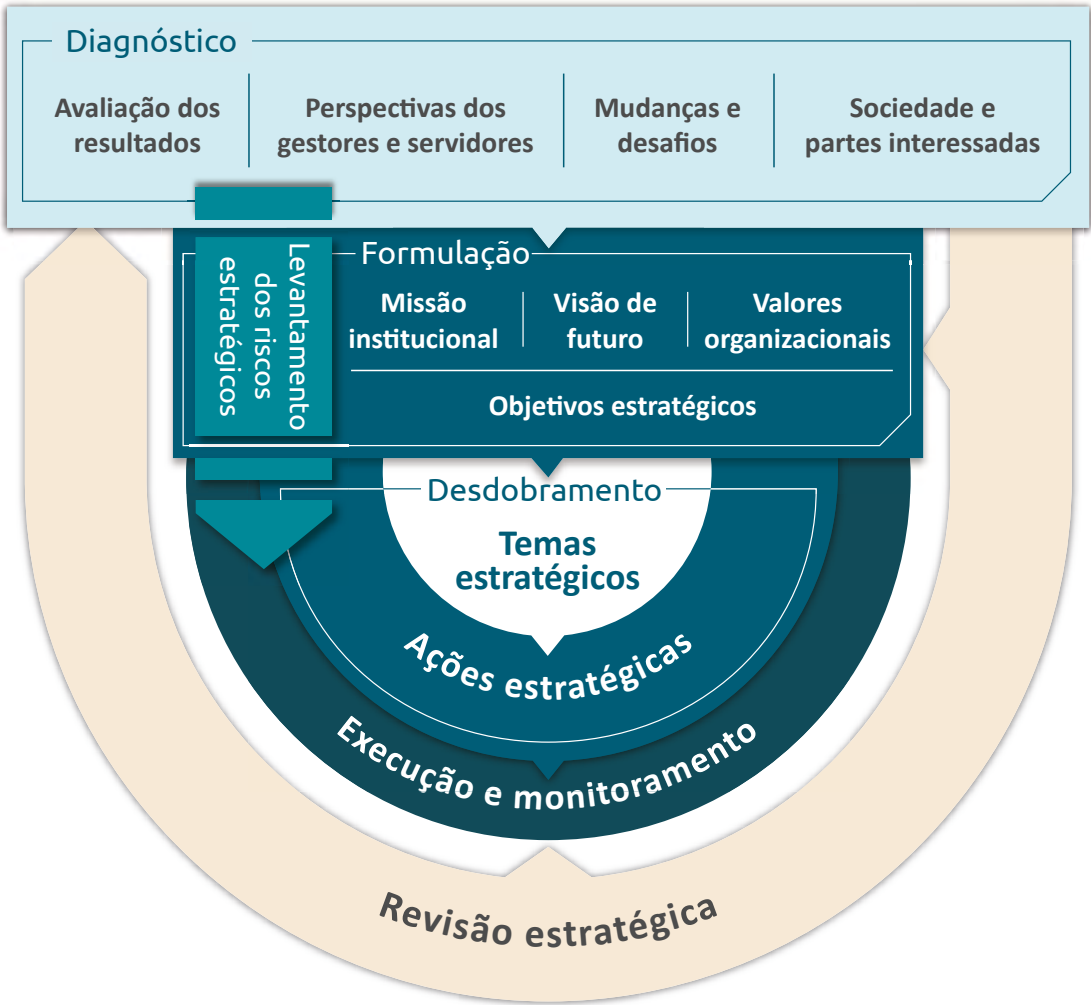
OE 8 – Excelência

- » Implantação do Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão.
- » Realização dos ciclos 2023-2025 do Programa de Bem-Estar.
- » Reposição parcial da Força de Trabalho do BC.
- » Aprimoramento da gestão integrada de riscos e estimação de *buffers* para o balanço do BC.

Planejamento estratégico 2026-2029

Em 2025, o BC iniciou o processo de **Planejamento Estratégico** para o próximo ciclo de quatro anos (2026 a 2029). Primeiro, concluiu-se o Diagnóstico Estratégico Institucional, com o levantamento dos desafios e dos riscos estratégicos a serem enfrentados pela Instituição. Membros da Diretoria Colegiada, gestores e servidores de todas as regionais e de Brasília participaram dessa etapa.

Depois, o processo avançou para a fase de Formulação das Orientações Estratégicas, revisitando a missão institucional, a visão de futuro, os valores organizacionais e os objetivos estratégicos. Os ciclos de planejamento percorrem as etapas ilustradas na figura:



O Compromisso com a Estabilidade sintetiza a missão organizacional do BC, que ganhou nova redação para o ciclo 2026-2029: garantir estabilidade de preços, zelar por um sistema financeiro sólido e eficiente, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

Como visão de futuro, o BC opera para ser reconhecido pela excelência e pela atuação autônoma no controle de inflação; pela promoção da solidez, resiliência, disciplina e eficiência do SFN; e pelo estímulo à cidadania financeira. Essa visão evidencia o olhar para além do horizonte imediato e promove sua antecipação aos desafios tecnológicos e sociais, permitindo que as entregas à sociedade sejam cada vez mais ágeis e seguras.

Para alcançar os objetivos traçados, o BC dividiu sua atuação em cinco frentes principais:

- » **Fortalecer a efetividade da transmissão da política monetária** – Tornar os instrumentos mais potentes e eficientes para assegurar a estabilidade de preços e melhorar a comunicação da política monetária.
- » **Garantir a solidez do sistema financeiro** – Priorizar a segurança do sistema financeiro e a resiliência das instituições, especialmente diante do aumento de fraudes, golpes e ataques cibernéticos.

» **Aumentar a eficiência do sistema financeiro e das infraestruturas digitais públicas** – Expandir e aperfeiçoar plataformas como Pix, Open Finance, desenvolver o Drex e a tokenização de ativos, promovendo inclusão financeira e acesso a serviços adequados.

» **Aperfeiçoar a comunicação institucional** – Aperfeiçoar a comunicação ampla e efetiva do BC com seus diferentes públicos para fortalecer relacionamentos, reconhecimento e inserção internacional.

» **Promover o fortalecimento institucional com inovação, excelência, diversidade e sustentabilidade** – Garantir recursos orçamentários, financeiros e administrativos, além de aprimorar o arcabouço institucional para cumprimento de sua missão. Incorporar práticas sustentáveis e promover diversidade, dando condições para que o corpo técnico continue entregando produtos e serviços de primeira qualidade ao Brasil.

Relativamente aos valores organizacionais do BC para o novo ciclo estratégico, reafirmaram-se princípios essenciais e incorporaram-se novas perspectivas para fortalecer a atuação institucional. Valores como Integridade, Excelência, Foco em Resultados, Cooperação e Abertura para Mudanças foram mantidos, mas ganharam descrições mais robustas e contemporâneas. Elementos como governança sólida, gestão de riscos e segurança, além de resiliência e inovação com propósito, ganharam destaque nas descrições desses valores. Essas atualizações refletem o compromisso do BC em alinhar sua cultura aos desafios atuais, sem perder a essência que sustenta sua credibilidade e eficiência.

Além das melhorias nos valores existentes, a revisão trouxe mudanças significativas que ampliam o escopo da cultura institucional. O antigo valor de Responsabilidade Socioambiental evoluiu para Sustentabilidade e Diversidade, incorporando princípios de inclusão, equidade e consideração dos impactos sociais e ambientais nas decisões estratégicas. Também foi introduzido o valor Empatia, reforçando a importância do diálogo contínuo, do respeito e da compreensão de diferentes perspectivas nas relações institucionais. Essas inovações demonstram a preocupação do BC em promover um ambiente mais colaborativo, diverso e orientado para um futuro sustentável, alinhando-se às expectativas da sociedade e às melhores práticas globais.

Cada valor traz uma descrição, que pode ser vista no seguinte quadro:

Valor 2026-2029	Descrição
Integridade	Integridade está no nosso DNA! Temos compromisso com a missão e o propósito do BC e mantemos coerência entre nosso discurso e nossa prática. Agimos com ética, transparência e imparcialidade , por meio de uma governança sólida.
Excelência	Excelência é a nossa cara! Aplicamos conhecimento de vanguarda e oferecemos serviços de padrão internacional, melhorando continuamente nossos processos, avaliando riscos e garantindo segurança em nossa atuação. Reconhecemos o talento e o esforço dos servidores.
Foco em resultados	Aqui, desafios viram resultados! Priorizamos procedimentos e soluções que geram impacto real e positivo, entregando a missão do BC para a sociedade, com uso racional dos recursos. Temos resiliência para manter o foco no que é prioritário, tempestivo e efetivo .
Cooperação	Formamos um único BC! Movemo-nos por propósitos comuns e buscamos construir parcerias e relações, dentro e fora do BC, em que o engajamento e o espírito coletivo nos ajudam a alcançar nossos objetivos.
Abertura para mudanças	Inovamos com método e propósito! Incentivamos o uso responsável de novas tecnologias e o desenvolvimento contínuo de competências profissionais, com vistas a liderar a inovação em nossos campos de atuação, sempre em busca de entregas efetivas para a sociedade.
Sustentabilidade e Diversidade	Um futuro sustentável e justo é nosso compromisso! Promovemos finanças responsáveis, inclusão e equidade , respeitando as pessoas em sua diversidade. Consideramos os impactos sociais e ambientais em nossas decisões estratégicas e cotidianas.
Empatia	Mantemos relações positivas! Atuamos com postura respeitosa e compreendemos as perspectivas e necessidades de todos. Buscamos o diálogo contínuo, valorizando a autonomia de opiniões, para o fortalecimento da confiança mútua.

A seguir, é possível ver o novo mapa estratégico para o ciclo de 2026 a 2029, com as novas diretrizes estratégicas:

Plano Estratégico Institucional – PEI-BCB 2026-2029

MISSÃO INSTITUCIONAL

Garantir a estabilidade de preços, zelar por um sistema financeiro sólido e eficiente, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecido pela excelência e atuação autônoma para assegurar o controle de inflação, promover a solidez, a resiliência, a disciplina e a eficiência do SFN, além de estimular a cidadania financeira.

VALORES ORGANIZACIONAIS

- Integridade
- Excelência
- Foco em resultados
- Cooperação
- Abertura para mudanças
- Sustentabilidade e diversidade
- Empatia

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Fortalecer a efetividade da transmissão da política monetária para assegurar a estabilidade de preços.
- Aprimorar a regulação e reforçar a supervisão para promover a solidez, a segurança, a resiliência, a disciplina e a sustentabilidade do sistema financeiro.
- Aumentar a eficiência do sistema financeiro e das infraestruturas digitais públicas para promover bem-estar econômico e acesso a serviços financeiros adequados.
- Aperfeiçoar a comunicação para fortalecer os relacionamentos, o reconhecimento e a inserção internacional da Instituição.
- Promover o fortalecimento institucional, com inovação, excelência, diversidade e sustentabilidade, para assegurar a capacidade de entregar resultados relevantes à sociedade.

TEMAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS*

Conjunto de projetos corporativos, iniciativas e processos prioritários acompanhados pela Diretoria Colegiada.

*No 1º semestre de 2026, serão definidos os temas estratégicos desdobrados a partir de cada objetivo estratégico e planejadas as ações estratégicas alinhadas a esses temas.

3.1 CADEIA DE VALOR E INDICADORES DE GESTÃO

A cadeia de valor ilustra como as atividades realizadas no BC se agrupam e se conectam para o cumprimento de sua missão. Os processos são agrupados em níveis: o primeiro oferece uma visão geral e transversal do que o BC faz, e os níveis seguintes detalham melhor cada processo. Os macroprodutos são as entregas de valor público para a sociedade.

Na prática, a cadeia de valor ajuda a entender como o BC transforma recursos e esforços em resultados concretos para a sociedade, garantindo transparência e eficiência.

Macroprodutos e Processos de 1º Nível



Os resultados associados aos macroprodutos do BC são monitorados por meio de indicadores de gestão.

O GRC monitora periodicamente a evolução desses indicadores, que são revisados anualmente para refletir as mudanças na atuação do BC e a representação equilibrada em relação à cadeia de valor.



3.2 PLANO PLURIANUAL (PPA)

O PEI-BC está alinhado ao **Plano Plurianual (PPA) 2024-2027** por meio do programa finalístico **4103 – Sistema Financeiro do Futuro**. O objetivo desse programa é “Fomentar a eficiência e a transformação digital dos sistemas financeiro e de pagamentos, contribuindo para a maior inclusão financeira de cidadãos e de empresas e para o incentivo às finanças sustentáveis”.

O programa Sistema Financeiro do Futuro abrange três objetivos específicos:

- » promover a transformação digital e a competição para ampliar o acesso a transações e serviços financeiros e de pagamentos;
- » aprimorar a resiliência operacional do SFN, promovendo ações para fortalecimento da gestão da resiliência cibernética nas entidades supervisionadas; e
- » ampliar o alcance da população, em especial do público escolar, a conteúdos de educação financeira, história dos instrumentos de pagamentos, conceitos básicos de economia e de sustentabilidade.

No capítulo “Nossos Resultados”, as ações realizadas no âmbito do PPA 2024-2027 são apresentadas de forma mais detalhada.

4 Riscos, oportunidades e perspectivas

A **gestão de riscos do BC** adota uma abordagem integrada que busca avaliar a exposição da Instituição de forma abrangente, considerando os diferentes tipos de riscos incorridos e a interação entre eles. Ela funciona em duas frentes: riscos financeiros e riscos organizacionais. A gestão dos riscos financeiros utiliza modelos quantitativos que focam nos ativos e nos passivos que compõem o balanço do BC. Isso engloba os riscos de mercado, de liquidez e de crédito.

A gestão dos riscos organizacionais refere-se aos riscos estratégicos e aos riscos operacionais. Os riscos estratégicos correspondem à avaliação da incerteza relativa aos potenciais eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento da missão institucional do BC ou o alcance de seus objetivos estratégicos. Já os riscos operacionais dizem respeito, por exemplo, à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos envolvendo pessoas ou sistemas. Entre os tipos de riscos organizacionais, destacam-se os riscos à integridade, que são eventos potenciais relacionados a desvios éticos e de conduta. Esses eventos podem comprometer o alcance dos objetivos de negócio da Instituição, seus valores e sua imagem.

Ao longo de 2025, permaneceu entre os principais riscos estratégicos o de inflação acima da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Esse risco está diretamente relacionado ao cumprimento da missão do BC de

assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda. Para mitigá-lo, o BC manteve o entendimento de que uma comunicação clara e transparente é fundamental para que a política monetária atinja seus objetivos de maneira eficiente e com o menor custo possível para a sociedade.

O BC aprimorou a difusão de informações sobre indicadores de atividade econômica e inflação ao público. Também avançou na incorporação de informações do setor não financeiro em suas análises e subsídios ao Copom por meio da pesquisa Firmus. Além disso, continuou a publicar regularmente avaliações sobre os fatores econômicos que determinam a trajetória da inflação e sobre os riscos que possam impactá-la.

O ano de 2025 também foi marcado por incertezas na economia global. Essas incertezas foram provocadas por questões geopolíticas e por disputas tarifárias que impuseram obstáculos ao comércio mundial. Houve ainda questões de política doméstica em economias centrais, com reflexos macroeconômicos significativos. Contribuíram também para esse cenário o aumento da percepção de risco fiscal global, com impactos em classificações de crédito, inclusive dos EUA, e debates sobre política econômica. Além disso, frequentes negociações de política comercial alteraram a percepção de risco mesmo em mercados tradicionalmente considerados seguros.

O BC revisou a alocação da carteira de investimentos das reservas internacionais, atento à elevação dessas incertezas e com o objetivo de manter suas exposições aderentes ao apetite por risco conservador da Instituição. No processo, considerou o conjunto de informações de riscos que se elevaram em 2025. Assim, reforçou os aspectos de segurança, liquidez e diversificação presentes em sua política de investimento e preservou o papel das reservas como instrumento de mitigação de choques externos e de reforço da confiança na economia brasileira.

Outro risco estratégico que continuou relevante nos últimos anos é o de recursos humanos. Ele foi intensificado pela redução significativa do quadro de pessoal do BC e pode impactar tanto o cumprimento da missão do BC quanto o atingimento dos objetivos estratégicos, impondo desafios à gestão dos processos internos e dos projetos da agenda estratégica do BC.

Outros possíveis riscos mapeados relacionados a recursos humanos são a eventual redução de produtividade decorrente de deterioração do clima organizacional, as dificuldades na preparação de sucessores para posições importantes, a perda de conhecimento devido à ausência prolongada de renovação no quadro de pessoal e a perda de talentos para a iniciativa privada ou outros órgãos públicos. A mitigação parcial desses riscos ocorreu com o concurso para cem

vagas realizado em 2024, com posse dos novos servidores no primeiro semestre de 2025. Houve também a convocação de duzentas vagas do cadastro de reserva para programa de capacitação no segundo semestre de 2025, com previsão de posse no início de 2026. Adicionalmente, em 2025, avançaram iniciativas voltadas à priorização de processos para alocação de recursos e força de trabalho. A adoção gradual e controlada de Inteligência Artificial (IA) também auxilia o BC a tirar melhor proveito da ciência de dados e da tecnologia em seus processos, ajudando-o a lidar com o desafio de otimizar a alocação do pessoal reduzido.

A partir do segundo semestre de 2025, intensificou-se a ocorrência de ataques cibernéticos ao SFN. Esse risco permanece entre os principais riscos estratégicos desde 2023 e tem causado perdas financeiras para participantes dos sistemas de pagamentos afetados. Isso pode impactar objetivos estratégicos vinculados a dimensões da Agenda BC#, como Competitividade e Excelência, além de poder comprometer a estabilidade e a credibilidade de todo o SFN e, consequentemente, o cumprimento da missão do BC. Um incidente cibernético de grande alcance pode degradar a confiança da sociedade no funcionamento do sistema.

Assim, os riscos tecnológicos vêm ganhando uma relevância crescente e, já há algum tempo, têm demandado o fortalecimento do processo de supervisão para fazer frente à transformação digital do SFN e à agregação cada vez

maior de instituições que apresentam modelos de negócio baseados no uso da tecnologia. Dessa forma, alguns ajustes na estrutura da Área de Fiscalização foram implementados em 2025.

Foi criada uma equipe específica para tratamento de incidentes cibernéticos, como forma de dar maior tempestividade à resposta da supervisão a ocorrências dessa natureza.

O processo de supervisão dos demais riscos operacionais (dentre os quais se destacam os riscos legais e de Tecnologia da Informação) também foi reforçado, com a criação de uma área específica dedicada ao tema.

Mais informações sobre a atuação do BC na mitigação desses riscos estão disponíveis no capítulo “Nossos Resultados”.

Principais riscos estratégicos

Inflação acima da meta



Comunicação clara e transparente, aprimoramento da difusão de informações de indicadores de atividade e inflação, e incorporação de dados do setor não financeiro (Firmus)



Risco cibernético



Fortalecimento da regulação, supervisão e monitoramento do SFN, realização de exercícios cibernéticos, mapeamento de riscos e controles em tecnologia de informação

Aumento de incertezas econômicas e geopolíticas



Revisão dos investimentos das reservas internacionais, reforçando aspectos de segurança, liquidez e diversificação



Risco de RH, envolvendo redução significativa no número de servidores, com perda de conhecimento institucional, dificuldades na formação de sucessores e saída de talentos para iniciativa privada e outros órgãos públicos



Posse de 100 novos servidores em 2025, convocação do cadastro reserva de 200 aprovados em 2026, aprimoramento de governança para alocação de recursos e força de trabalho, e uso gradual e controlado de IA

Além dos riscos estratégicos, o gerenciamento de riscos organizacionais abrange os riscos operacionais, avaliados em todos os níveis e unidades da Instituição de forma integrada. A gestão desses riscos envolve aspectos como a identificação e avaliação de eventos capazes de afetar a entrega de macroprodutos para a sociedade, bem como considera o impacto desses eventos no alcance dos objetivos e da missão do BC. O resultado da avaliação integrada dos riscos operacionais é consolidado em uma matriz, a partir da qual os gestores do processo devem antecipar o tratamento apropriado para cada risco identificado.

Em visão agregada, a exposição do BC a riscos operacionais é classificada como baixa. Após o aumento observado em 2023, decorrente dos movimentos de valorização da carreira, que resultaram na deterioração de alguns controles, a exposição agregada aos riscos operacionais retornou em 2024 a níveis considerados baixos e continuou baixa durante todo o ano de 2025. No entanto, destaca-se que a maior exposição a riscos operacionais do BC atualmente concentra-se no processo de “Formulação e execução das diretrizes do SPB e meio circulante”, que foi bastante impactado pelas restrições orçamentárias e de recursos humanos observadas nos últimos anos.

Adicionalmente, a Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) provê a estrutura da resiliência operacional, pois identifica e planeja o que é necessário fazer para que o BC continue cumprindo suas obrigações caso ocorra um evento

grave que interrompa suas operações. Em termos práticos, essa gestão define e testa os planos de resposta em caso de interrupção dos processos considerados críticos.

O BC adota o modelo das três linhas na estrutura geral de riscos e de controles da organização, em que cada uma executa controles e verificações com finalidades específicas. Mais informações sobre gestão de riscos do BC podem ser acessadas por meio da [Política de Gestão Integrada de Riscos \(PGR-BCB\)](#) e do [Manual de Gestão Integrada de Riscos do BC](#).

2ª Linha: Consolidação e Avaliação de Riscos, Conformidade e Controles Internos

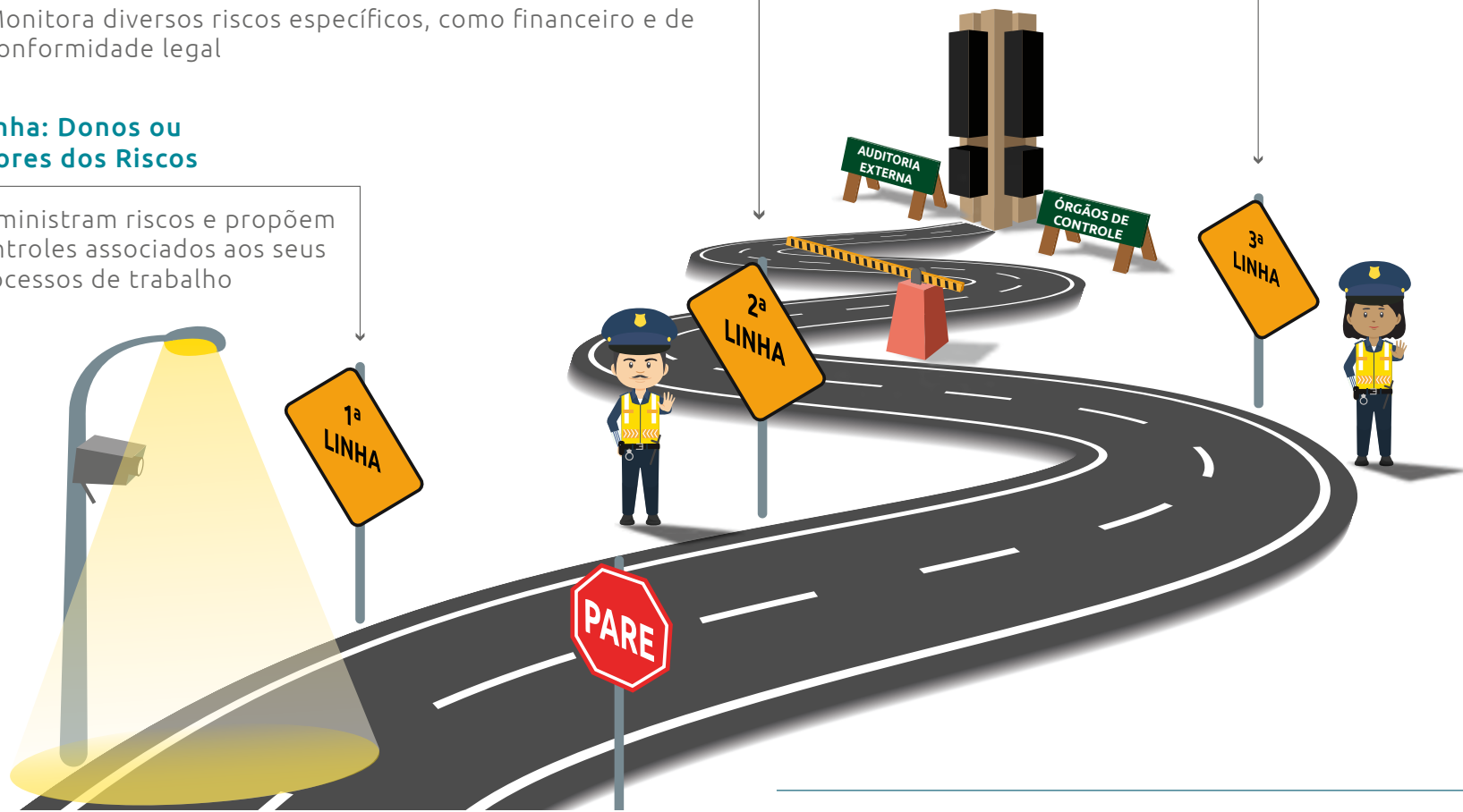
- Consolida, avalia e reporta riscos corporativos ao GRC
- Provê metodologias uniformes, sistemas e apoio técnico para gestão de riscos, conformidade e controles internos
- Monitora diversos riscos específicos, como financeiro e de conformidade legal

1ª Linha: Donos ou Gestores dos Riscos

Administram riscos e propõem controles associados aos seus processos de trabalho

3ª Linha: Auditoria Interna

Avaliação e consultoria independentes e objetivas sobre riscos, controle e governança





**NOSSA FORÇA E
NOSSOS RECURSOS**

O relacionamento do BC com a sociedade se dá por meio do atendimento direto ao cidadão, da prestação de serviços aos usuários e das ações de promoção da cidadania financeira. Esse relacionamento ocorre ainda por meio da comunicação institucional com a imprensa e da intermediação de demandas em entidades supervisionadas. Além disso, a Autarquia contribui com os entes federativos e os poderes públicos, participa de fóruns e organismos internacionais, interage com investidores internacionais e desenvolve cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

O BC também disponibiliza canais que permitem ao cidadão participar com sugestões para melhorar a oferta de soluções em prol da sociedade. Consultas públicas, seminários e eventos com participação do público externo são exemplos de esforços da Instituição para oferecer produtos e serviços que atendam às necessidades da população.

São realizadas também diversas ações de educação financeira para que a população possa fazer melhor uso desses produtos e serviços. Essas ações são detalhadas no capítulo “Nossos Resultados”, na seção Educação.

O BC mantém relacionamento constante com a imprensa. Em 2025, foram realizados 3.474 atendimentos a jornalistas

e 307 publicações, entre notas à imprensa, avisos de pauta, discursos e apresentações. Esse relacionamento se dá também por meio do acompanhamento de entrevistas e da participação de porta-vozes da Instituição em eventos.

O BC também está presente em mídias sociais e faz uso desses recursos para divulgar conteúdos informativos em formatos acessíveis e populares. A linguagem é simples e direta, e as informações podem ser acessadas pelos perfis da Autarquia no [Instagram](#), no [LinkedIn](#), no [Facebook](#), no [YouTube](#), no [X](#), no [TikTok](#) e no [Threads](#), além dos canais de transmissão de mensagens do [Telegram](#) e [WhatsApp](#). Somando todos os seus perfis, o BC atingiu o patamar de 2.884.209 seguidores, um incremento de 13,55% em relação a 2024, e seu conteúdo alcançou o número de 76.113.315 contas, totalizando mais de 173 milhões de impressões – que é a medida da quantidade de exibições dos conteúdos aos usuários.

A acessibilidade é uma das formas de prover cidadania, e, por isso, o BC adota medidas para favorecer o acesso ao conteúdo digital disponibilizado em seu *site* na internet, em aplicativos e em mídias sociais. Além disso, iniciativas como [BC te Explica](#) e BC Sincero aproximam ainda mais a Instituição da população.

O BC disponibiliza ainda o [Registrato](#), ferramenta por meio da qual os cidadãos consultam suas informações financeiras pessoais de forma rápida, simples e segura, sem a necessidade de atendimento humano. O Registrato pode ser acessado no [Meu BC](#). Em 2025, o número de relatórios emitidos pelos usuários foi de 21,3 milhões.

ATENDIMENTO NOS CANALIS OFICIAIS



1.433.538

MUSEU DE VALORES – CONTEÚDO ON-LINE



53.126

acessos

CONSULTAS PÚBLICAS



11

EVENTOS NO CONGRESSO NACIONAL



67

CIDADANIA FINANCEIRA



45

palestras alcançando
20,8 mil pessoas

6

acordos de cooperação
técnica para promoção
da cidadania financeira

27,5 mil

pessoas participaram de
cursos e oficinas

Mais de

168,6 mil

acessos às séries de
vídeos



391,7 mil

pessoas acessaram
os conteúdos da página
de cidadania financeira
e do programa
Aprender Valor

EVENTOS PARA A IMPRENSA

4

apresentações do
Relatório de Inflação

42

coletivas

259

notas para a imprensa

3.474

atendimentos aos
profissionais de imprensa

EVENTOS COM PARTICIPAÇÃO EXTERNA

26

AÇÕES DE SUPERVISÃO

722

ações concluídas

REDES SOCIAIS

4.111

publicações sobre Pix, Drex,
Open Finance, educação
financeira e informações
para o mercado e para a
sociedade

76.113.315

alcances de conteúdo do
BC no X, LinkedIn,
Facebook, Instagram e
YouTube

REGISTRATO

mais de

21,3 milhões

demandas por relatórios
atendidas

10.764.624 relatórios
sobre empréstimos e
financiamentos gerados

5.287.705 relatórios
sobre contas e
relacionamentos
com bancos gerados

O BC também busca trocar conhecimento com pesquisadores e o mercado, além de disponibilizar inúmeras informações por meio de seu [site](#) na internet e do seu [Portal de Dados Abertos](#), sendo o órgão do Poder Executivo Federal que mais disponibiliza dados em formato aberto à sociedade. A Autarquia disponibiliza, no [Portal Brasileiro de Dados Abertos](#), dados sobre os quais não recai restrição legal de acesso, em grande parte, com o uso de Interfaces de Programação de Aplicação (APIs) associadas, prontas para a elaboração de novos serviços à sociedade por meio de aplicativos. Em 2025, houve elevação de cerca de 300% no total de visualizações no Portal (5.596.928) em relação a 2024 (1.382.490). Parte desse crescimento pode refletir tráfego automatizado: em novembro e dezembro, foram identificados acessos atípicos com padrão de *scraping* ou *data pulling*, originados predominantemente da China e de Singapura.

O BC divulgou o [Plano de Dados Abertos \(PDA/BC\) 2025-2027](#), que prevê disponibilizar doze novos conjuntos de dados até 2027 (novas inclusões no cronograma poderão ocorrer a cada semestre). Entre os dados estão informações sobre produção de cédulas e moedas, carteira de crédito de instituições e risco ambiental, social e climático. O objetivo é facilitar o acesso a informações em formato aberto, promovendo engajamento do cidadão e inovação. O plano inclui cronograma de publicação, padrões de catalogação e critérios para seleção dos dados.

Dados abertos são aqueles acessíveis ao público e que podem ser livremente utilizados por máquinas, permitindo o controle social, o desenvolvimento tecnológico, o aprimoramento da transparência pública e a inovação em diversos setores da sociedade. O BC contribui com quase um terço do conjunto de dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos.

A API é um mecanismo que permite que dois computadores ou sistemas troquem dados ou informações entre si diretamente.

DADOS ABERTOS



5.596.928 visualizações em 2025



4.102 conjuntos de dados disponíveis, o que representa 26,6% do total de conjuntos de dados constantes no Portal Brasileiro de Dados Abertos



1.1 ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS

O **Meu BC** é a página que disponibiliza diversos serviços e informações. O objetivo é facilitar consultas e acesso a dados pessoais. Por meio do *login* com conta gov.br, o usuário pode emitir relatórios, obter certidões, fazer consultas e acompanhar informações sobre o SFN e o seu relacionamento físico ou jurídico com ele, tudo de forma simples, segura e gratuita. Entre os principais serviços disponíveis estão:

- » BC PROTEGE+;
- » consulta ao Sistema de Valores a Receber (SVR);
- » relatórios de empréstimos, financiamentos, contas e relacionamentos bancários (Registrato);
- » relatórios de Chaves Pix e de Operações de Câmbio (Registrato);
- » registro e consulta de pedidos de informações e de reclamações contra instituições financeiras;
- » *ranking* de reclamações;
- » Calculadora do Cidadão e conteúdo de educação financeira;

- » consulta de instituições autorizadas a funcionar pelo BC; e

- » página de Perguntas e Respostas (FAQ).

Os canais de atendimento do BC mais utilizados pelo cidadão são o **Fale Conosco**, para registro de demandas pela internet; e o telefone 145, serviço disponível em dias úteis, das 8h às 18h. Além disso, merecem destaque as seguintes páginas, a partir do **site do BC na internet**:

- » **Acesso à informação do BC** – informações sobre a Instituição, agenda de autoridades, discursos, apresentações, serviços disponibilizados, desempenho no cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), entre outras.
- » **Política monetária** – informações sobre inflação, instrumentos de política monetária, Copom.
- » **Estabilidade financeira** – informações sobre normas, supervisão, SFN, Comef.
- » **Estatísticas** – notas econômico-financeiras, indicadores econômicos selecionados, tabelas especiais.

- » **Cédulas e moedas** – informações sobre o real e acesso ao aplicativo Dinheiro Brasileiro.

- » **Publicações e pesquisa** – acesso à pesquisa realizada no BC e aos principais relatórios divulgados pela Instituição, como o Relatório de Inflação, o Relatório de Estabilidade Financeira, o Relatório de Economia Bancária, o RIG e a Série de Trabalhos para Discussão.

- » **Agenda BC#** – o que está no foco do planejamento estratégico BC e as ações desenvolvidas no âmbito de cada uma das suas dimensões.

- » **Transparência e prestação de contas** – informações sobre a administração do BC, como ações e programas, contratos, licitações.

- » **Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS)** – repositório de séries históricas de dados estatísticos disponíveis no BC.

- » **Busca de normas** – repositório que abriga as normas e os atos publicados pelo BC, abrangendo as normas em vigor, as revogadas, os comunicados e as resoluções do BC e do CMN. Em 2025, foram editadas 295 novas normas, revogadas setenta e registrados mais de dez milhões de acessos à página pelo público em geral.

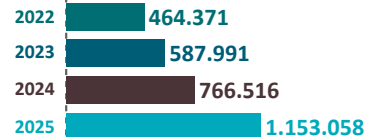
» **Calculadora do Cidadão** – aplicativo que simula operações do cotidiano financeiro a partir de informações fornecidas pelo usuário (o cálculo deve ser considerado apenas como referência para as situações reais, e não como valores oficiais).

» **Biblioteca de vídeos e documentos** – informações sobre cidadania financeira.

Também é possível se inscrever para receber **notificações** (*feeds*), em tempo real, sempre que houver atualização nas notícias, normas, cotações, indicadores e estudos publicados no *site* do BC. As notificações podem ser recebidas por *e-mail*, pelo navegador de internet ou por aplicativos específicos.

Vale mencionar ainda o **Din, que é o assistente virtual** do BC. Ele responde às dúvidas frequentes sobre os relatórios do Registrato e sobre o SVR; auxilia a calcular os juros do empréstimo ou o tempo necessário para juntar um valor; ajuda na pesquisa de bancos autorizados pelo BC; e facilita a consulta da situação de solicitações ou reclamações registradas na Autarquia. Em 2025, o Din passou a usar IA para responder às dúvidas. Nos próximos anos, a meta é ampliar o número de serviços e acelerar o atendimento, hoje com 57,3 mil conversas por mês.

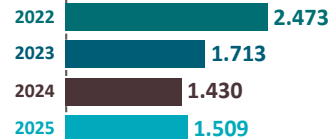
Fale conosco



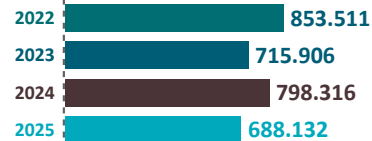
Telefone



Protocolo digital



Assistente virtual



Obs.: a metodologia de cálculo dos acessos do assistente virtual foi alterada em 2023.

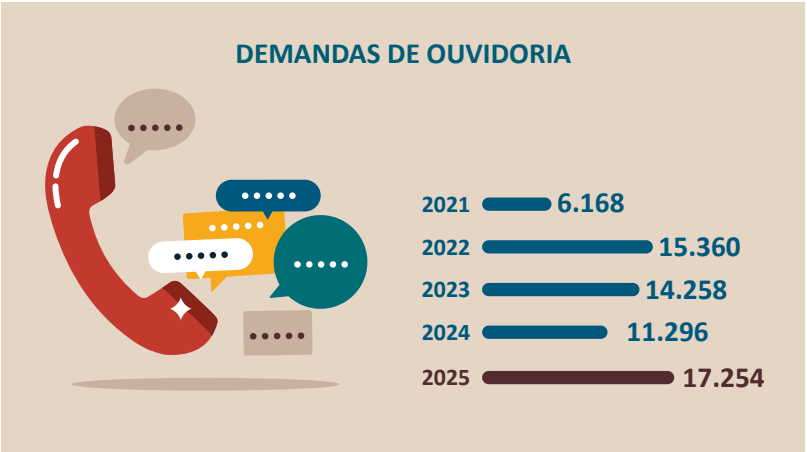
A satisfação dos usuários dos serviços de informação e de reclamação é avaliada por meio de pesquisa realizada nos canais de atendimento disponíveis. Em 2025, no serviço 145, considerando o total de 261.735 chamadas atendidas (com o registro de 266.581 demandas), cerca de 61% dos usuários responderam à pesquisa sobre a qualidade do atendimento, e mais de 90% das avaliações consideraram o serviço bom ou ótimo. Na internet, 57.728 pesquisas de satisfação foram encaminhadas aos demandantes de pedidos de informação, e 5,3% dessas pesquisas foram respondidas. Em média, 77% dos respondentes atribuíram grau bom ou ótimo na avaliação.

Ao longo do ano, o BC continuou zelando pela excelência em seus serviços de atendimento ao cidadão. A **Ouvidoria do BC**, canal para reclamações, denúncias, sugestões e elogios, tratou 27.099 demandas, com prazo médio de resposta de 2,5 dias. Desse total, grande parte foi transferida para outros canais de atendimento da Instituição, restando apenas 4.088 demandas classificadas como típicas de ouvidoria – reclamações, denúncias, sugestões e elogios sobre os serviços prestados pelo BC.

As reclamações seguem como o tipo de registro mais frequente, representando 73,3% dessas demandas, em sua maioria refletindo expectativas do cidadão de que o BC resolva seus problemas individuais com as instituições

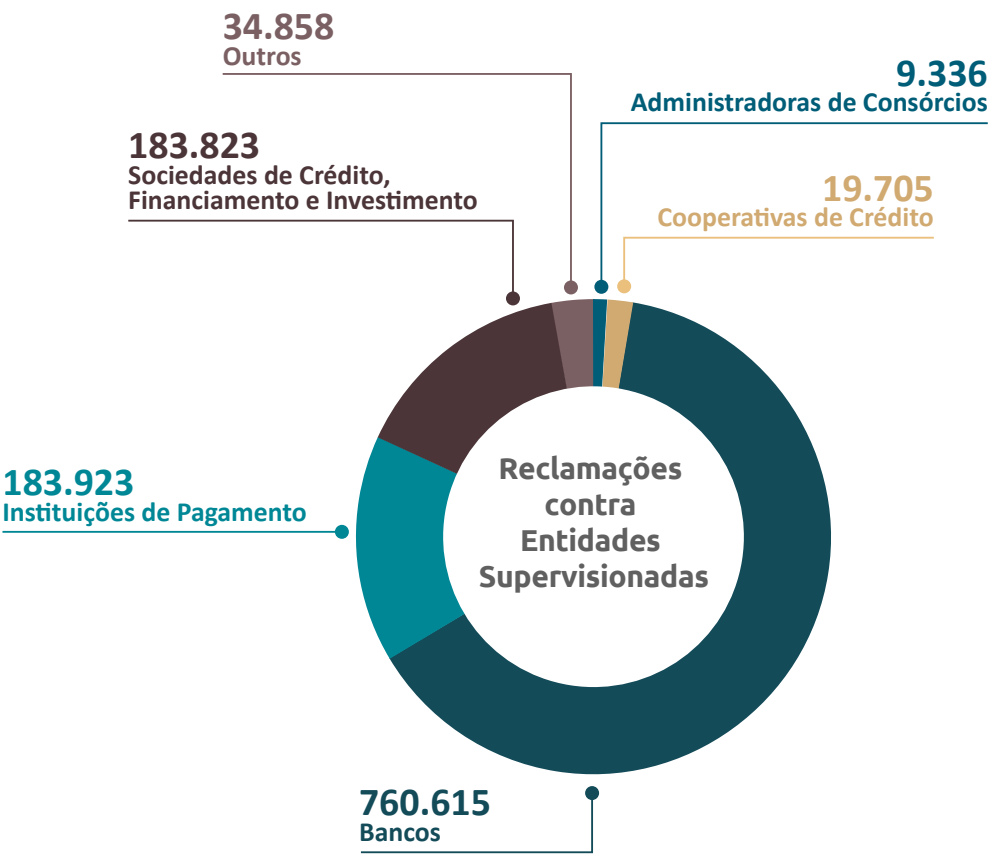
financeiras, o que não está no campo de sua atuação. A Ouvidoria também monitorou o recebimento e o tratamento de 3.992 pedidos de informação com base na LAI, que tiveram prazo médio de resposta de 4,6 dias. Informações mais detalhadas estão disponíveis no [Relatório Anual da Ouvidoria](#).

O BC utiliza as sugestões, os elogios e as reclamações registrados na Ouvidoria para subsidiar avaliações de caráter técnico e gerencial quanto à qualidade da atuação da Instituição. Os resultados dessas avaliações geram ações de melhoria dos serviços prestados à sociedade e de incremento da transparência institucional.



1.2 RELACIONAMENTO COM ENTIDADES SUPERVISIONADAS COM FOCO NO CIDADÃO

Além de executar ações de supervisão no SFN, o BC recebe reclamações dos clientes e usuários dos bancos, das financeiras e de outras entidades supervisionadas. Essas reclamações são repassadas a essas instituições para que respondam ao demandante acerca do ocorrido. A Autarquia apura os fatos, e as informações resultantes subsidiam a atividade de supervisão e a elaboração do *ranking de reclamações* contra bancos, financeiras e instituições de pagamento, de periodicidade trimestral, e do *ranking de reclamações* contra administradoras de consórcios, de periodicidade semestral.



1.3 RELACIONAMENTO COM OS ENTES FEDERATIVOS E PODERES PÚBLICOS

Entes federativos são os componentes da Federação (União, estados, Distrito Federal e municípios) e seus respectivos governos, secretarias e órgãos ligados à sua estrutura. O foco da atuação do BC é sempre responder de maneira tempestiva e clara às demandas de informação, de forma a contribuir para melhorar a eficiência da gestão pública.

O BC realiza o atendimento a demandas por informações e providências oriundas de órgãos dos poderes públicos por meio do **Protocolo Digital**. Em 2025, as equipes responsáveis atenderam a 50.970 demandas contidas nos 24.729 ofícios respondidos, com destaque para pedidos de quebra de sigilo bancário, bloqueio e desbloqueio de valores e solicitações de informações de competência do BC ou disponíveis em sistemas gerenciados pelo BC.

No atendimento aos poderes públicos, destaca-se o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD), ferramenta de interlocução entre o Poder Judiciário e as instituições financeiras. O **SISBAJUD** é hospedado e executado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Cabe ao BC manter a infraestrutura de comunicação com as instituições financeiras e a conexão com o **Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS)**.

O CCS é um sistema que registra com quais instituições autorizadas pelo BC os clientes possuem relacionamento, como conta corrente, conta de pagamento, poupança e investimentos. Ele é disponibilizado aos órgãos públicos interessados mediante adesão, o que torna o acesso às informações mais rápido e menos burocrático.

O compartilhamento de informações entre o BC e os entes públicos também contempla o acesso direto aos dados cadastrais vinculados às chaves Pix registradas no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT). Essa funcionalidade, criada pelo BC em 2023, é utilizada por 52 órgãos públicos com atribuições legais de persecução penal, de controle ou de apuração de irregularidades. Assim como o CCS, a base do DICT é disponibilizada aos órgãos públicos interessados mediante adesão.

Em 2025, servidores do BC participaram de quinze audiências públicas no Congresso Nacional para debater assuntos de interesse da sociedade. O BC realizou também 52 audiências com parlamentares, frentes parlamentares e grupos suprapartidários, que possibilitaram o debate sobre os cenários econômicos nacional e internacional. Essas ações evidenciaram o compromisso do BC com o fornecimento de informações ao Congresso Nacional e com a manuten-

ção de um adequado relacionamento com o Poder Legislativo, contribuindo com o avanço na tramitação de proposições de interesse da sociedade.

Destaca-se, no período, o atendimento a vinte pleitos de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), entre estaduais e federais, com destaque para a CPI das Bets e a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e mais de cem solicitações de informação do Legislativo e Executivo da União, dos estados e dos municípios.

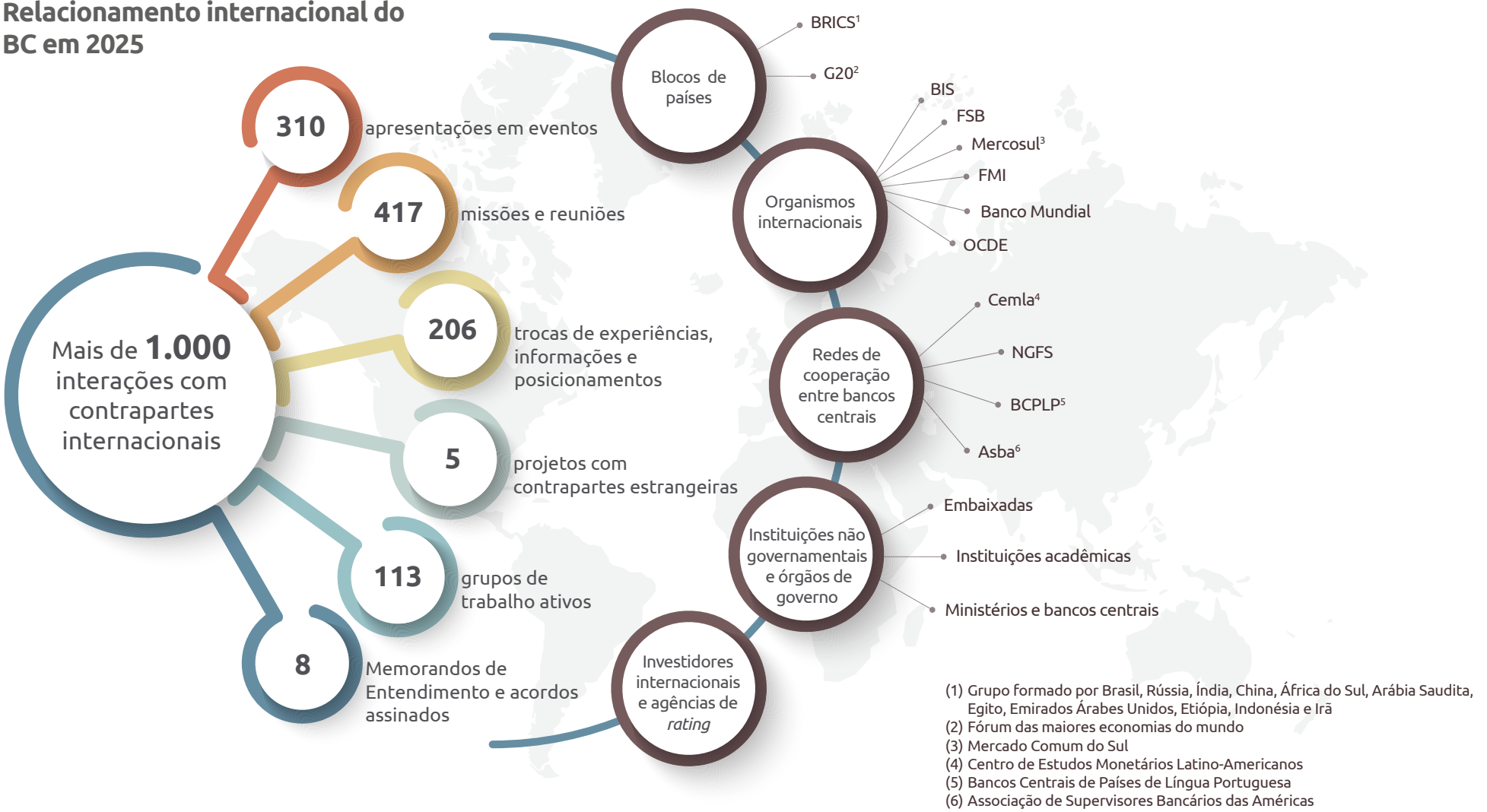
1.4 RELACIONAMENTO INTERNACIONAL DO BC

Em 2025, o BC ampliou sua atuação internacional para fortalecer a sua missão e compartilhar conhecimento com outros países. Foram mais de mil interações com instituições estrangeiras, incluindo bancos centrais, autoridades de supervisão, órgãos governamentais, investidores estrangeiros de portfólio, agências que avaliam risco de crédito (*rating*), blocos regionais e universidades.

Essa cooperação trouxe benefícios diretos para o Brasil, como avanços em práticas regulatórias, segurança cibernética e inovação tecnológica. O interesse internacional pelas iniciativas brasileiras – como Open Finance, inteligência artificial e pagamentos instantâneos (Pix) – levou servidores do BC a participarem de 37 trocas de experiências, dezessete apresentações em eventos internacionais e vinte reuniões temáticas, metade delas com universidades estrangeiras.

Além disso, o BC contribuiu para negociações de acordos comerciais envolvendo serviços financeiros e investimentos, como a conclusão das tratativas com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e o avanço das negociações com os Emirados Árabes Unidos e o Canadá. Nessas negociações, o BC atuou junto com o Ministério das Relações Exteriores para analisar temas como serviços financeiros, investimentos estrangeiros, pagamentos e movimentação de capitais. Essa atuação foi importante para garantir estabilidade financeira, preservar sua função reguladora e promover integração internacional com padrões seguros.

Relacionamento internacional do BC em 2025



(1) Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã
(2) Fórum das maiores economias do mundo
(3) Mercado Comum do Sul
(4) Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos
(5) Bancos Centrais de Países de Língua Portuguesa
(6) Associação de Supervisores Bancários das Américas

a) Trilha Financeira da Presidência Brasileira do BRICS

O Brasil assumiu a presidência do BRICS, e, junto com o Ministério da Fazenda, o BC coordenou a Trilha Financeira do grupo. Esse fórum reúne Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos, Irã e Indonésia para discutir políticas econômicas, bancárias e financeiras. O objetivo é fortalecer a cooperação entre os membros, melhorar práticas financeiras e alinhar políticas econômicas e regulatórias, promovendo integração e estabilidade.

Reuniões técnicas, relatórios e intercâmbio de experiências entre os bancos centrais promoveram o compartilhamento de práticas e o avanço da cooperação financeira no âmbito do BRICS. Essas ações mantiveram o diálogo aberto e reforçaram a integração do Brasil às principais economias emergentes, aspecto relevante para ampliar o debate e avançar na construção de soluções multilaterais para desafios globais.

b) Presidência Brasileira do Mercosul Financeiro (SGT-4)

No segundo semestre de 2025, o Brasil exerceu a presidência Pro Tempore do Mercosul, e o BC coordenou as atividades do Subgrupo de Trabalho 4 (SGT-4) – Assuntos Financeiros, que completou 30 anos.

Entre os avanços, os países do bloco acompanharam a entrada em vigor da Emenda ao Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços do Mercosul, que atualiza o anexo sobre serviços financeiros. Também foi debatido o Projeto de Protocolo que trata de pagamentos, transferências correntes e movimentação de capitais no Mercosul, buscando maior integração e segurança nas operações financeiras.

Além disso, o BC promoveu o seminário virtual “Moedas Digitais de Bancos Centrais: Experiências e Caminhos em Construção”, reunindo servidores dos bancos centrais do Mercosul para compartilhar experiências e discutir tendências sobre moedas digitais.

c) Global Payments Week 2025

O BC sediou o *Global Payments Week 2025*, um encontro internacional, organizado pelo Banco Mundial, que reuniu autoridades e especialistas de mais de setenta países para discutir como será o sistema financeiro do futuro. O evento abordou inovações, desafios e oportunidades, com destaque para temas como inclusão financeira, segurança e integração dos sistemas de pagamento. O encontro mostrou que a tecnologia está transformando a forma como fazemos pagamentos, oferecendo mais praticidade e segurança, fortalecendo a integração entre países e dando mais poder de escolha aos consumidores.

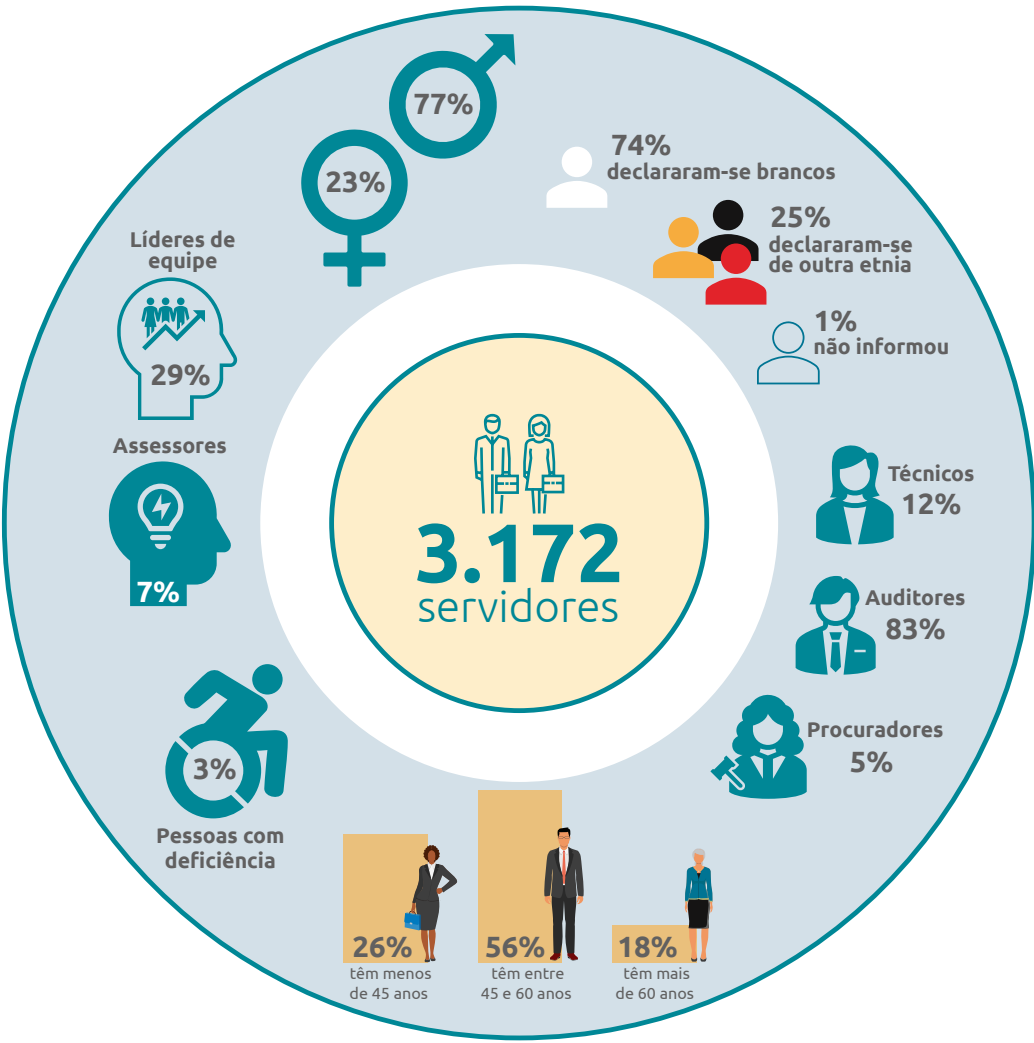
d) VI Meeting of Heads of Financial Risk Management at Central Banks

O BC sediou o *VI Meeting of Heads of Financial Risk Management at Central Banks*, um encontro internacional organizado em parceria com o Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (Cemla). O encontro reuniu líderes de gestão de riscos de diversos bancos centrais, incluindo Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Inglaterra, México, Portugal e Suíça, além do Banco Central Europeu (BCE).

Foram discutidas práticas inovadoras e desafios na área de gestão de riscos, fortalecendo a cooperação entre instituições no sentido de construir sistemas financeiros mais seguros e modernos.

O BC conta com pessoas com capacidade técnica e competências bem desenvolvidas. São pessoas dispostas a inovar, engajadas com os valores organizacionais e dedicadas a entregar mais valor para a sociedade.

2 Pessoas e saber-fazer



Referência: dez/2025.

2.1 QUADRO DE SERVIDORES E REMUNERAÇÃO

A **Lei 9.650, de 1998**, estabeleceu o quantitativo de 6.470 servidores para o BC. Nas últimas décadas, a Instituição tem enfrentado redução contínua do número de servidores ativos, decorrente de aposentadorias e exonerações, sem a devida reposição. Em 2010, o BC contava com 4.882 servidores; atualmente, mesmo após a entrada de 95 novos servidores em março de 2025 – após dez anos sem autorização para a realização de concursos –, o quadro é de apenas 3.172 servidores.

O concurso mais recente, autorizado em 2023 para cem vagas, teve ampliação em 2025, com autorização para nomeação de mais duzentos candidatos, totalizando trezentas vagas. Entretanto, entre 2023 e 2025, o BC perdeu 307 servidores por aposentadoria ou exoneração. Hoje, a Instituição opera com apenas 51% do quantitativo previsto em lei, e há outros 349 servidores com direito adquirido à aposentadoria, o que acentua o risco de novas perdas.

Para mitigar o risco de descontinuidade dos processos de trabalho diante da redução da força de trabalho, o BC distribuiu as vagas autorizadas considerando tanto a necessidade de recomposição das áreas mais afetadas quanto a prioridade dos processos críticos. Além disso, promoveu redistribuições internas por meio de processos de mobilidade e tem utilizado, de forma estratégica, o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) do governo federal, que possibilita jornadas remotas e híbridas. Essa flexibilidade tem permitido alocar recursos humanos conforme as demandas, independentemente da praça de exercício do servidor.

Apesar desses esforços, e considerando as novas atribuições assumidas nos últimos anos, há consenso na Instituição sobre a urgência de recomposição do quadro de pessoal, dados os riscos de comprometimento da continuidade de processos e de entrega de serviços essenciais à sociedade.

Movimentação de servidores

1.965
Vacâncias



732
Ingresso de servidores
de 2013 a 2025



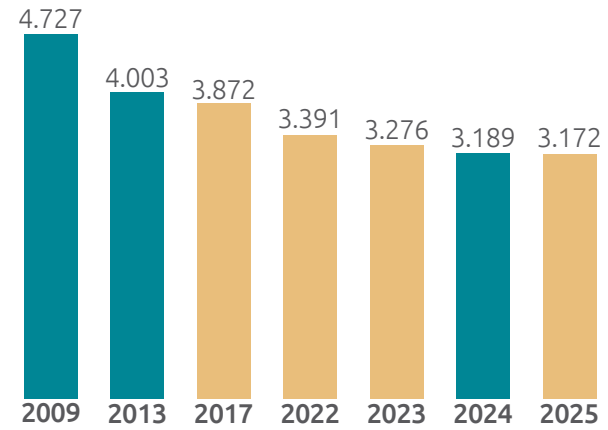
349
Servidores que podem se aposentar a
qualquer momento

Ocupação dos 6.470 cargos
previstos por lei
em dezembro de 2025

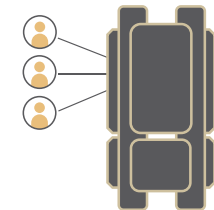


-50,94%

Quantitativo de servidores ativos por ano
em 31 de dezembro de 2025



— Anos com realização de concurso público



39
Realocações por
meio de mobilidade
interna



13
Concursos internos para
provimento de funções
comissionadas

À exceção da Diretoria Colegiada, todas as funções
comissionadas do BC são exclusivas para servidores
das carreiras da Autarquia.

O presidente e os diretores do BC ocupam cargo de natureza especial e recebem remuneração com o valor de R\$24.553,28 fixado por lei. Os servidores do BC recebem subsídio, e os ocupantes de função comissionada recebem o valor correspondente em acréscimo. O valor médio pago ao servidor com cargo de técnico, em 2025, foi R\$15.738; ao servidor com cargo de auditor foi R\$34.484; e ao procurador, R\$32.436. Os procuradores do BC, na qualidade de advogados públicos, fazem jus, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência. As informações sobre remuneração de servidores públicos federais, inclusive de honorários, podem ser verificadas no [Portal da Transparência](#).

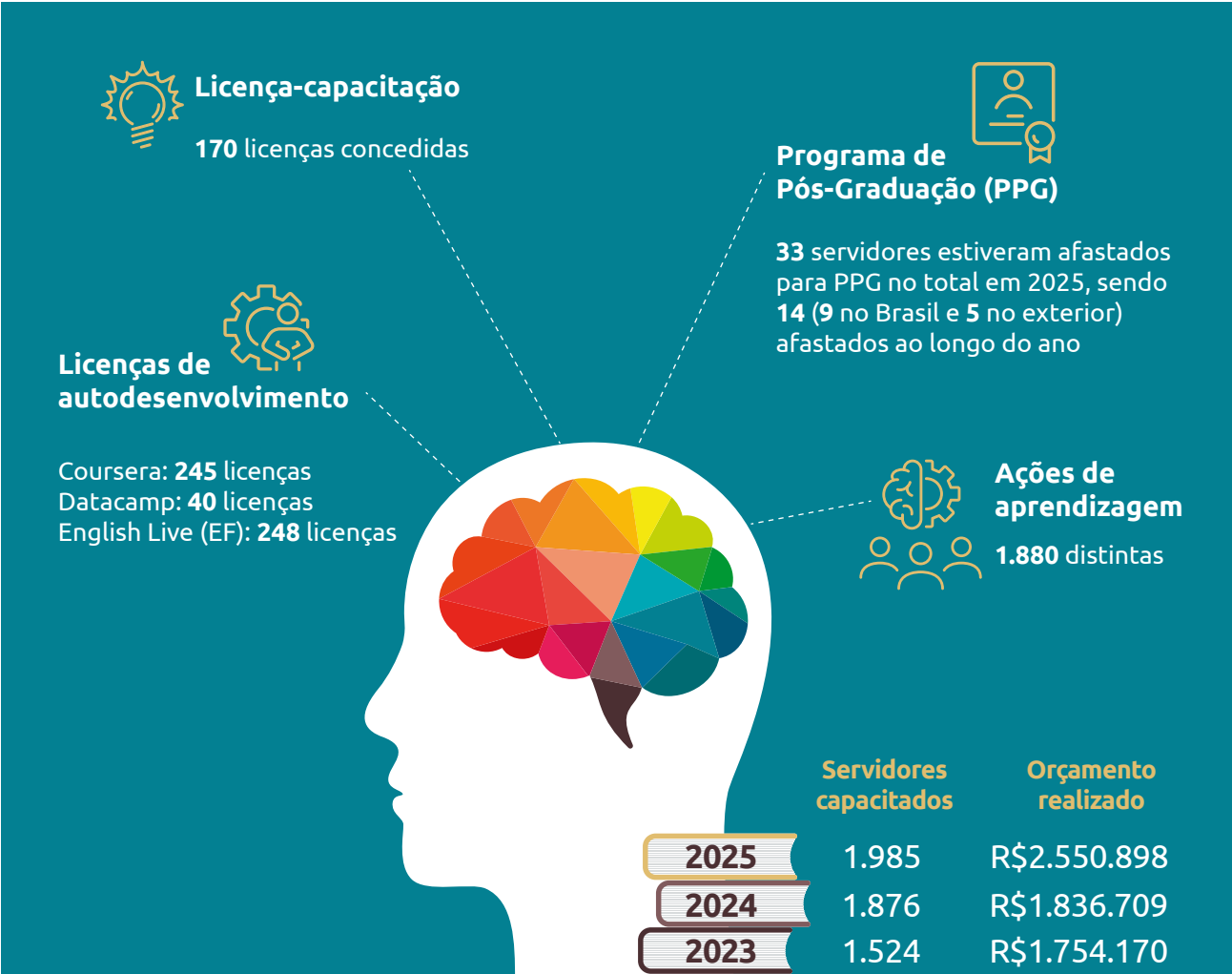
2.2 APRENDIZAGEM

O BC é uma organização do conhecimento e, por meio da Universidade Banco Central (UniBC), investe em ações de aprendizagem e de gestão do conhecimento para que se possa desenvolver as competências técnicas e comportamentais de seus servidores. A continuidade da aprendizagem organizacional e da gestão do conhecimento técnico do BC, fundamentais para o cumprimento de sua missão, também se encontra fragilizada diante da escassez de servidores. No entanto, em 2025, foi possível realizar as ações de aprendizagem apresentadas abaixo:

Ao longo de 2025, destacam-se as seguintes frentes:

- » Turmas fechadas: 93 ações de aprendizagem para grupos exclusivos do BC foram ofertadas, representando um aumento de 16,25% em relação ao ano anterior. Dessas ações (turmas fechadas), cerca de 1/4 (22 ações) foram desenvolvidas internamente ou adaptadas a necessidades específicas das áreas, sendo que a maioria delas foi ministrada pelos próprios servidores do BC, facilitadores internos – reforçando que o conhecimento é a nossa moeda mais forte.
- » Turmas abertas: houve a participação de servidores em 1.787 ações de aprendizagem em diversas instituições do governo e de instituições privadas, nas diferentes modalidades – *on-line*, telepresencial e presencial.
- » Cursos na modalidade *on-line* no Sapiens, ambiente integrado de oferta de ações de aprendizagem: a UniBC deu continuidade à oferta de aprendizagem na modalidade *on-line*, destacando-se a produção interna dos seguintes cursos: Dados Abertos no BC; Responsabilidade Social, Ambiental e Climática das Instituições Financeiras; Fundamentos da Qualidade de Dados; e Trilha de Sustentabilidade.
- » Licenças de autodesenvolvimento: 533 licenças de diferentes plataformas foram utilizadas para a aprendizagem em ciência de dados, inteligência artificial, língua estrangeira e em diferentes competências técnicas e comportamentais relevantes para a formação dos servidores do BC.

- » Escola de Liderança: o destaque foi para os Encontros de Práticas para Executivos do BC, que buscaram sensibilizar a alta liderança (chefes de unidade) para assuntos transversais e de gestão, tais como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), LAI, Integridade, Diversidade e Clima Organizacional. Além disso, foram realizados Encontros de Práticas e diferentes ações de aprendizagem para os demais níveis gerenciais, sobretudo nas competências de Inovação e Mudança, além de cursos de *Media Training*, entre outros. Ao todo, houve a participação de mais de 350 gestores de diferentes níveis nas ações da Escola de Liderança.
- » Programa de Pós-Graduação (PPG): em 2025, houve quatorze afastamentos de servidores para a realização de cursos de mestrado e doutorado, no Brasil e no exterior, além da aprovação de outros dezenove afastamentos e uma ação de desenvolvimento em serviço (nova modalidade do Programa) para o ano de 2026.
- » Licença para Capacitação: houve a concessão de 170 licenças para capacitação nos mais variados assuntos de interesse da Instituição.



O BC busca continuamente aprimorar os serviços que presta à sociedade e, para isso, investe em tecnologia. Como exemplos desses investimentos, podem ser citadas as tecnologias utilizadas nos meios de pagamento, nos processos das áreas de supervisão e na formulação de políticas monetária e econômica.

É importante destacar que os investimentos em inovação se materializam em aquisições de *softwares* e *hardwares* e no estabelecimento de parcerias com organismos internacionais e universidades. Um exemplo é a participação do BC em fóruns internacionais de inovação, como o *BIS Innovation Hub*. Nessas parcerias, são desenvolvidos projetos e compartilhadas experiências relacionadas ao uso de tecnologias aplicadas a temas estratégicos para bancos centrais. Nesse contexto, os projetos e as discussões priorizam tendências tecnológicas como inteligência artificial, tokenização, Open Finance, *Central Banking Digital Currency*, *Suptech*, *RegTech* e segurança cibernética, entre outras.

a) Iniciativas de TI

Em 2025, foram entregues 36 iniciativas de TI relevantes para o SFN e a sociedade, como:

- » continuidade da agenda evolutiva do Pix com a implantação do Pix Automático, Pix por aproximação e a ampliação da capacidade computacional e analítica para fazer frente ao aumento da demanda da sociedade;

- » entrega do BC PROTEGE+, que é a solução dentro do Portal Meu BC que permite ao cidadão realizar o bloqueio de abertura de novas contas em seu CPF;
- » implementação de novas captações no Sistema de Informações de Crédito (SCR) que viabilizam a apuração das perdas esperadas no padrão contábil internacional IFRS 9, permitindo aumento de competitividade e resiliência do SFN;
- » evolução do Open Finance, para possibilitar melhor experiência do usuário com a jornada sem redirecionamento e o uso do Pix Automático; e
- » reformulação da declaração periódica anual de investimento estrangeiro direto no sistema Capitais Internacionais, adaptada à nova Lei de Câmbio e de Capitais Internacionais.

b) Colmeia, ChatBC e Start 2025

A Start é a aceleradora de inovações do BC, que visa ao fomento de projetos de inovação tecnológica relacionados às suas atividades. Seus objetivos incluem avaliar a viabilidade de uso de novas tecnologias e desenvolver aplicações práticas. Além disso, busca internalizar conhecimentos por meio de iniciativas conjuntas entre as unidades do BC.

A ideia central é estimular as diversas áreas do BC a propor e desenvolver iniciativas que solucionem problemas de negócios. Essas iniciativas devem agregar valor aos processos organizacionais por meio de soluções inovadoras.

A edição 2025 foi dedicada ao desenvolvimento de agentes de inteligência artificial (IA) integrados ao ChatBC. O ChatBC é a plataforma tecnológica de IA Generativa, desenvolvida pela Autarquia, para responder a perguntas sobre temas institucionais utilizando modelos de linguagem natural integrados a bases de conhecimento oficiais.

Os seguintes resultados são esperados para esta edição:

- » desenvolvimento de soluções que contribuam para a evolução do ecossistema do ChatBC;
- » avaliação das tecnologias utilizadas e demonstração dos resultados alcançados pelas soluções desenvolvidas; e
- » internalização do conhecimento gerado pelas iniciativas.

A Start 2025 realizou o chamamento de projetos na comunidade de práticas do Centro de Excelência em Ciência de Dados e Inteligência Artificial do BC (Colmeia). Os membros da comunidade inscreveram ideias, e foram selecionadas dezenove iniciativas para desenvolvimento, envolvendo a participação de 22 unidades e gerências administrativas.

A edição iniciou em setembro de 2025 e tem duração prevista de dez meses. As iniciativas serão acompanhadas pelos membros do Colmeia.

4 Recursos orçamentários e financeiros

Os recursos orçamentários do BC têm origem em duas fontes principais: o Orçamento Geral da União (OGU) e o Orçamento de Receitas e Encargos de Autoridade Monetária (OAM).

4.1 ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)

O OGU é destinado às despesas obrigatórias (pessoal, encargos sociais e benefícios) e discricionárias (custeio e investimento), de modo a garantir o funcionamento da Autarquia.

ALOA 2025, combinada com os créditos adicionais autorizados no decorrer do exercício, designou R\$4.657,1 milhões ao BC. Esse montante não inclui os valores relativos ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

O BC executou o montante de R\$4.611,4 milhões, sendo que 89,6% desse valor foram relativos às despesas obrigatórias (pessoal, encargos sociais e benefícios), e o restante relativo às despesas discricionárias (custeio e investimento), conforme mostra o gráfico.

O valor executado corresponde às despesas liquidadas no exercício, acrescidas das despesas inscritas em restos a pagar não processados.

Despesa liquidada é aquela em que a entrega do bem ou serviço foi devidamente comprovada ao órgão público. Na prática, a liquidação envolve verificar se a entrega foi feita conforme o que foi contratado (em quantidade, qualidade e valor). Esse processo de liquidação ocorre após a execução orçamentária e antes do pagamento.

Restos a pagar não processados são despesas orçamentárias que foram autorizadas em um exercício financeiro, mas que não foram totalmente liquidadas e pagas até o final desse ano, já que o pagamento depende da prestação do serviço ou da entrega do bem. Portanto, enquanto não houver comprovação de que a obrigação foi cumprida, a despesa permanece como “não processada”. Quando o bem ou serviço for efetivamente entregue, e a despesa conferida e validada, o valor pode ser liquidado e pago.

Executado BC 2025

Total executado
R\$4.611,4 milhões

3,1%
R\$143,0 milhões
7,3%
R\$335,2 milhões

89,6%
R\$4.133,2 milhões



Investimento
Custeio
Pessoal, encargos sociais e benefícios

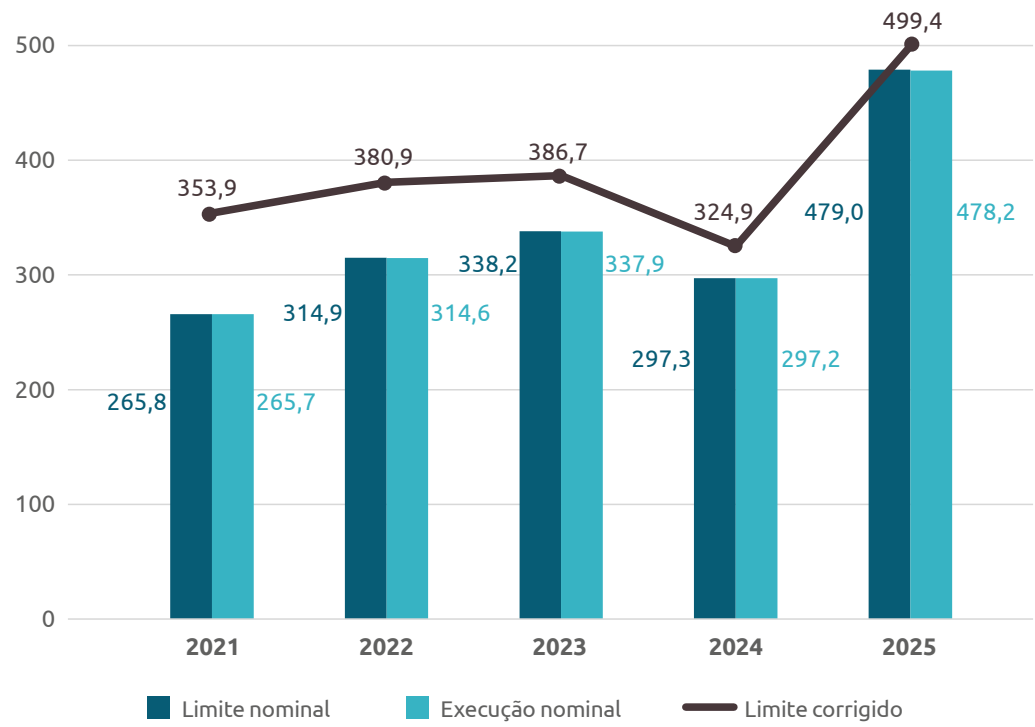
Fonte: Tesouro Nacional

2025

Em relação ao orçamento discricionário, dos R\$479 milhões disponibilizados no exercício de 2025, o BC executou 99,83%, o que corresponde a R\$478,2 milhões, incluindo R\$68,3 milhões inscritos em restos a pagar não processados.

Para conhecer mais detalhes do OGU, acesse os [Boletins de Execução Orçamentária](#) no Portal de Transparência e Prestação de Contas do BC.

Despesas Discricionárias: Limites x Execução
(em milhões de reais, com valores nominais e corrigidos pelo IPCA¹)



1 Data-base: dezembro de 2025.
Obs.: os valores não incluem os limites orçamentários do Coaf.

Despesa de pessoal

Em 2025, o BC teve um gasto total de R\$4,14 bilhões com despesa de pessoal. Desse valor, foi gasto R\$1,73 bilhão correspondente às despesas com pessoal ativo, isto é, remuneração e vantagens variáveis, como auxílio-alimentação, assistência médica, previdência etc. Adicionalmente, o gasto com pessoal inativo (aposentados e pensionistas) foi de R\$2,40 bilhões. Houve uma alteração no critério de cálculo em relação a 2024, pois, em 2025, os valores de assistência médica e de auxílio-funeral passaram a ser segregados entre ativos e inativos. Com isso, essas duas categorias passaram a integrar também as despesas com inativos.

Despesas de pessoal (em R\$ bilhões)



4.2 ORÇAMENTO DE RECEITAS E ENCARGOS DE AUTORIDADE MONETÁRIA (OAM)

O OAM, exclusivo do BC, é outra fonte de recursos, com destinação específica. Ele abrange receitas e gastos relacionados com atividades típicas do BC, como gerenciamento das reservas internacionais do país, operações financeiras realizadas no papel de banco dos bancos e manejo das notas e das moedas de real que se encontram em circulação (meio circulante). Portanto, o OAM compreende as receitas e despesas do BC relativas a operações realizadas na execução das políticas monetária, cambial e creditação do país.

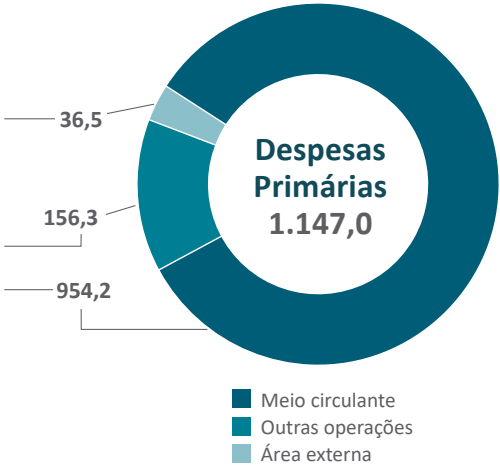
A proposta orçamentária do OAM para o exercício de 2025 estabeleceu os montantes R\$897,7 bilhões para as receitas e R\$923,7 bilhões para as despesas, sendo R\$1,4 bilhão para as despesas primárias. No decorrer do exercício, houve necessidade de reprogramação dos valores, o que elevou esses montantes para R\$905,1 bilhões e R\$998,4 bilhões, respectivamente. Desse total, o BC arrecadou R\$834,1 bilhões em receitas e realizou R\$ 951,8 bilhões em despesas.

Em relação às despesas primárias, foi executado R\$1,1 bilhão, sendo R\$954,2 milhões referentes às despesas do meio circulante (83,2% do total). A figura a seguir demonstra os valores executados em 2025.

As despesas primárias são os gastos realizados pelo governo para prover bens e serviços públicos à população, além de custear a manutenção da máquina pública e os programas sociais. Essas despesas não incluem o pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

Execução do OAM – em R\$ milhões

	Receitas	Encargos
Área bancária	0,02	113.261,9
Área externa	514.810,3	452.686,5
Mercado aberto	317.426,1	193.293,1
Tesouro Nacional	665,8	191.391,2
Outras operações	1.214,3	173,0
Meio circulante	-	954,2
Total	834.116,5	951.759,8



4.3 OUTROS RECURSOS ADMINISTRADOS

a) Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)

O Proagro é um programa do governo federal que protege o produtor rural. Se a lavoura tiver perdas por causa do clima, de pragas ou doenças sem controle, ele garante o pagamento do financiamento feito para custear a produção.

O programa é voltado principalmente para pequenos e médios produtores, dentro dos limites previstos em norma. Ele é administrado pelo BC, regulamentado pelo CMN, e os recursos são oferecidos por bancos e cooperativas de crédito.

Em 2025, o programa enquadrrou 215.659 operações, que abrangeram 2,5 milhões de hectares, com risco total coberto de R\$15,1 bilhões. Os dados evidenciam a relevância do programa como instrumento de mitigação dos riscos meteorológicos no setor.

Até janeiro de 2026, o Programa indenizou 24.391 contratos, com desembolso total de R\$1,1 bilhão, destinado à recomposição das atividades produtivas afetadas por eventos adversos.

Mais informações sobre crédito rural e o Proagro podem ser acessadas no capítulo “Nossos Resultados”, dimensão “Sustentabilidade”, deste relatório e no [site do BC](#).

b) Reservas Internacionais

As reservas internacionais constituem os ativos do Brasil em moeda estrangeira e funcionam como um mecanismo de proteção para que o país possa honrar suas obrigações no exterior e mitigar choques de natureza externa, tais como crises cambiais e interrupções abruptas nos fluxos de capital.

No caso do Brasil, que adota o regime de câmbio flutuante, esse instrumento de segurança contribui para manter a funcionalidade do mercado de câmbio, atenuando oscilações bruscas da moeda nacional – o real – perante o dólar americano, o que proporciona maior previsibilidade e segurança aos agentes econômicos.

As reservas internacionais são compostas por títulos públicos de diferentes moedas (dólar americano, renminbi, euro, libra esterlina, iene, dólar canadense e dólar australiano), ouro, depósitos em moedas estrangeiras, direitos especiais de saque junto ao FMI, depósitos no BIS, entre outros ativos. A alocação estratégica das reservas internacionais é orientada pelo tripé segurança, liquidez e rentabilidade, priorizados nessa ordem.

O estoque das reservas internacionais brasileiras apresentou crescimento de 8,6% no último ano, passando de US\$329,7 bilhões ao final de 2024 para US\$358,2 bilhões ao final de 2025.

O BC divulga anualmente o [Relatório de Gestão das Reservas Internacionais](#), que aborda aspectos que vão desde a conjuntura econômica e a estrutura de governança, passando pela política de investimento e a administração de riscos, até a demonstração dos resultados da gestão das reservas.

c) Implementação do padrão ISO 20022 na administração das reservas internacionais

O BC concluiu, dentro do prazo estabelecido pelo mercado internacional, a adoção do padrão ISO 20022 para operações realizadas por meio da Swift – rede global que conecta instituições financeiras para a troca segura de informações e instruções de pagamento, utilizada na administração das reservas internacionais. Essa atualização, finalizada em novembro de 2025, reforça o compromisso da Instituição com a modernização, a transparência, a segurança nas operações, a interoperabilidade dos sistemas e a eficiência. A implementação do padrão ajuda o Brasil a ganhar mais espaço e confiança no cenário financeiro mundial, que está cada vez mais conectado e digital.

4.4 CONTRATAÇÕES

O Plano de Contratações Anual para o exercício de 2025 contempla iniciativas estratégicas voltadas à modernização e à preservação da infraestrutura institucional. Entre os itens de maior relevância, destacam-se:

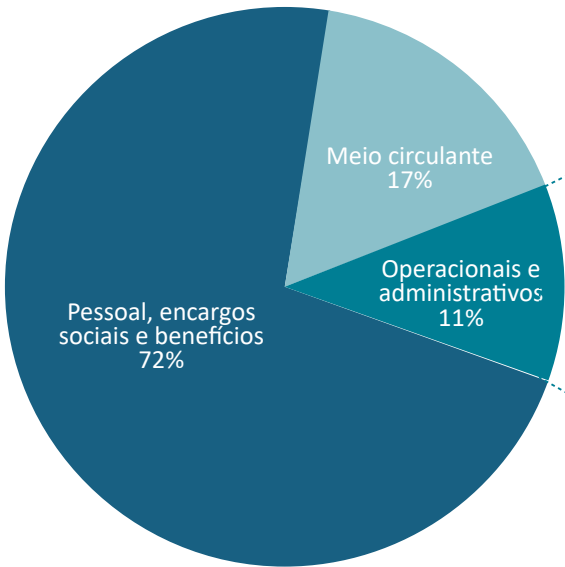
- » serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), abrangendo sustentação da infraestrutura, suporte a arquiteturas, plataformas, metodologias e experiência do usuário em produtos de *software*, além da aquisição de *switches* e serviços voltados a *Business Intelligence* e IA;
- » contratações voltadas à preservação do patrimônio público e dos imóveis funcionais, incluindo vigilância ostensiva armada, serviços relacionados ao meio circulante (aquisição de cédulas e moedas, bem como soluções integradas para processamento de cédulas), além de serviços de limpeza e conservação;
- » serviços de apoio à gestão administrativa e institucional, como agenciamento de viagens, processamento de contas médico-odontológicas, auditoria, regulação e gestão da rede credenciada do plano de saúde, bem como serviços de publicidade de utilidade pública.

4.5 CUSTOS

Em harmonia com as melhores práticas de gestão e em observância aos requisitos legais, o BC apura em base regular os custos de atividades, serviços e processos, segundo sistema de custos interno, que adota um modelo gerencial próprio de classificação dos custos e considera todos os recursos utilizados no BC.

Os custos totais do BC em 2025 totalizaram R\$5,7 bilhões. Desse total, 72% referem-se aos custos com pessoal (ativo e inativo), encargos sociais e benefícios; e 17% aos custos com o meio circulante (aquisição, distribuição, guarda,

segurança e destruição de numerário). Os outros 11% referem-se aos custos operacionais e administrativos, detalhados no gráfico a seguir. Merece destaque o aumento de R\$83 milhões (36,4%) dos custos com TIC, em relação ao ano anterior. O aumento dessas despesas decorre da crescente necessidade de aplicação de recursos na infraestrutura tecnológica relacionada ao SFN, principalmente no desenvolvimento e sustentação de sistemas e na aquisição e manutenção de equipamentos, sobretudo para dar suporte a iniciativas como o Pix e o Open Finance.



	Em R\$ milhões	
	Ano	
	2025	2024
Pessoal, encargos sociais e benefícios	4.133	3.764
Meio circulante	954	1.058
Operacionais e administrativos	640	504
Tecnologia da informação e comunicação	311	228
Manutenção, limpeza e conservação	90	70
Depreciação	37	37
Serviços técnicos	52	30
Água e energia	27	30
Apoio administrativo	36	30
Taxas e serviços de operações internacionais	31	30
Serviços de segurança e vigilância	16	14
Outras despesas	40	35
Custos totais	5.727	5.326

4.6 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

As **demonstrações financeiras do BC** compreendem os seguintes relatórios: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e Demonstração dos Fluxos de Caixa de Moedas Estrangeiras, que estão disponíveis no [site do BC](#). Elas são elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), organização que define padrões internacionais de contabilidade para facilitar a análise e a comparação contábeis entre instituições de diferentes países.

a) Estrutura Patrimonial do BC

No Balanço Patrimonial, os saldos das contas representativas de ativos e passivos estão segregados em moedas estrangeiras e moeda local, além do patrimônio líquido, no final do exercício.

Os ativos em moedas estrangeiras do BC são representados, basicamente, por instrumentos financeiros referentes à aplicação das reservas internacionais, sob a forma de títulos, depósitos a prazo em instituições financeiras, operações compromissadas, ouro, entre outros tipos de operações. As reservas internacionais são os valores que o BC possui em moeda estrangeira, ouro e outros ativos de alta liquidez.

No grupo de ativos em moeda local, 99% deles correspondem à carteira de títulos públicos federais, mantida pelo BC para viabilizar a execução da política monetária.

Em relação aos passivos, os lastreados em moedas estrangeiras são pouco representativos, enquanto os passivos em moeda local representam 95% do total. Dentre estes, cabe destacar:

- » as obrigações com o governo federal, referentes às disponibilidades do Tesouro Nacional depositadas no BC (Conta Única);
- » as operações compromissadas (compromissos de recompra), realizadas com fins de execução da política monetária; e
- » os depósitos de instituições financeiras, constituídos principalmente pelos recolhimentos compulsórios, que representam tradicional instrumento de política monetária e desempenham a função de estabilizadores da liquidez da economia.

Para efeitos de posição patrimonial, o meio circulante também é tratado como obrigação do BC, o qual corresponde ao saldo de papel-moeda e moedas metálicas em circulação, em poder do público e das IFs, registrado pelo valor de emissão.

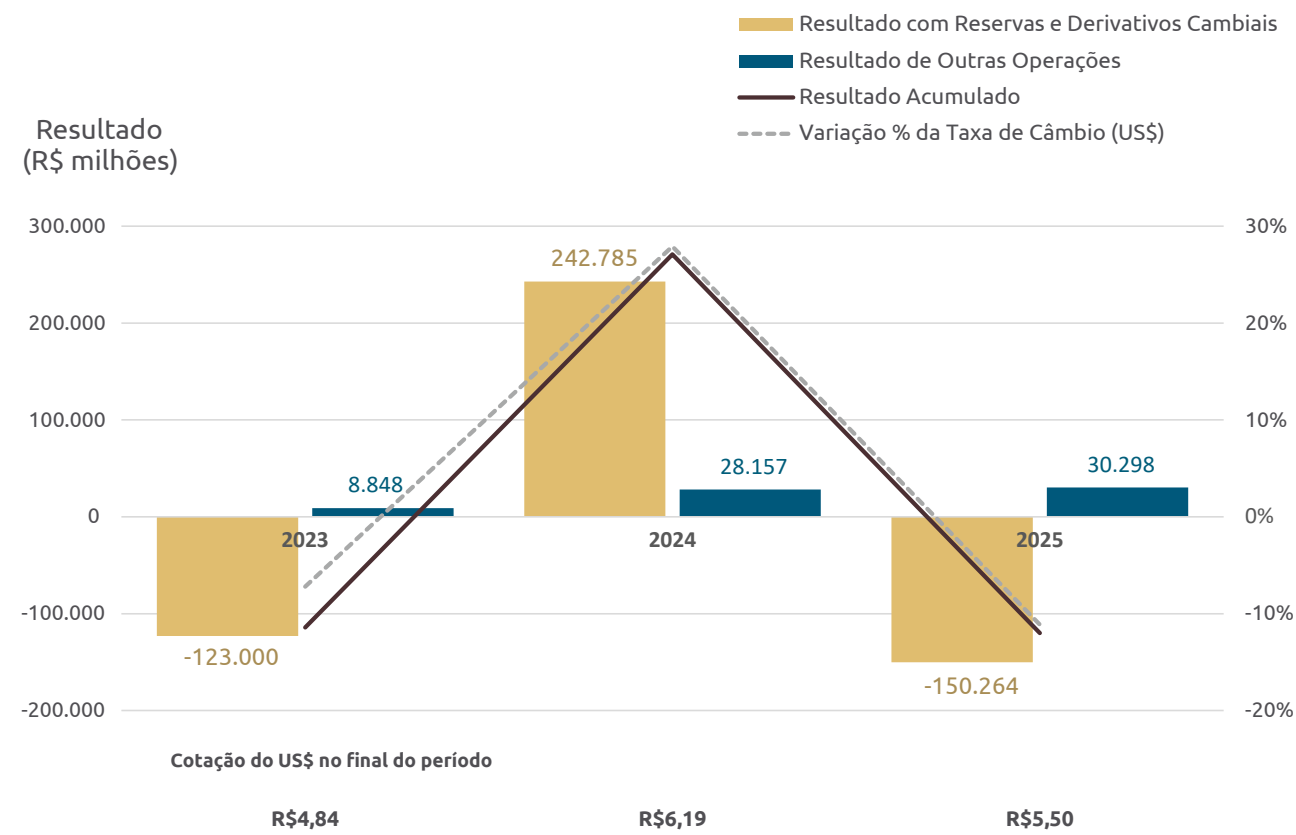
b) Resultado do BC em 2025

O resultado do BC, consideradas todas as receitas e despesas, é apurado anualmente pelo regime de competência e abrange o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. O resultado em 2025 foi negativo em R\$119.966 milhões, conforme detalhado na tabela:

Em R\$ milhões		
Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2025	2024
Reservas e Derivativos Cambiais	(150.264)	242.785
Resultado com Reservas Cambiais	(263.012)	354.935
Rentabilidade	(75.248)	543.012
Custo de Captação	(187.764)	(188.077)
Resultado com Derivativos Cambiais	112.748	(112.150)
Resultado de Outras Operações	30.298	28.157
Resultado no Período	(119.966)	270.942

Nota: os valores negativos são mostrados entre parênteses, conforme padrão contábil adotado.

Em razão da composição do balanço patrimonial do BC, o seu resultado é fortemente impactado pelas oscilações na taxa de câmbio. Isso porque parte relevante dos ativos são em moeda estrangeira, e o valor deles é convertido em reais para apuração do resultado. Contudo, essa correção é meramente contábil e não configura resultado realizado do ponto de vista financeiro. O gráfico apresenta a variação nos resultados em comparação à variação do dólar no período.



De acordo com a **Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000**, e a **Lei 13.820, de 2 de maio de 2019**, o resultado do BC tem o seguinte tratamento:

- i. se positivo, é transferido ao Tesouro Nacional após a constituição ou reversão de reservas, até o décimo dia útil posterior à aprovação do balanço;
- ii. se negativo, será coberto pelo Tesouro Nacional, após utilização das reservas e do patrimônio institucional, observado o limite mínimo para o patrimônio líquido de 1,5% do ativo total, até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço.

Adicionalmente, a parcela do resultado positivo do BC referente a operações com reservas e derivativos cambiais é destinada à constituição de reserva de resultado. O objetivo dessa reserva é absorver eventuais resultados negativos em exercícios futuros, podendo também ser utilizada para o pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) por parte do Tesouro Nacional, quando severas restrições nas condições de liquidez afetam significativamente o seu refinanciamento, desde que autorizado pelo CMN.

No exercício de 2025, foi apurado o resultado negativo de R\$119.966 milhões. Após a realização de reserva de reavaliação (R\$5 milhões), esse resultado foi coberto pela realização da reserva de resultado, no valor de R\$119.961 milhões.

Informações mais detalhadas estão disponíveis nas demonstrações financeiras no **site do BC**.

c) Senhoriagem

Senhoriagem, do ponto de vista econômico, é a receita ou o lucro proveniente do monopólio de emissão de moeda. O quadro apresenta o resultado de senhoriagem pelo conceito monetário, medido pela variação da base monetária, descontada a inflação do período e o custo de produção e de remuneração da base monetária.

Senhoriagem (em R\$ milhões)	2025
Variação do meio circulante	12.767
Variação dos recolhimentos compulsórios e voluntários sobre recursos à vista e da Conta PI*	(16.884)
= Variação da base monetária	(4.117)
IPCA	4,26%
Despesa de senhoriagem	(3.949)
Despesas de produção e emissão de moedas	(954)
Despesas de juros da Conta PI*	(3.503)
= Resultado de senhoriagem	(8.406)

*Conta Pagamentos Instantâneos.

5 Recursos de infraestrutura e naturais

O BC possui parque tecnológico de ponta, fundamental para o cumprimento das obrigações de garantir um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo.

Em 2025, continuaram as melhorias nas instalações nos prédios do BC. Foi concluída a reforma da central de água gelada do Edifício-Sede, o que gerou uma economia de energia de aproximadamente 40%. Está em andamento iniciativa que tem como objetivo viabilizar a transferência do arquivo atualmente localizado no prédio do Setor de Indústrias Gráficas, em Brasília, permitindo a posterior doação desse imóvel à União. Para isso, está sendo realizada a adequação de uma área de pouco mais de 3 mil metros quadrados no 5º subsolo do Edifício-Sede, com conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2026.

5.1 AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

O BC aplica princípios de sustentabilidade à gestão de suas instalações com o objetivo de qualificar suas edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais, promover a destinação sustentável de todos os resíduos gerados e realizar o desfazimento adequado de seus bens móveis considerados inservíveis.

Para tanto, o BC possui uma Política de Responsabilidade Social Ambiental e Climática (PRSAC-BC) e duas estruturas de governança para sua implementação e monitoramento:

- » Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática Organizacional (CRSO): trata da sustentabilidade dentro da Instituição; e
- » Comitê de Economia Sustentável (Ecos): harmoniza e divulga informações sobre iniciativas internas e externas sobre a temática, promove debates sobre o cenário nacional e internacional e atua de forma transversal, já que o tema envolve diversas áreas.

Dentre as ações realizadas para incentivar a consolidação de uma cultura de sustentabilidade, são apresentadas as que se destacaram em 2025 a seguir. Para mais ações relacionadas ao tema, consulte o capítulo “Nossos Resultados”, seção “Sustentabilidade”.

a) Inventários de gases de efeito estufa (IGEE) dos prédios do BC

Os Inventários de Gases de Efeito Estufa (IGEEs) são entregas que compõem a Agenda BC#. Eles abrangem doze edifícios distribuídos nas dez regionais. Eles foram elaborados

segundo a metodologia *GHG Protocol*, que é compatível com as normas da *International Organization for Standardization* (ISO), com as metodologias de quantificação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) e com a Norma Brasileira (NBR) 14064.

Os anos-base utilizados para a realização dos inventários do BC foram 2022 e 2023, refletindo o funcionamento da Instituição com jornadas remotas e híbridas. O trabalho foi finalizado em novembro de 2025 e consolidou como principais fontes de emissão de gases de efeito estufa:

- distribuição de numerário pelo país;
- consumo de energia elétrica; e
- geração de resíduos pelo funcionamento dos prédios do BC.

No que diz respeito ao **item i**, a frota de caminhões original, datada da década de 1980, está sendo substituída por uma mais moderna. Dos vinte caminhões utilizados, treze já foram trocados. Contudo, o benefício trazido por essa modernização somente será passível de mensuração nos próximos anos.

No que diz respeito ao **item ii**, está em fase final de revisão estudo aprofundado sobre a viabilidade de instalação de placas solares nos edifícios do BC. No caso de Salvador, o edifício já possui esse sistema de geração de energia, tendo sido, inclusive, reconhecido, em 2020, pela gestão sustentável de suas operações pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no 8º Prêmio A3P de Melhores Práticas de Sustentabilidade. Consta do estudo uma avaliação da ampliação do número de placas solares nesse edifício.

No que diz respeito ao **item iii**, estão em estudo possíveis formas de mitigação dessa fonte, envolvendo não somente melhorias na coleta seletiva e destinação correta dos resíduos gerados pelas operações dos prédios, como também alternativas ao envio de resíduos orgânicos, por exemplo, para os aterros. Tão logo sejam concluídos, os resultados serão apresentados.

Observa-se que a destinação dos resíduos de numerário (notas de real impróprias para circulação) deixou de ser uma fonte de preocupação, pois houve redução de 95% nas emissões a partir do início do coprocessamento iniciado em 2021.

Coprocessamento é a utilização dos resíduos de numerário como combustível alternativo ao uso de combustível fóssil na indústria de produção de cimento, promovendo a redução das emissões de carbono.

Aguarda-se para o final do primeiro semestre de 2026 a conclusão de um estudo sobre o impacto do deslocamento de servidores para os prédios do BC. Os dados foram coletados em 2024 e 2025, e a expectativa é de redução de 85% das emissões oriundas dessa fonte em razão da adoção do teletrabalho nos últimos anos.

É importante mencionar que o BC já adota em todos os seus prédios diversas práticas que visam à redução de suas emissões de gases de efeito estufa ligadas à eficiência energética, à gestão de recursos naturais, aos processos de compras, ao desfazimento de bens móveis e ao tratamento de resíduos. Detalhes sobre essas práticas podem ser encontrados no **Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS 2025/2026** da Instituição.

b) Consolidação do processo de coleta seletiva

A coleta seletiva tem como objetivo realizar a destinação correta dos resíduos e a geração de renda para muitas famílias. A prática se insere dentro do conceito de economia circular – o que é resíduo para o BC é insumo para outras atividades econômicas.

Desde 2021, ano em que os edifícios da Instituição foram adaptados fisicamente para fazer a correta separação de resíduos, foram feitas campanhas de sensibilização, bem como treinamentos das equipes de limpeza. Em 2025, esse processo foi intensificado, e o oferecimento de treinamentos periódicos sobre o tema passou a fazer parte

dos contratos de limpeza. Além disso, foram feitas campanhas educativas para reforçar a importância da participação de todos na correta separação dos resíduos na fonte.

O resultado é que foram enviadas cerca de 59 toneladas de resíduos recicláveis para as cooperativas de catadores somente em Brasília. Com isso, evitou-se a emissão de aproximadamente 177 toneladas de CO₂e (CO₂ equivalente) em 2025.

c) Compartilhamento e cessão de áreas

Outra prática de gestão eficiente de seus espaços e recursos utilizada pelo BC é a cessão e o compartilhamento de seus prédios com outros órgãos públicos. Em 2025, economizou-se cerca de R\$18,1 milhões com a prática. Ao todo, 37 cessionários ocupam de 10% a 40% dos edifícios, a depender da região, com exceção de Brasília.

A cessão e o compartilhamento de imóveis proporcionaram melhor utilização dos espaços, otimização dos processos de contratações de serviços e aquisições, rateio das despesas (serviços de água e esgoto, energia elétrica, vigilância, manutenção e conservação de bens imóveis, entre outros) e redução de custos com locação de imóveis por parte dos cessionários.

d) Revisão e aprimoramento dos processos de compras e de contratações

O BC observa todos os critérios de sustentabilidade constantes dos modelos da Advocacia-Geral da União para a realização de suas compras e contratações. Além disso, a Instituição revisa periodicamente suas práticas, de forma a garantir sua adequação à legislação vigente e servir de referência para outras organizações.

Recentemente, etapas do processo de licitações e compras passaram por revisão, a fim de adequá-las aos novos parâmetros do Caderno de Logística Sustentável do governo federal. As adequações constam da versão revisada do PGLS 2025/2026.

e) Atuação junto ao *WS Net Zero* da NGFS

O BC participa ativamente das atividades do grupo de trabalho da *Network for Greening the Financial System* (NGFS), voltado a tornar mais sustentáveis as operações dos bancos centrais. No momento, o foco recai sobre o estudo de planos de transição para operações de baixo carbono.

Em 2025, foram divulgados guias rápidos de descarbonização, que abrangem diferentes dimensões das operações dessas instituições, como consumo de energia e água, gestão de resíduos, tecnologia da informação e meio circulante. O material serve de referência para que as melhores

práticas possam ser implementadas e está disponível para todos os bancos centrais interessados.

Encontra-se em fase de revisão uma nota conceitual sobre a participação dos bancos centrais da rede em mercados de carbono regulados e voluntários. O BC e o Banco Central da Itália lideram o estudo, cuja conclusão está prevista para março de 2026.

5.2 EMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CÉDULAS E MOEDAS

a) Parceria com a Casa da Moeda

A Casa da Moeda do Brasil (CMB) é uma empresa estatal que atua na fabricação de cédulas e moedas metálicas. A interlocução do BC com a CMB é constante e envolve desde as negociações para a compra de cédulas e moedas até a parceria no desenvolvimento de novas famílias do real e de moedas comemorativas.

Para 2025, foram encomendados 1.666.320 milheiros de cédulas e 744.928 milheiros de moedas à CMB.

b) Moeda comemorativa dos 60 anos do BC

As comemorações do aniversário do BC incluíram uma soleinidade com a presença do presidente atual da Instituição, ex-presidentes, autoridades do Legislativo e ministros,

além da produção da série **Conversas Presidenciais**, que reúne entrevistas com ex-presidentes do BC sobre a história e os desafios da Autarquia. Também foram lançados o **Almanaque BC 60 anos** e outras ações para documentar e compartilhar a trajetória da autoridade monetária.

O BC lançou uma moeda comemorativa de 1 real para celebrar seus 60 anos. Foram produzidas 23.168.000 unidades, que entraram em circulação pelo sistema bancário e podem ser usadas normalmente em compras e transações.

A moeda traz no anverso o selo dos 60 anos do BC, a marca da Instituição e linhas diagonais; no reverso, mantém o padrão das moedas de 1 real da segunda família. O material combina aço inoxidável no núcleo e aço carbono revestido em bronze no anel, medindo 27mm de diâmetro e pesando 7g, com borda serrilhada intermitente. **Veja a imagem da moeda aqui.**

c) Parceria com o Banco do Brasil

O Banco do Brasil S.A. (BB) é a instituição financeira custodiante que atua conjuntamente com o BC na distribuição de numerário (cédulas e moedas metálicas) em todo o território nacional. O BB conta com agências distribuídas pelas diversas regiões do país, presentes em 3.519 municípios, o que garante ampla capilaridade no atendimento às instituições financeiras.

Após receber o numerário do BC, o BB realiza operações de saque, depósito e troca de numerário com as instituições financeiras. Em 2025, as operações de saque totalizaram R\$68,6 bilhões; as de depósito, R\$55,9 bilhões; e as de troca, R\$22,4 bilhões. Os custos operacionais de distribuição e custódia do numerário são ressarcidos por essas instituições, e o BB presta contas ao BC com relação a esses custos.

Além dessas operações, o BB efetua o saneamento das cédulas recebidas da rede bancária. As cédulas consideradas adequadas retornam à circulação, e as inadequadas são encaminhadas ao BC para destruição. Em 2025, foram retiradas de circulação 1,4 bilhão de cédulas sem condições de circular, correspondendo a cerca de 18% do total em circulação.





NOSSOS
RESULTADOS

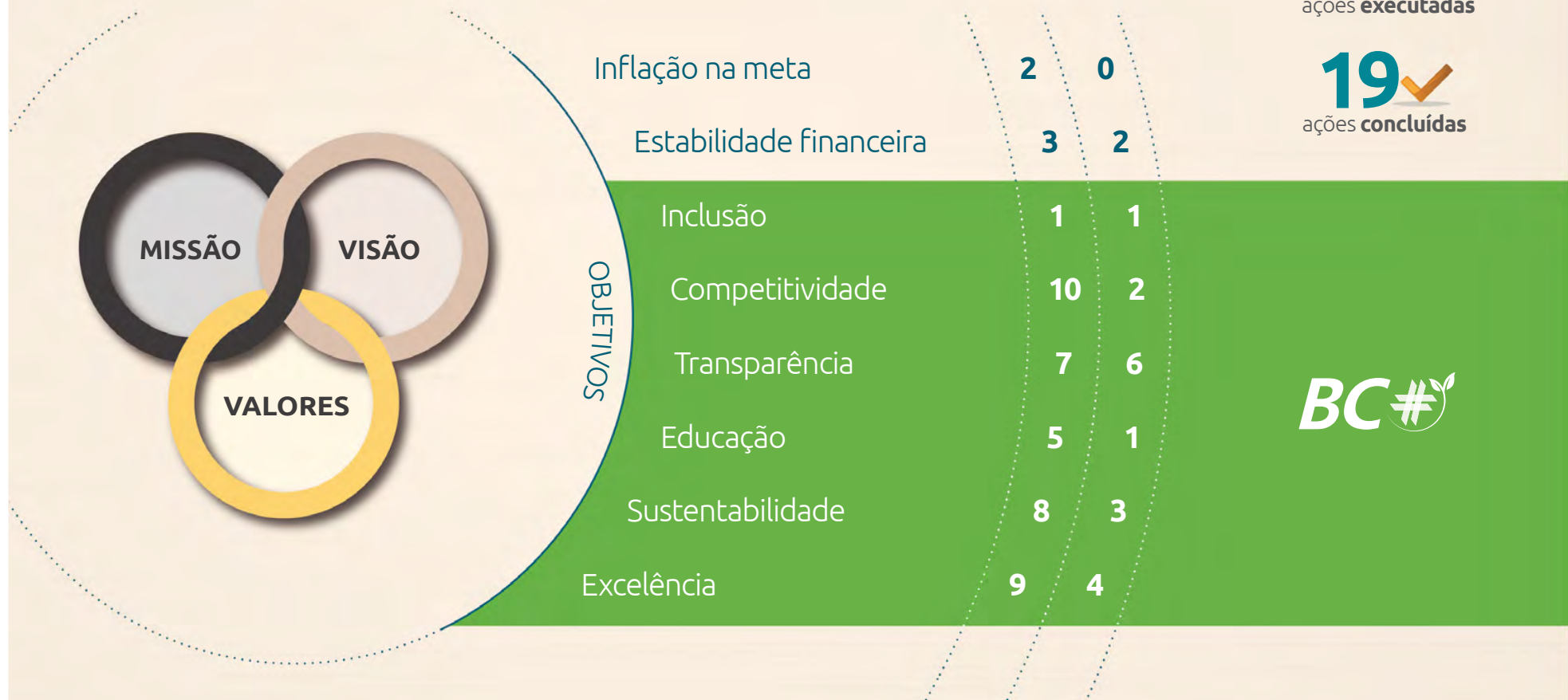
A missão do BC é garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

A estabilidade do poder de compra da moeda, ou seja, a estabilidade dos preços de produtos e serviços, é perseguida por meio do controle da inflação. Para isso, o BC conduz as políticas necessárias para cumprimento de metas fixadas pelo CMN.

Para cumprir sua missão, o BC busca continuamente promover aprimoramentos do SFN. No ciclo 2020-2025, a Agenda BC# visou à democratização financeira, com redução do custo do crédito, melhoria dos serviços financeiros e participação cada vez maior de diversos agentes no mercado financeiro. A Agenda BC# está organizada em seis dimensões temáticas: Inclusão, Competitividade, Transparência, Educação, Sustentabilidade e Excelência. Cada uma dessas dimensões abarca várias ações estratégicas, sendo que a maioria já foi concluída.

Dentre 45 ações estratégicas que estiveram em execução ao longo de 2025, dezenove foram concluídas. Para dar mais transparência e comunicar os resultados à sociedade ao longo do ano, há o portal Transparência e prestação de contas no *site* do BC, que reporta periodicamente o andamento dessas ações.

AÇÕES ESTRATÉGICAS EM 2025



As seções a seguir relatam os resultados que contribuíram, em 2025, para o alcance dos oito objetivos estratégicos do BC.

Esta seção relata os resultados do BC que visaram ao alcance do objetivo estratégico: “Cumprir as metas para a inflação estabelecidas pelo CMN e, sem prejuízo da estabilidade de preços, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego”.

Ao atuar no sentido de garantir a estabilidade do poder de compra, o BC contribui para o crescimento sustentável da economia. A estabilidade de preços permite que os brasileiros tomem decisões mais fundamentadas de consumo, investimento e poupança, favorecendo o crescimento do país, reduzindo as incertezas e aumentando o bem-estar econômico da sociedade.

Manter a inflação sob controle é importante porque preserva o valor do dinheiro, mantendo o poder de compra da moeda. Para alcançar esse objetivo, o BC conduz a política monetária, que se refere às ações da Autarquia que objetivam afetar o custo do dinheiro (taxas de juros) e a quantidade de dinheiro (condições de liquidez) na economia. Garantir a estabilidade do poder de compra do real é a missão principal do BC, e a inflação controlada é o seu principal produto para a sociedade.

1 Estabilidade do poder de compra da moeda

Controle da Inflação

À medida que são identificados riscos de pressões sobre os preços de bens e serviços, o BC trabalha para adotar medidas tempestivas para combatê-los



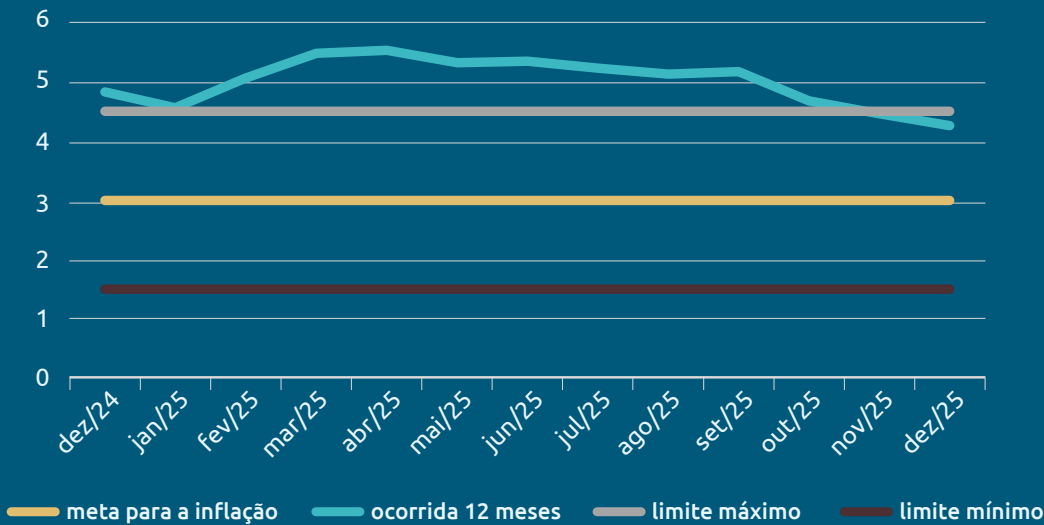
O crescimento sustentável requer um ambiente econômico em que a inflação está controlada, pois isso gera mais organização e previsibilidade para cidadãos e empresas. Para cumprir seu compromisso com a sociedade, o BC utiliza instrumentos como a taxa Selic para entregar a inflação nas metas definidas pelo CMN. A partir de janeiro de 2025, o Brasil passou a adotar um sistema de metas contínuas para a inflação. Nesse novo regime, a meta se refere à inflação acumulada em doze meses, apurada mês a

mês, permitindo uma verificação continuada ao longo do tempo. A meta contínua é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

O ano de 2025 foi marcado por grandes desafios para a condução da política monetária. No início do ano, a inflação encontrava-se em patamares elevados, e as expectativas para o período eram igualmente altas, refletindo um ambiente de incerteza tanto no cenário externo – agravado

pelo anúncio de tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos e seus desdobramentos – quanto no cenário doméstico. Diante da resiliência na atividade, das pressões no mercado de trabalho, do hiato do produto positivo, das projeções de inflação elevadas e das expectativas desancoradas, o BC adotou uma postura ainda mais restritiva, elevando gradualmente a taxa Selic até atingir 15% ao ano. Esse movimento buscou conter as pressões inflacionárias e reancorar as expectativas do mercado.

Inflação acumulada em 12 meses



Em junho de 2025, a inflação acumulada nos últimos doze meses, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 5,35%, acima do limite superior da meta pelo 6º mês consecutivo, o que levou à publicação da 1ª carta aberta no âmbito do regime de metas contínuas para a inflação, justificando o resultado. A inflação acima do intervalo de tolerância foi consequência de diversos fatores, como atividade econômica aquecida, expectativas de inflação desancoradas, inércia inflacionária e depreciação cambial. Nos meses subsequentes, observou-se uma reversão na trajetória dos preços: a inflação passou a recuar e, em novembro, voltou a se situar dentro da banda de tolerância da meta, embora permanecesse acima do centro da banda.

Ao longo do ano, apesar dos riscos elevados e da necessidade de cautela diante das condições financeiras globais e da volatilidade do câmbio, começaram a surgir sinais de moderação na inflação e nas expectativas. Tal evolução ocorreu em um ambiente de política monetária restritiva mantida por período prolongado, compatível com o processo de convergência da inflação à meta definida pelo CMN.

Em dezembro, a inflação acumulada em doze meses atingiu 4,26%, acima da meta de 3%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância, cujo limite superior era de 4,5%. A inflação de alimentação no domicílio recuou de forma significativa em relação a 2024, caindo de 8,2% para 1,4%, impulsionada pela boa safra e pela apreciação cambial, que reduziram os preços no atacado de produtos como açúcar, arroz, café, laranja, leite, milho, trigo e ovos. O preço do boi gordo encerrou 2025 estável em relação ao ano anterior. A inflação de alimentos *in natura* também foi moderada pela relativa estabilidade climática ao longo do ano. Por outro lado, a inflação de bens industriais manteve-se em patamar semelhante ao observado em 2024, ainda elevada para o segmento, apesar da contribuição da apreciação cambial e da redução dos preços de insumos importados.

A inflação de serviços, por sua vez, mostrou-se resiliente em 2025, refletindo a atividade econômica ainda robusta e as mínimas históricas da taxa de desocupação. Além disso, mesmo com a queda do preço internacional do petróleo – refletida nos preços da gasolina ao consumidor – os preços administrados registraram alta de 5,3%, influenciados pela inércia do período anterior e pelos reajustes relevantes em energia elétrica residencial e em ônibus urbano.

HORIZONTE DE TRANSMISSÃO DOS EFEITOS DO JURO BÁSICO NA INFLAÇÃO



a) Núcleos de inflação e outras séries analíticas derivadas do IPCA: metodologia consolidada

O BC calcula diversas séries analíticas derivadas do IPCA. Entre elas estão as medidas de núcleo de inflação e a inflação de segmentos específicos, como preços administrados e preços de serviços. Em 2025, o BC publicou a **Nota Técnica 57**, que consolidou a metodologia de cálculo dessas séries, incorporando ajustes pontuais nos procedimentos de cálculo, para corrigir eventuais inconsistências e promover maior uniformidade metodológica. Esses ajustes preservaram as principais mensagens econômicas subjacentes a cada série, com resultados praticamente inalterados no período pós-2012. Além disso, a consolidação da metodologia permitiu disponibilizar séries históricas mais longas, com início tipicamente em janeiro de 1991.

b) Novas séries setoriais passaram a ser divulgadas no IBC-Br

Em 2025, novas séries de dados passaram a ser divulgadas no Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br): agropecuária, indústria, serviços, impostos e ex-agropecuária. Além disso, os dados passaram a ser divulgados mensalmente, 45 dias após o mês de referência. As mudanças permitem uma avaliação mais tempestiva da evolução da atividade econômica.

As séries divulgadas trazem dados desde 2003 e adotam 2022 como ano-base (média 100). A mudança do ano-base não altera as taxas de variação do índice. As séries estão disponíveis na Tabela 1 dos **Indicadores Econômicos Seleccionados** disponível no *site* do BC e no **Sistema Gerenciador de Séries Temporais do BC (SGS)**.

c) Lançamento oficial da Pesquisa Firmus após fase-piloto

A pesquisa tem como objetivo captar a percepção das empresas brasileiras sobre a economia e suas expectativas para variáveis macroeconômicas como inflação, PIB e câmbio. Também aborda temas conjunturais, como os impactos da política comercial dos EUA.

Realizada trimestralmente, ela tem seus resultados divulgados até o final do mês subsequente à coleta. O questionário é conciso e de fácil preenchimento, e as respostas são tratadas de forma agregada, o que assegura a confidencialidade das informações fornecidas.

O levantamento reúne dados qualitativos e quantitativos que subsidiam a formulação da política monetária. Essas informações ampliam a visão sobre a economia ao incorporar fontes mais diversas de dados. Além disso, a participação direta das empresas reforça a transparência e fortalece a parceria entre o BC e o setor produtivo. Saiba mais na página da pesquisa no [site](#) ou assista ao **Encontro Firmus**.

d) Integração de Métodos de Aprendizado de Máquina nas Rotinas do Copom

O processo de tomada de decisão de política monetária nos bancos centrais exige um constante aprimoramento de ferramentas quantitativas e métodos, buscando aperfeiçoar um arcabouço que faça o melhor uso da informação disponível a cada reunião do Copom. Os esforços para melhorar o monitoramento tempestivo de pressões inflacionárias em diferentes segmentos do IPCA levaram ao estudo e à adoção de maneira sistemática de métodos de aprendizado de máquina (*Machine Learning*, ML) para projeção de inflação durante os ciclos do Copom.

A sistematização de procedimentos permitiu a organização de projeções do IPCA agregado, além das aberturas em IPCA-Livres e seus componentes (alimentação no domicílio, bens industriais e serviços). Isso permite a comparação de resultados não apenas com modelos que usam ML, mas também com outros modelos macroeconômicos utilizados ao longo do ciclo de projeções do Copom. Buscando ampla transparência nos seus procedimentos, os detalhes da implementação foram apresentados no box do Relatório de Política Monetária de dezembro de 2025, **“Tópicos especiais de previsão de inflação com aprendizado de máquina”**.

e) Estatística de Pagamentos por Atividade Econômica

A Estatística de Pagamentos por Atividade Econômica (EPAE) é um conjunto de séries estatísticas produzido pelo BC que classifica os fluxos de pagamentos entre pagadores e recebedores de acordo com os respectivos setores da economia. Lançada em outubro de 2025, a EPAE utiliza inicialmente a base de dados do Pix para monitorar a direção, o valor e o número de transações financeiras mensais, fornecendo informações tempestivas para a análise da conjuntura econômica brasileira. Os dados disponíveis correspondem a 529 fluxos mensais distintos, que possibilitam o acompanhamento da participação de 23 setores econômicos pagadores e recebedores (21 setores produtivos, pessoas físicas e “outros”).

f) Censo de Capitais Estrangeiros

O Censo de Capitais Estrangeiros no País (Censo) foi reformulado e simplificado, reduzindo significativamente o ônus para os declarantes, que são as empresas receptoras de investimentos diretos estrangeiros. O Censo foi incorporado ao Sistema de Informações sobre Capitais Estrangeiros (SCE), que teve sua implementação concluída em 2025. Essa incorporação possibilitou a consolidação das duas declarações que eram requeridas das empresas receptoras de investimentos estrangeiros, a Declaração Econômico-Financeira e o Censo, passando a ser necessária apenas a Declaração Periódica do Censo.

No Censo Quinquenal, foi introduzido piso declaratório, dispensando a declaração para empresas com ativos totais inferiores a R\$100 mil. O cadastramento das empresas declarantes também foi simplificado, com o aproveitamento do cadastro realizado pelas empresas para fins de movimentações cambiais, juntamente com as declarações anteriores já incluídas no sistema. As novas declarações quinquenais serão realizadas a partir da data-base de 31 de dezembro de 2025.

Outros avanços ocorreram no módulo de crédito externo, o SCE-Crédito, no qual foram implementadas funcionalidades para a identificação de títulos sustentáveis emitidos por residentes (Tesouro Nacional e empresas brasileiras) no mercado internacional e foi simplificada a classificação por modalidades, com a fusão de empréstimos diretos e financiamentos de organismos internacionais, em linha com os padrões metodológicos internacionais.

g) Estatísticas de criptoativos

O BC deu sequência ao aperfeiçoamento das estatísticas de criptoativos passando a divulgar no balanço de pagamentos, a partir do segundo semestre de 2025, os fluxos apartados em criptoativos sem emissor (*bitcoin*, por exemplo), classificados na conta de capital do balanço de pagamentos, e com emissor (tais como as moedas digitais de bancos centrais e as *stablecoins*), classificados na conta financeira. O BC se mantém como referência internacional na compilação e divulgação de estatísticas de criptoativos, conforme

apontamentos do Departamento de Estatísticas do FMI, já incorporando a metodologia prevista na nova edição do manual internacional de referência.

h) Aperfeiçoamentos do sistema Selic

O Portal Selic Conecta passou a oferecer mais dados por meio de quatro novas APIs (Interfaces de Programação de Aplicação) do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). A primeira API mostra, em tempo real, os preços e estatísticas das operações com títulos públicos federais. A segunda traz informações sobre contas de custódia e informações sobre clientes de participantes cadastrados no Selic. A terceira permite consultar os dados cadastrais dos títulos públicos. A quarta disponibiliza os dados cadastrais das instituições participantes do Selic.

Por sua vez, a plataforma *Pre-matching*, que funciona como uma etapa de conferência prévia de operações com títulos públicos federais, antes de sua liquidação no Selic, tornou-se obrigatória para o registro de operações compromissadas entre participantes de mercado e deles com o BC. Essa medida busca ampliar a eficiência operacional e estabelecer um padrão único de comunicação, reduzindo erros operacionais e tentativas de liquidação com informações inconsistentes, aumentando a segurança do mercado de títulos públicos.

Operações compromissadas são transações de compra (ou de venda) de títulos acompanhadas do compromisso de revenda (ou de recompra) dos mesmos títulos em uma data preestabelecida. Elas correspondem a um instrumento de política monetária e de gestão de liquidez do sistema financeiro. Por meio delas, o BC controla a quantidade de dinheiro em circulação e mantém a taxa Selic efetiva diária próxima à meta definida pelo Copom.

Ainda em relação à plataforma *Pre-matching*, foi desenvolvido um modelo integrado à ferramenta para aprimorar as operações de intermediação em lote. O limite de contrapartes tornou-se ajustável, cada operação passou a poder ser liquidada de forma independente e as instituições passaram a contar com o envio automático dos comandos ao sistema Selic. O resultado foi maior agilidade e eficiência nas intermediações, além da padronização pelo uso do *Pre-matching*. Na sistemática anterior, que foi desativada, havia um limite máximo de cinco contrapartes, e a liquidação era atômica: ou todas as operações eram concluídas simultaneamente ou nenhuma delas se concluiu.

i) Aprimoramentos nas operações com títulos públicos federais conduzidas pelo BC

Em julho de 2025, o BC fez mudanças nas operações de mercado aberto com o objetivo de melhorar a gestão da liquidez. As operações compromissadas de longo prazo com livre movimentação de lastro passaram a ser feitas semanalmente, por prazo de seis meses, além das quatro ofertas semanais habituais com prazo de três meses. Ao mesmo tempo, foram retomadas as operações compromissadas denominadas Intracopom, sem livre movimentação de lastro e com prazo ajustado ao intervalo entre as reuniões do Copom.

Em dezembro de 2025, para tornar a utilização do instrumento de empréstimo de títulos (operações conjugadas com o BC) mais eficiente e reduzir riscos operacionais, o processo de requisição dos títulos ao BC e a respectiva entrega de ativos pela contraparte foi automatizado. Presentes todos os requisitos necessários na operação, os comandos seguem imediatamente para a liquidação no Selic. Antes dessa mudança, as instituições precisavam solicitar o empréstimo por telefone ou por *e-mail*, o que tornava o processo mais lento e sujeito a erros e a atrasos.

O módulo complementar *Ofdealers* do Selic, utilizado pelo BC e pela Secretaria do Tesouro Nacional para conduzir operações e leilões de títulos públicos federais, passou por ajustes importantes no ano. O principal deles foi uma adap-

tação para que sejam permitidos títulos públicos cujo respectivo pagamento de cupom de juros ocorra no dia útil seguinte aos leilões de operações compromissadas curtas (por prazo de um dia útil). Esse era o único tipo de operação compromissada na qual ainda não se permitia a utilização de tais títulos, já que são aceitos nas operações compromissadas de prazos mais longos e nas operações compromissadas conjugadas com o BC (empréstimos de títulos).

O BC também aperfeiçoou os sistemas para apreçamento dos títulos usados em suas operações compromissadas. Para o apreçamento do título, é utilizado um modelo de desconto sobre os preços – conhecido como *haircut*. Esse desconto corresponde à diferença entre o valor de mercado de um ativo e o valor considerado pelo BC para servir de lastro na operação, e funciona como uma margem de segurança contra possíveis oscilações de preço.

O cálculo do *haircut* leva em conta dois fatores principais: a duração do título (ou seja, o tempo restante até o vencimento) e a volatilidade das taxas de juros no mercado. Quanto maior a incerteza ou a oscilação nos preços, maior tende a ser o *haircut* aplicado.

Para chegar a esses valores, o BC utiliza dois modelos estatísticos diferentes: a Regressão Linear Múltipla (RLM), que estima o *haircut* com base em uma relação média entre variáveis, e a Regressão Quantílica (RQ), que concentra a análise nos cenários mais extremos. O *haircut* final sempre corresponde ao maior valor estimado entre os dois modelos.

2 Estabilidade financeira nacional

Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram, durante o ano, para o alcance do objetivo estratégico: “Manter a estabilidade financeira nacional”.

Nesse sentido, o BC monitora constantemente o SFN. As análises realizadas indicam que não houve risco relevante para a estabilidade financeira em 2025 e que o sistema financeiro estava preparado para enfrentar todos os choques macroeconômicos, inclusive os simulados.

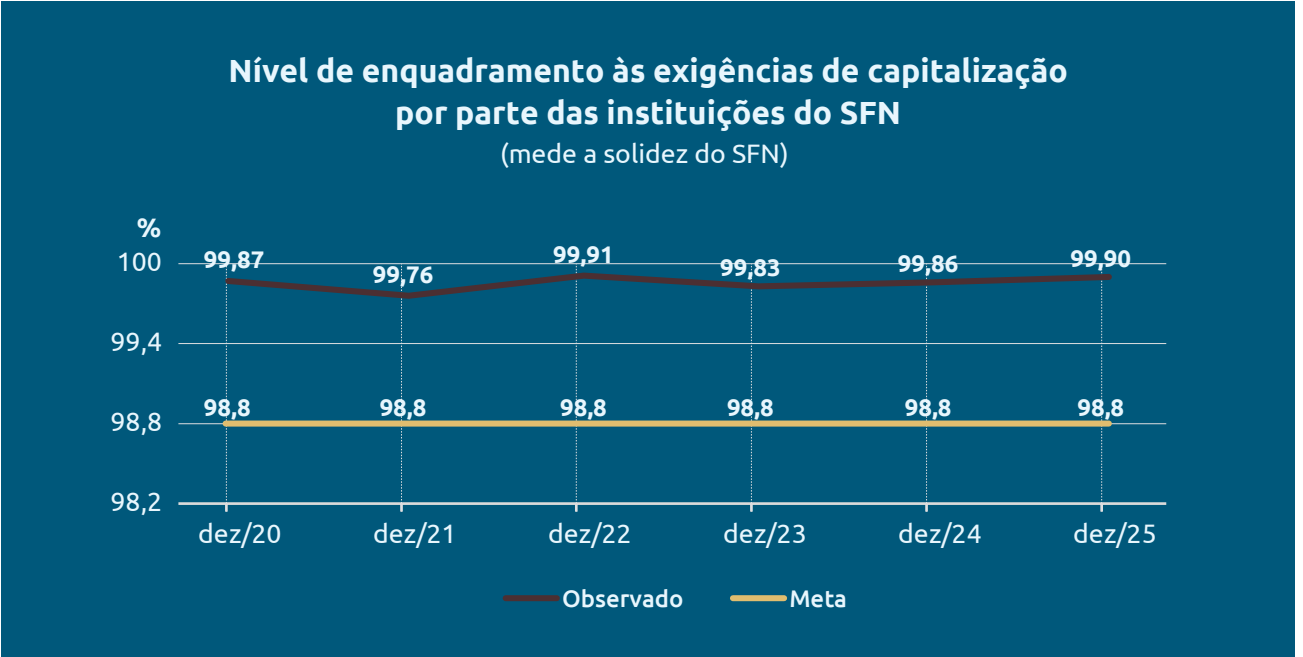
O crescente nível de digitalização do SFN e do SPB tornou primordial o fortalecimento de ações voltadas à segurança cibernética e à resiliência operacional. A ocorrência de uma série de incidentes cibernéticos relevantes durante o ano fez com que o BC desenvolvesse um conjunto de medidas para aprimorar os controles de segurança relativos à comunicação eletrônica de dados no âmbito da Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN), entre outras ações, detalhadas na seção “Resiliência cibernética”.

a) Solidez do SFN e Supervisão Prudencial

Durante o ano, o SFN manteve níveis de capital e liquidez superiores aos requerimentos prudenciais, bem como provisões adequadas à cobertura dos riscos. Para as pessoas físicas, observou-se aumento da materialização do risco de crédito, sobretudo para o crédito rural. Com relação às

empresas, a materialização de risco elevou-se ao longo do ano nas operações com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Destaca-se, ainda, que o crédito obtido por meio do mercado de capitais continuou ganhando relevância no financiamento para empresas. A política macroprudencial se mantém em posição neutra, consistente com períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros.

Um indicador mensal que permite acompanhar a solidez do sistema financeiro é o Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por parte das instituições do SFN (NEEC-SFN). Ele é apurado mensalmente e manteve, ao longo de todo o ano, desempenho superior à meta estabelecida de 98,8%, alcançando resultado de 99,90% em dezembro de 2025.



A atuação do BC no monitoramento e na supervisão prudencial e de conduta continuou a contribuir decisivamente para o funcionamento adequado do SFN em 2025. A atuação proativa concorreu para a manutenção da solidez do SFN e para o adequado fluxo de crédito para a economia, bem como contribuiu positivamente para a implementação da agenda de inovação do BC. Para tanto, o BC atuou continuamente junto às entidades supervisionadas, realizando diversos tipos de ações de supervisão, desde monitoramento remoto até atividades de supervisão *in loco*.

O BC também atuou na disponibilização de informações de interesse da sociedade acerca do desempenho do SFN. Houve intensificação do uso de sistemas de informação, aplicativos, ferramentas e algoritmos que já se encontravam em desenvolvimento nos últimos anos.

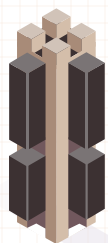
Ao final de 2021, o BC supervisionava 1.660 instituições financeiras individuais. Decorridos cinco anos, ao final de 2025, esse número passou para 1.879, um acréscimo de 13,19% no período. Além disso, nos últimos anos, tem-se observado um aumento na diversidade dos modelos de negócio das instituições supervisionadas, que variam muito em natureza e complexidade. Esse Universo Supervisionado (US) contempla conglomerados bancários e não ban-

cários, e outras instituições independentes, como cooperativas de crédito, instituições de pagamento, instituidores de arranjos de pagamento, administradoras de consórcios, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, corretoras de câmbio, operadoras de infraestruturas do mercado financeiro, entre outras.

Dessa forma, a atuação crescentemente diversificada e competitiva do SFN demanda que o BC amplie a realização de avaliações prospectivas sobre a viabilidade de seus modelos de negócio e a qualidade das suas estruturas de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, aplicáveis tanto nos aspectos prudenciais quanto de conduta.

Assim, ao longo do ano, apesar de restrições nos recursos humanos disponíveis frente ao aumento na quantidade e complexidade das instituições supervisionadas, o BC concluiu 722 ações finalísticas de supervisão, contemplando monitoramento micro e macroprudencial, supervisão prudencial bancária, não bancária e de conduta, assim como ações de assessoria e de supervisão especializada, curadoria de dados e gestão técnica. As ações de supervisão implementadas tiveram como diretriz o alinhamento às prioridades estratégicas, bem como a cobertura do US.

ESTABILIDADE FINANCEIRA



SISTEMA FINANCEIRO

O BC considera que não há risco relevante para a estabilidade financeira.



CRÉDITO

O financiamento à economia real desacelerou, em linha com as condições financeiras mais restritivas e com a moderação no crescimento da atividade econômica.

O crédito arrefeceu na margem para famílias e empresas.

RESILIÊNCIA

Não obstante o aumento das perdas esperadas, o SFN continua bem provisionado.

A rentabilidade do SFN cresceu e é robusta o bastante para enfrentar eventuais mudanças de cenários ou adversidades.

Os resultados dos testes de estresse continuam indicando que o sistema bancário é capaz de absorver todos os choques simulados, tanto no capital quanto na liquidez.

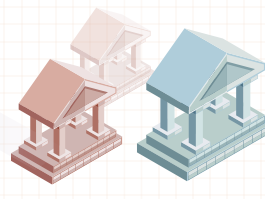
A resiliência do sistema e a proteção aos depositantes foi reforçada pelos aprimoramentos no mecanismo de contribuição adicional ao Fundo Garantidor de Créditos.

RISCOS

A materialização de risco deteriorou-se e deve continuar pressionada no curto prazo.

Mesmo com o dinamismo recente do mercado de trabalho, com ganhos consistentes de renda e redução expressiva do desemprego, o comprometimento de renda das famílias está historicamente elevado.

Incidentes recentes demonstraram que a materialização do risco cibernético pode trazer implicações para instituições financeiras e de pagamento.



Em 2025, também foram abertos 25 processos administrativos sancionadores. Ao longo do ano, o Comitê de Decisão de Processo Administrativo Sancionador (Copas) concluiu o julgamento de 28 processos, resultando na aplicação de 77 multas, que somaram R\$10,05 milhões, além de 35 inabilitações e uma proibição para o exercício de atividades no sistema financeiro.

No mesmo período, 85 processos foram arquivados, sendo 45 deles em razão do cumprimento de Termos de Compromisso (TCs), que visam à cessação de práticas inadequadas, à correção de irregularidades e à indenização de prejuízos a clientes. Desses 45 TCs, 21 geraram o recolhimento ao BC de R\$40,35 milhões a título de contribuição pecuniária. Três desses TCs, que tratam da cobrança de tarifas ou de encargos financeiros em desacordo com a regulamentação vigente, estabeleceram a obrigação de devolução de mais de R\$308 milhões a mais de dez milhões de clientes.

Como resultado do aprimoramento da gestão processual, o ano foi encerrado com o menor número histórico de processos pendentes de julgamento – 32 ao todo – o que representa uma redução de 72,1% em relação ao estoque de cinco anos atrás. O prazo médio para a decisão dos processos também apresentou seu melhor desempenho nesse período, alcançando 10,17 meses, bem abaixo da meta estabelecida de 18 meses.

Mais informações sobre o tema estabilidade financeira nacional estão disponíveis no [Relatório de Estabilidade Financeira](#) e nos [comunicados e atas das reuniões do Comef](#).

b) Regulação prudencial de capital mínimo das IFs

O CMN e o BC atualizaram, em 2025, a metodologia para definir o capital mínimo que deve ser mantido pelas IFs e demais entidades autorizadas a operar pelo BC – [Resolução Conjunta 14, de 3 de novembro de 2025](#), e [Resolução BCB 517, de 3 de novembro de 2025](#). A nova regra deixa de considerar apenas o tipo de instituição e passa a avaliar as atividades efetivamente exercidas, tornando o requisito mais aderente ao perfil de atuação de cada entidade.

A mudança moderniza parâmetros que estavam praticamente inalterados desde 1999 e incorpora práticas internacionais, alinhando o Brasil a modelos adotados em outras jurisdições. A atualização também reduz assimetrias regulatórias e limita possibilidades de arbitragem entre diferentes tipos de instituição.

Os novos limites de capital serão implementados em quatro fases, iniciando em 1º de julho de 2026 e devendo ser integralmente observados até 1º de janeiro de 2028 pelas instituições já autorizadas ou com pedidos em análise. A medida fortalece a estrutura patrimonial das instituições e contribui para a segurança e a solidez do SFN.

c) Alinhamento de normas contábeis ao padrão IFRS9

Em 1º de janeiro de 2025, entraram em vigor a [Resolução CMN 4.966, de 2021](#), e a [Resolução BCB 352, de 2023](#), que alinham as normas contábeis aplicáveis às instituições financeiras ao padrão internacional IFRS 9 – *Financial Instruments*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As resoluções estabelecem critérios para classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e provisionamento de instrumentos financeiros, em convergência com o pronunciamento emitido pelo IASB.

As principais mudanças tratam da mensuração de ativos e passivos financeiros, que passam a ser registrados inicialmente pelo valor justo, acrescido ou deduzido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, os instrumentos serão reavaliados pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. As receitas e os encargos passarão a ser apropriados periodicamente pelo método dos juros efetivos, tornando o reconhecimento contábil mais próximo do fluxo financeiro das operações.

Quanto ao provisionamento, as instituições deverão reconhecer a perda esperada associada ao risco de crédito, mensurada de acordo com a probabilidade de inadimplemento e a expectativa de recuperação do instrumento, avaliando-se as condições econômicas correntes e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas

condições de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento e o valor de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento durante o seu prazo esperado. Além disso, o BC instituiu níveis mínimos de provisão para perda incorrida para os instrumentos financeiros inadimplidos, assim considerados aqueles com atraso de mais de noventa dias nos pagamentos.

As novas regras são aplicáveis a todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários, além de exposições não reconhecidas em contas patrimoniais (*off-balance sheet*), como as garantias prestadas e os compromissos de crédito.

As Resoluções também disciplinam os critérios contábeis para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), de acordo com o IFRS 9, e os requerimentos de divulgação de informações em notas explicativas que permitam aos usuários avaliarem a natureza e a relevância dos riscos resultantes das operações com instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira, e para o desempenho da instituição, em consonância com as exigências previstas no pronunciamento internacional IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*.

d) Operações compromissadas com títulos de renda fixa

O BC realizou a modernização do marco regulatório aplicável às operações compromissadas com títulos de renda fixa, com foco em eficiência operacional, alinhamento às

práticas de mercado e aprimoramento da liquidez. A iniciativa contempla a possibilidade de realização de operações com livre movimentação de títulos privados sem a obrigatoriedade de interposição de contraparte central quando uma das partes não for regulada, desde que os contratos prevejam cláusula de *buy-in* para mitigação de eventuais falhas de entrega.

Prevê-se, ainda, a inclusão das cooperativas de crédito no rol de instituições habilitadas a realizar operações compromissadas com quaisquer contrapartes e a exclusão, para fins de verificação de limites operacionais, das operações com títulos públicos federais utilizadas por instituições emissoras de moeda eletrônica para atendimento do requisito de liquidez.

As alterações propostas decorrem da evolução do mercado e da constatação de que a exigência de contraparte central, na prática, não tem sido ofertada para operações com títulos privados, tornando-se um entrave à fluidez das transações. A ampliação do escopo, para cooperativas de crédito, de realização de operações compromissadas com qualquer contraparte harmoniza o regimento com a disciplina prudencial vigente e contribui para reduzir assimetrias e fortalecer a liquidez do segmento. No caso das emissoras de moeda eletrônica, a medida evita que os limites operacionais se convertam em restrições indevidas ao cumprimento das exigências prudenciais de liquidez.

2.1 RESILIÊNCIA CIBERNÉTICA

Além das ações previstas no objetivo “Aprimorar a resiliência operacional do SFN, promovendo ações para fortalecimento da gestão da resiliência cibernética nas entidades supervisionadas” do PPA 2024-2027, o BC desenvolveu uma série de medidas que fazem parte da agenda mais ampla de revisão regulatória voltada à segurança e resiliência cibernética. O objetivo é elevar o nível de proteção das infraestruturas, mitigar riscos e garantir um ambiente seguro para a inovação digital.

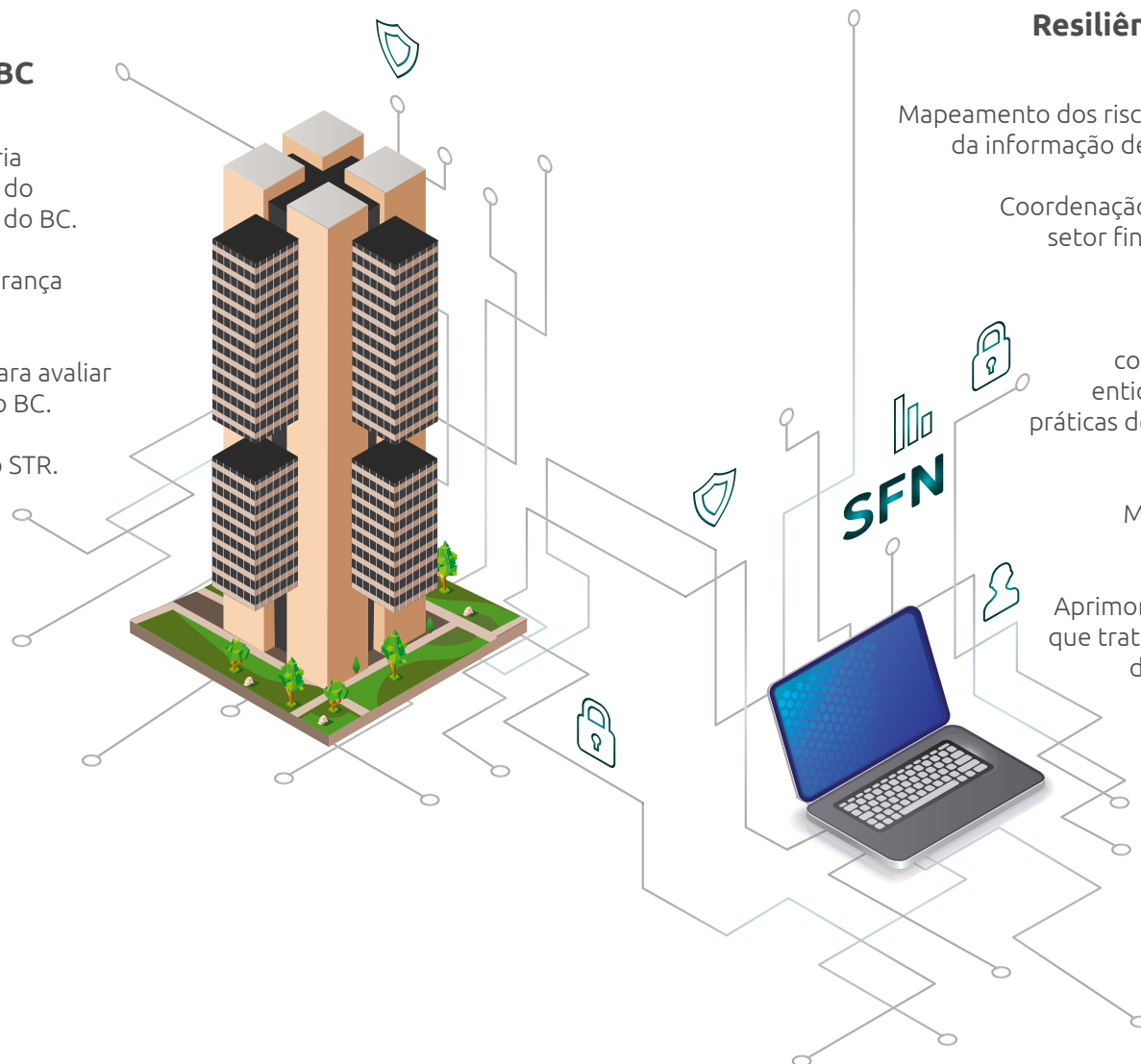
Resiliência cibernética do BC

Aquisição de soluções para melhoria contínua da segurança cibernética do Sistema Pix e dos demais sistemas do BC.

Ações de conscientização em segurança cibernética.

Realização de testes de intrusão para avaliar a segurança de sistemas críticos do BC.

Avaliação de riscos cibernéticos do STR.



Resiliência cibernética do SFN

Mapeamento dos riscos e controles de tecnologia da informação de entidades supervisionadas.

Coordenação de exercício cibernético do setor financeiro com participação de entidades supervisionadas.

Realização de ações de conscientização direcionadas a entidades supervisionadas sobre práticas de segurança cibernética e de resiliência operacional.

Monitoramento de incidentes cibernéticos relevantes.

Aprimoramento da regulamentação que trata da comunicação eletrônica de dados no âmbito da RSFN.

A ocorrência de ataques cibernéticos complexos com implicações para entidades supervisionadas ampliou a preocupação do setor com esses eventos, cujas características foram exploradas em *workshops* para disseminação de práticas de segurança cibernética que alcançaram mais de 3.000 profissionais das áreas de tecnologia da informação, segurança da informação, gestão de riscos e auditoria interna de entidades supervisionadas.

Além disso, em 2025, a Autarquia concluiu mais uma etapa do mapeamento da exposição das entidades supervisionadas aos riscos tecnológicos e cibernéticos e dos controles de tecnologia da informação implementados por essas instituições. Os resultados desse mapeamento possibilitaram a identificação de pontos de aprimoramento da regulamentação que trata dos requisitos de segurança cibernética a serem implementados pelas instituições do SFN e do SPB.

O BC também permaneceu focado nas medidas para resposta e recuperação de incidentes que possam causar impactos mais amplos sobre o setor financeiro. Em 2025, realizou o segundo exercício cibernético com o objetivo de validar os planos de crise e de continuidade de negócio das instituições participantes. A consolidação dos exercícios cibernéticos coordenados pelo BC possibilita a troca de conhecimento e o treinamento continuado das equipes de resposta e recuperação de incidentes cibernéticos, bem como o desenvolvimento de mecanismos, processos e protocolos para a coordenação do setor no enfrentamento de crises cibernéticas que possam ter implicações sistêmicas.

a) Participação no Guardião Cibernético 7.0

O BC participou do Exercício Guardião Cibernético 7.0 realizado em Brasília, com o objetivo de fortalecer a segurança cibernética das infraestruturas críticas do Brasil por meio da simulação de ataques. A iniciativa promove um ambiente de aprendizagem conjunta, reunindo organizações de diferentes segmentos em simulações baseadas em casos reais, visando validar protocolos, reduzir tempo de resposta e fortalecer a colaboração – aspecto fundamental para enfrentar crises cibernéticas.

Em 2025, o exercício contou com cerca de 750 participantes, incluindo forças armadas, órgãos governamentais, universidades e mais de 160 organizações dos setores de energia, transporte e finanças. O BC coordenou o Setor Financeiro na fase de preparação e atuou como regulador e provedor de serviços críticos durante o simulado.

A participação contribui para identificar vulnerabilidades e aprimorar planos de resposta. Desde a primeira edição, o BC tem desempenhado papel ativo, impulsionando avanços significativos na capacidade conjunta do setor financeiro para prevenir e reagir a incidentes críticos.

b) Resposta aos incidentes cibernéticos

Incidente cibernético é um evento adverso relacionado à segurança da informação que pode comprometer a disponibilidade, a integridade ou a confidencialidade de sistemas

de informação, dados ou redes de computadores. Quando ocorridos em entidades supervisionadas, podem, além de impactar suas respectivas infraestruturas cibernéticas, trazer implicações para a adequada operação do SFN.

Em 2025, o SFN registrou aumento significativo de incidentes cibernéticos. Foram comunicados ao BC 76 casos considerados relevantes, número 29% superior ao de 2024. Os incidentes caracterizados como fraudes passaram a ser maioria: 39 casos, ante nove registrados em 2024. Os demais 27 casos corresponderam a falhas de tecnologia da informação. Cerca de 65% dos casos ocorreram no segundo semestre.

Os ataques envolveram diferentes métodos, incluindo aliamento de funcionários de Prestadoras de Serviço de Tecnologia da Informação (PSTIs), interceptação e modificação de mensagens no ponto de assinatura digital e uso indevido de credenciais obtidas por engenharia social, como phishing, malware ou cooptação direta de colaboradores.

Os incidentes revelam fatores críticos como a crescente dependência de serviços prestados por terceiros e o uso disseminado de APIs. Na avaliação do Comef, em muitos casos, isso vem ocorrendo sem a devida avaliação periódica dos riscos, tampouco monitoramento operacional adequado pelas instituições supervisionadas. **Saiba mais.**

A ocorrência de incidentes cibernéticos relevantes exigiu significativo redirecionamento de força de trabalho para

ações emergenciais de supervisão, com foco na contenção de impactos e na preservação da estabilidade do SFN e do SPB.

Entre as medidas adotadas, destacam-se:

- » realização de ações de supervisão presenciais para identificar vulnerabilidades e deficiências de controle;
- » requisição de informações detalhadas sobre os incidentes;
- » determinação de implementação de medidas corretivas;
- » monitoramento diário da liquidez e solidez das entidades mais impactadas; e
- » medidas regulatórias para aumentar os requisitos de segurança dos participantes do Pix.

Além disso, foram estabelecidas medidas para reduzir o risco de mau uso de operações no SFN e no SPB, mediante a imposição de restrições junto às instituições que registraram movimentações indevidas, e a determinação de contratação de auditoria independente para avaliação da segurança dos sistemas. A resposta aos incidentes exigiu mobilização ampla das equipes envolvidas e prioridade máxima nas ações, demonstrando a capacidade do BC de atuar de forma coordenada e ágil diante de situações críticas. Com essas medidas, reforçou-se o compromisso com a segurança cibernética e a integridade do SFN e do SPB,

garantindo respostas efetivas para preservar a estabilidade e a confiança no mercado.

c) Medidas estruturantes para aumento da segurança do SFN

Para além das respostas mais imediatas, com o objetivo de limitar o efeito dos incidentes, o BC adotou uma série de medidas estruturantes no sentido de conferir mais segurança aos serviços financeiros oferecidos em meios digitais. São exemplos dessas iniciativas:

» Rejeição de transações para contas com fundada suspeita de fraude

O BC alterou a **Resolução BCB 142, de 23 de setembro de 2021**. A mudança estabelece que as instituições autorizadas a funcionar pelo BC, na prestação de serviços de pagamento, ao identificarem fundada suspeita de envolvimento de fraude em contas de depósitos à vista, depósitos de poupança ou contas de pagamento pré-pagas, devem rejeitar transações destinadas a essas contas. A medida abrange operações via Pix e TED.

Segundo o ato normativo, a avaliação de fundada suspeita de envolvimento de fraude deve considerar fatores definidos por cada instituição, podendo inclusive se utilizar de informações constantes em sistemas eletrônicos e bases de dados de caráter público ou privado.

» Encerramento de contas-bolsão

O BC editou as Resoluções **CMN 5.261** e **BCB 518**, ambas de 3 de novembro de 2025, que alteram a regulamentação sobre abertura, manutenção e encerramento de contas de depósitos e de contas de pagamento. As novas normas determinam que as instituições devem encerrar contas cujos titulares prestem serviços financeiros ou de pagamento no âmbito do SFN ou do SPB sem a devida previsão legal.

Considera-se hipótese de irregularidade a utilização da conta de depósitos para realizar pagamentos, recebimentos ou compensações de obrigações em nome de terceiros, quando essa prática puder ocultar ou substituir obrigações financeiras desses terceiros ou dificultar sua identificação. A norma estabelece, ainda, que cada instituição deve definir critérios próprios para identificar essas situações, podendo recorrer a informações disponíveis em bases de dados públicas ou privadas.

» Regulação de BaaS

CMN e BC regulamentaram, por meio da **Resolução Conjunta 16, de 28 de novembro de 2025**, a prestação do serviço de *BaaS* (*Banking as a Service*) por parte das instituições autorizadas a funcionar pelo BC.

Nesse primeiro momento, foram incluídas as prestações de serviços relativas:

- i. à abertura, à manutenção e ao encerramento de contas de depósitos à vista, de poupança e de contas de pagamento pré-pagas e pós-pagas, assim como a prestação de serviços de pagamento realizados por meio dessas contas;
- ii. ao credenciamento e à aceitação de instrumentos de pagamento em arranjos de pagamento; e
- iii. às operações de crédito (incluindo oferta, contratação, administração e cobrança).

Com a regulação, esse modelo de negócio passou a obedecer a regras claras principalmente em relação à transparência nos negócios e nas responsabilidades dos diversos entes envolvidos. Isso confere maior segurança jurídica e preserva a higidez do SFN e do SPB, promovendo, ao mesmo tempo, a eficiência, a competição e o acesso a produtos e serviços disponibilizados por meio desse modelo.

Banking as a Service (BaaS) é um modelo em que um banco “empresta” sua infraestrutura e seus serviços financeiros para que outras empresas possam oferecer produtos bancários como se fossem delas, sob a responsabilidade do banco.

» Atualização da política e dos requisitos de segurança cibernética de instituições financeiras

BC e CMN **aprovaram normativos** que tratam da política de segurança cibernética e dos requisitos para contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e computação em nuvem pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BC.

A iniciativa uniformiza o ambiente regulatório e reforça a segurança das infraestruturas de comunicação de dados e dos sistemas de pagamentos do SFN e do SPB.

Entre as principais mudanças, destacam-se:

- i. incorporação de requisitos mínimos adicionais à política de segurança cibernética das instituições, como gestão de certificados digitais, integração segura de sistemas, ações de inteligência cibernética, rastreabilidade de operações, testes de intrusão, controles de acesso, proteção de rede e aplicação regular de correções;
- ii. ampliação do escopo dos controles de segurança para o desenvolvimento de sistemas de informação e adoção de novas tecnologias, incluindo sistemas adquiridos ou desenvolvidos por terceiros;
- iii. reforço dos requisitos de segurança para comunicação eletrônica de dados com a RSFN, especialmente nos ambientes Pix e STR, como autenticação multifatorial,

isolamento de ambientes, monitoramento de credenciais e vedação de acesso de terceiros às chaves privadas das instituições;

- iv. exigência de realização anual de testes de intrusão por profissionais independentes, com documentação dos resultados e planos de ação para correção de vulnerabilidades, mantidos à disposição do BC por cinco anos;
- v. qualificação do serviço de comunicação eletrônica de dados na RSFN como serviço relevante para fins de contratação, sujeito a padrões rigorosos de gestão de riscos e supervisão pelo BC.

d) Resolução de Instituições Financeiras

Em 2025, o BC iniciou o ano com seis regimes de liquidação extrajudicial ativos. Durante o período, foram encerradas duas liquidações em administradoras de consórcios e decretados cinco novos regimes em instituições do Conglomerado Master: quatro liquidações extrajudiciais e um regime de administração especial temporária. Assim, ao final do ano, o estoque passou a contar com oito liquidações extrajudiciais e um regime de administração especial temporária, distribuídos da seguinte forma: uma administradora de consórcios, uma financeira, uma companhia hipotecária, uma distribuidora de títulos e valores mobiliários e cinco bancos.

Em relação ao Conglomerado Master, a decretação do regime especial foi motivada pela grave crise de liquidez das instituições, pelo comprometimento significativo da sua situação econômico-financeira, bem como por graves violações às normas que regem a atividade das instituições integrantes do SFN. O Conglomerado, classificado como de crédito diversificado, porte pequeno e segmento S3, detinha 0,57% do ativo total e 0,55% das captações totais do SFN. **Saiba mais.**

A condução desses regimes é competência legal do BC, prevista na **Lei 6.024, de 1974**, e no **Decreto-Lei 2.321, de 1987**, que conferem à autoridade monetária poderes para intervir e liquidar instituições financeiras quando há risco de insolvência, gestão temerária ou violação grave às normas do SFN. Esses instrumentos visam proteger a poupança popular e preservar a confiança no sistema financeiro. Ao decretar um regime de resolução, o BC atua para interromper práticas que possam gerar efeitos sistêmicos, assegurando um processo ordenado de encerramento ou reorganização das atividades, com mecanismos que suspendem execuções individuais e garantem tratamento equitativo aos credores. Esse trabalho é parte essencial da manutenção da estabilidade financeira, objetivo central das autoridades monetárias em todo o mundo.

e) Autorização de Instituições de Pagamentos (IPs)

A **Resolução BCB 494, de 5 de setembro de 2025**, estabeleceu novas regras para a autorização de funcionamen-

to das instituições de pagamento. A norma passou a exigir que todas as instituições que prestam serviços de emissão de instrumentos de pagamento pós-pagos e de credenciamento obtenham autorização prévia do BC para operar essas atividades.

A resolução também estendeu essa exigência às instituições emissoras de moeda eletrônica que já prestavam esse serviço antes de 1º de março de 2021 e que ainda não eram autorizadas a funcionar pela Autarquia. Essas instituições seguiam um cronograma de solicitação de autorização de acordo com sua volumetria, o qual foi substituído pelas novas regras estabelecidas pela Resolução 494.

f) Duplicatas escriturais

Com a implantação dos sistemas de escrituração, registro e depósito centralizado previstos na **Resolução BCB 339, de 2023**, cujo processo de adoção pelo mercado começou no final de 2025, as operações com recebíveis mercantis passarão a ocorrer exclusivamente por meio de duplicatas escriturais. Esse avanço exige uma transição segura entre o modelo atual de negociação e o novo ambiente tecnológico.

Para assegurar essa migração, o BC definiu as regras para a inserção, nos novos sistemas de escrituração, dos contratos de negociação já vigentes e que geram recebíveis futuros. A adaptação ocorrerá separadamente para cada sacador. Após o início de funcionamento do ecossistema,

os financiadores terão até dez dias para enviar aos sistemas de escrituração os contratos ativos firmados com seus clientes. Em seguida, caberá aos escrituradores processar os contratos e ajustar as agendas de duplicatas antes do início da emissão das duplicatas escriturais. Essa etapa final não tem prazo definido, considerando possíveis controvérsias na transição.

g) Alinhamento metodológico no processo de supervisão

A metodologia de Avaliação de Riscos e Controles (SRC), tradicionalmente usada na supervisão de bancos, foi estendida em 2025 às entidades não bancárias. O alinhamento metodológico garante tratamento equitativo entre instituições bancárias e não bancárias com mesmo nível de risco, racionaliza a alocação de recursos e promove sinergia nos processos de supervisão, incluindo monitoramento, atuação de especialistas, desenvolvimento de sistemas, capacitação e outras iniciativas.

h) Financial Sector Assessment Program (FSAP)

Em 2025, foi iniciada a avaliação do setor financeiro brasileiro realizada pelo FMI e pelo Banco Mundial: o FSAP. O Programa envia duas missões de especialistas para o Brasil, que buscam analisar detalhadamente a resiliência do SFN e auxiliar as autoridades nacionais a minimizar a ocorrência e a severidade de eventuais crises no setor financeiro.

A primeira missão ocorreu em dezembro de 2025. Um dos focos dessa missão foi a avaliação da aderência do Brasil aos Princípios Fundamentais do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária. A primeira missão também avaliou outros temas, como: i) a capacidade de o Brasil gerenciar crises financeiras; ii) a qualidade da regulação e supervisão dos mercados de títulos financeiros; iii) o arcabouço institucional para manejar a liquidez sistêmica no Brasil; e iv) a estrutura do setor de infraestruturas de mercado financeiro.

Mais de 150 servidores do BC participaram de grupos técnicos, de respostas a centenas de itens de questionários e de mais de uma centena de reuniões com especialistas avaliadores do FMI e do Banco Mundial, representantes do governo, de outros supervisores brasileiros e representantes do mercado.

A segunda missão visitará o Brasil em março de 2026. Nessa ocasião, o FSAP avaliará: i) a qualidade da legislação e regulação que disciplina o mercado de ativos virtuais; ii) a regulação e as práticas de supervisão para o risco cibernético; iii) o arranjo de pagamento Pix; iv) o arcabouço legal e regulatório que trata da proteção ao consumidor de serviços financeiros; v) o financiamento de imóveis e de infraestrutura; e vi) a qualidade da política macroprudencial.

A avaliação produzida pelo FMI e pelo Banco Mundial no âmbito do FSAP deve ser concluída ao longo do segundo semestre de 2026.

i) Acompanhamento da implementação da norma de instrumentos financeiros

Com a entrada em vigor, no início de 2025, da **Resolução CMN 4.966, de 25 de novembro de 2021**, e da **Resolução BCB 352, de 23 de novembro de 2023**, que definem a nova regulamentação contábil para instrumentos financeiros, o BC iniciou um mapeamento detalhado de como as instituições financeiras estavam aplicando as novas regras.

Esse trabalho analisou, por exemplo, se as entidades estavam calculando corretamente a perda esperada em operações de crédito e em outros instrumentos que possuem risco de crédito – um cálculo que influencia diretamente o nível de provisões que cada instituição deve manter.

Após a análise, cada instituição da amostra recebeu uma devolutiva específica, com orientações sobre possíveis ajustes necessários. Essa atuação é essencial porque permite ao BC verificar se as instituições estão aderentes ao que a norma exige e identificar rapidamente falhas ou desvios na sua implementação. Com isso, as correções podem ser feitas de forma tempestiva, garantindo maior qualidade das informações contábeis e maior robustez na avaliação dos riscos de crédito.

j) Duplo fator de autenticação para acesso ao STR-Web

O STR-Web é o aplicativo disponibilizado pelo BC para acesso técnico ao Sistema de Transferência de Reservas (STR). Seu uso requer certificação digital do tipo A3, conforme os padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). O uso da certificação visa a garantir a autenticidade do operador responsável pela emissão e assinatura das mensagens geradas no sistema.

Em 2025, com o objetivo de ampliar a segurança, o BC aprimorou os requisitos de acesso ao STR-Web. Além dos certificados A3, passou a ser exigido o uso de um dispositivo móvel com aplicativo autenticador como um segundo fator de segurança durante o processo de *login*.

k) Limite de valor para emissão de Transferência Eletrônica Disponível (TED)

Com o objetivo de fortalecer a segurança do arranjo TED, passou a vigorar um limite de R\$15 mil para operações emitidas por instituições que se conectam à Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN) por intermédio de Provedor de Serviços de Tecnologia da Informação (PSTI). Em situações específicas, esse limite pode ser dispensado mediante autorização do BC.

A medida visa a reduzir a exposição do arranjo TED a vulnerabilidades operacionais, especialmente aquelas decorrentes de falhas na prestação de serviços por PSTI, como observado em eventos registrados no segundo semestre de 2025.

l) Módulo SPI do SPB-Web e alertas de movimentação

Com o objetivo de reforçar a segurança e a higidez do ecossistema do Pix e do SPB, o BC introduziu aperfeiçoamentos no gerenciamento e no monitoramento das Contas Pagamento Instantâneo (Contas PI), utilizadas pelos participantes diretos para liquidar transações no Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI).

O módulo SPI passou a integrar o SPB-Web, interface acessível pela internet que permite aos participantes diretos acompanhar e administrar sua Conta PI. Entre as funcionalidades disponíveis estão: consulta de saldo, configuração do saldo mínimo para alertas, definição do grau de intensidade das comunicações de movimentações atípicas e bloqueio ou desbloqueio manual da Conta PI. Esses recursos ampliam a capacidade de resposta das instituições e apoiam ações preventivas e de mitigação de fraudes e riscos operacionais.

Além disso, os participantes diretos do SPI devem implementar mecanismos próprios para identificar, em tempo real e de forma ininterrupta, movimentações atípicas ou potencialmente fraudulentas em sua Conta PI. Em caso de suspeita, devem interromper imediatamente o processa-

mento das transações. Também devem monitorar continuamente os alertas de movimentação atípica e de atingimento de saldo mínimo emitidos pelo BC.

m) Consulta pública sobre criação de indicador de liquidez simplificado e ampliação do escopo de aplicação do indicador de Liquidez de Curto Prazo

O BC abriu consulta pública sobre a criação do indicador de Liquidez de Curto Prazo Simplificado (LCRS) e a ampliação do uso do indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR). O LCR é um indicador que mede a capacidade de uma instituição financeira de enfrentar um período de estresse de liquidez de trinta dias. Ele é calculado como a razão entre ativos líquidos de alta qualidade, que podem ser facilmente convertidos em dinheiro, e as saídas líquidas de caixa previstas nesse período em um cenário de estresse. Esse índice serve para garantir que bancos e outras instituições tenham reservas suficientes para honrar compromissos mesmo em momentos de estresse financeiro.

O LCRS é uma versão simplificada do LCR, criada para instituições de menor porte ou complexidade. Ele mantém a lógica de cálculo do LCR, mas com regras mais simples e menos exigências de dados detalhados. O objetivo é fortalecer a capacidade das instituições financeiras de manter reservas de ativos líquidos, garantindo que consigam cumprir compromissos mesmo em momentos de estresse.

O LCRS será aplicado a grupos de instituições dos Segmentos 3 e 4 que captam recursos do público, enquanto o LCR

passará a incluir também instituições do Segmento 2. Futuramente, o BC poderá avaliar requisitos específicos para o Segmento 5.

As instituições financeiras no Brasil são divididas em cinco segmentos (S1 a S5) de acordo com seu tamanho, importância e risco potencial para o SFN. Assim, por exemplo, instituições do S1 seguem regras mais rigorosas, enquanto as S5 seguem regulação mais leve. Essas categorias garantem que as regras sejam proporcionais ao tamanho e ao risco de cada instituição, protegendo o sistema financeiro como um todo. São elas:

- S1 – bancos maiores, com mais de R\$100 bilhões em ativos;
- S2 – bancos médios, com ativos entre R\$15 bilhões e R\$100 bilhões;
- S3 – bancos menores, com ativos entre R\$5 bilhões e R\$15 bilhões;
- S4 – bancos e financeiras pequenos, com ativos abaixo de R\$5 bilhões;
- S5 – instituições muito pequenas, como cooperativas de crédito e financeiras, com atuação limitada. **Saiba mais.**

n) Consulta pública sobre aprimoramento da mitigação de risco de crédito

O BC realizou consulta pública sobre o aprimoramento das regras para o reconhecimento de instrumentos mitigadores do risco de crédito incorrido pelas instituições supervisionadas. A iniciativa regulatória inclui o aprimoramento das regras para o cálculo do capital requerido para cobertura do risco de crédito de contraparte decorrente de transações com derivativos mediante a Abordagem CEM (*Current Exposure Method*).

As mudanças incorporam ao arcabouço prudencial a experiência prática na efetividade do uso de instrumentos para mitigação do risco de crédito no Brasil, mantendo ou aprimorando a convergência aos padrões internacionais. Esse conjunto de modificações visa a incrementar a resiliência das instituições supervisionadas, mediante a alocação de capital regulatório compatível com o risco de crédito das operações, e repercutindo positivamente na estabilidade financeira.

o) Terceira fase do novo arcabouço prudencial para risco de mercado

O BC publicou nova metodologia para o cálculo do requerimento de capital para os instrumentos sujeitos ao risco de mercado, mediante abordagem padronizada. O novo método traz importantes aperfeiçoamentos que tornam o

cálculo do capital mais adequado às características da carteira de negociação das instituições e mais consistente com as estratégias de gestão de risco de mercado utilizadas.

A regulamentação representa a terceira fase da revisão do arcabouço prudencial relativo ao requerimento de capital dos instrumentos sujeitos ao risco de mercado, em linha com as recomendações internacionais do Comitê de Basileia. A Fase 1 (Fronteira e Governança) passou a ter efeitos em janeiro de 2023 e a Fase 2 (Requerimento de capital para o risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação) em julho de 2024.

Estão sujeitas ao novo arcabouço de risco de mercado as instituições enquadradas nos segmentos S1, S2 e S3. As novas regras foram objeto de consulta pública e entrarão em vigor a partir de janeiro de 2027, assegurando-se, assim, tempo adequado para adaptação de processos e sistemas à nova metodologia de cálculo.

p) Atualização das normas sobre a Razão de Alavancagem

As normas sobre a Razão de Alavancagem (RA) foram atualizadas e as novas regras passarão a vigorar em julho de 2026 – **Resolução CMN 5.223** e **Resolução BCB 478, de 30 de maio de 2025**. Atualmente os conglomerados prudenciais dos segmentos S1 e S2 devem observar piso de RA de 3% em bases consolidadas. Como inovação, as ins-

tituições individuais materialmente relevantes integrantes de conglomerados prudenciais do S1 e S2 também deverão observar piso de RA de 2,25%, porém em bases individuais e a ser integralmente cumprido com Capital Principal. O piso de 2,25% poderá ser cumprido em bases subconsolidadas, para um subconjunto do conglomerado prudencial dentro do qual haja livre fluxo de recursos. O piso de 2,25% será introduzido gradualmente até alcançar o valor total a partir de janeiro de 2028.

Capital Principal representa o capital de melhor qualidade. É formado, basicamente, pelos recursos investidos pelos acionistas e pelos lucros retidos ao longo do tempo, deduzidos os itens difíceis de vender ou que dependam de lucro futuro para se viabilizar.

Outra mudança é a possibilidade de exclusão, da Exposição Total (denominador da RA), das exposições intrassistêmicas por instituições de sistemas cooperativos, exceto por instituições do S1. Como exemplo de requisito para a exclusão, o sistema cooperativo deverá constituir um Mecanismo de Compartilhamento de Risco (MCR) com recursos para preservar as cooperativas de crédito do sistema.

Além disso, os conglomerados financeiros do Tipo 1 e do Tipo 3 (do S1 a S4) devem apurar a RA em base consolidada. Adicionalmente, as instituições do Tipo 3 do S2 devem

observar piso de 3% para a RA em base consolidada e piso de 2,25% em base individual ou subconsolidada (exigível integralmente em Capital Principal) para instituições materialmente relevantes. O critério de materialidade é ter Passivo Exigível excedendo 0,1% do PIB (aproximadamente R\$11 bilhões).

Houve também a atualização da forma de apuração da Exposição Total da RA, em linha com o padrão do BCBS.

A Razão de Alavancagem é uma medida que mostra quanto uma instituição financeira está usando de recursos em relação ao capital que ela tem, isto é, mostra o quanto da fonte de recursos é devida a recursos próprios, dos acionistas. Se a Razão de Alavancagem é baixa, significa que a instituição está mais endividada, usando muito dinheiro de terceiros. Isso pode ser arriscado em momentos difíceis. Se a razão é alta, quer dizer que a instituição está mais segura, com menos risco de não conseguir pagar suas dívidas.

q) Política de qualidade das informações prestadas pelas instituições financeiras

O CMN e o BC publicaram a **Resolução Conjunta 18, de 28 de novembro de 2025**, que instituiu a política sobre a qualidade das informações prestadas na esfera de atuação do BC pelas instituições financeiras e demais instituições auto-

rizadas. Com o objetivo de zelar pela estabilidade e eficiência do SFN, essas instituições prestam uma vasta gama de informações, as quais são utilizadas, entre outras finalidades, no processo de supervisão, devendo atender a requisitos de qualidade para serem úteis. Nesse contexto, a política estabelece, com base na recomendação do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária:

- » o conceito de qualidade da informação;
- » a obrigatoriedade de elaboração e implementação de política voltada a garantir a qualidade da informação; e
- » a atribuição de competências ao conselho de administração e à diretoria das instituições reguladas.

Com a iniciativa, espera-se aumentar a qualidade das informações prestadas e, consequentemente, aprimorar a sua utilidade aos diversos usuários. Os normativos entram em vigor a partir de janeiro de 2026.

r) Ampliação da amostra da Pesquisa de Estabilidade Financeira

A amostra das IFs que participam da Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF) foi ampliada, passando a incluir todos os conglomerados prudenciais e independentes supervisionados pelo BC sujeitos ao **Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCP)**.

A partir da edição de outubro de 2025, a amostra da PEF passou a contar com 48 novas instituições líderes de conglomerados prudenciais (cinco do segmento prudencial S3 e 43 do segmento S4), totalizando 122 supervisionadas pelo BC e 23 entidades reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Susep e pela Previc. Com essa inclusão, o número de instituições representadas na PEF passou de 1.226 para 1.344. O objetivo foi coletar uma visão mais abrangente sobre o SFN, considerando seus diferentes segmentos e portes. Tendo sido estipulado um período de teste de duas reuniões do Comef para aprimoramento da qualidade das respostas, os resultados consolidados desta amostra ampliada passarão a ser divulgados a partir de maio de 2026.

A Agenda BC# reúne ações que são o foco da atuação estratégica do BC. Seus resultados buscam modernizar o SFN e contribuir para o crescimento sustentável da economia, além de contar com importantes iniciativas de inclusão por meio da tecnologia. A seguir, são apresentados os resultados da Agenda BC# distribuídos pelas seis dimensões: Inclusão, Competitividade, Transparência, Educação, Sustentabilidade e Excelência.

3.1 INCLUSÃO

Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram para o alcance do objetivo estratégico: “Facilitar acesso aos mercados financeiros”.

A inclusão financeira é o processo por meio do qual mais indivíduos têm acesso efetivo a serviços financeiros providos por IFs, tais como crédito, poupança, pagamentos, seguros, previdência e investimentos. Nesta dimensão, as iniciativas visam facilitar o acesso de todos ao mercado financeiro, abrangendo pequenos e grandes usuários, investidores e tomadores de recursos, brasileiros e estrangeiros. Elas têm por objetivo simplificar e desburocratizar procedimentos para facilitar a entrada de novos participantes no SFN. [Saiba mais.](#)



a) Novo modelo de crédito imobiliário

O novo modelo de crédito imobiliário, estabelecido pela **Resolução CMN 5.254** e pela **Resolução CMN 5.255, ambas de 10 de outubro de 2025**, busca aumentar o acesso ao crédito para a compra da casa própria, especialmente para famílias de baixa e média renda. Ele faz isso por meio do uso mais eficiente dos depósitos da poupança e de outras fontes de recursos, como as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs).

Atualmente, uma parte do dinheiro depositado na poupança precisa, por regra, ser usada pelos bancos para conceder financiamentos imobiliários. O novo modelo amplia essa obrigação e traz uma forma diferente de contabilizar operações de crédito para o cumprimento dessa regra a partir de 2027, viabilizando um aumento na concessão de crédito. Já a partir de 2026, entram em vigor alguns ajustes com base nos princípios do novo modelo, viabilizando R\$111 bilhões de recursos para o crédito imobiliário, sendo R\$52,4 bilhões a mais em relação às regras atuais.

Outra parte do dinheiro depositado na poupança atualmente deve ser mantida como reserva no BC. No novo modelo, essa exigência pode ser reduzida se os bancos contratarem financiamentos imobiliários. Essa regra entrou em vigor em 2025, viabilizando R\$36,9 bilhões de forma imediata.

Assim, no novo modelo haverá um aumento gradual da exigência de aplicação da poupança no crédito imobiliário, que passará de 65% para 100% até 2037. Desse total,

80% deverão ser destinados a financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com juros limitados a 12% ao ano. Além disso, imóveis com valor de até 1 milhão de reais terão um peso maior para efeito de cumprimento das regras, incentivando o crédito para a classe média baixa.

Houve também aumento no teto de valor dos imóveis financiáveis de R\$1,5 milhão para R\$2,25 milhões. Essa mudança permite que mais pessoas possam ser atendidas pelo novo modelo, mediante uso do saldo do FGTS para reduzir o valor financiado ou pagar parcelas.

A partir de janeiro de 2026, entram em vigor outras medidas complementares. Entre elas está a possibilidade de incluir um componente adicional nos sistemas de amortização nas operações de crédito imobiliário atualizadas pela inflação, o que torna as parcelas mais previsíveis e seguras para os mutuários.

O novo modelo busca ampliar o crédito habitacional em condições adequadas, estimulando o setor imobiliário e beneficiando diretamente quem deseja adquirir a casa própria.

b) BC consolida normas e amplia escopo regulatório para financeiras

O BC atualizou e unificou as regras das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI), conhecidas como financeiras, formalizadas com a publicação da **Resolução**

CMN 5.237, de 24 de julho de 2025. O objetivo da medida é criar um ambiente regulatório mais claro, competitivo e seguro. Ela foi construída com base em 33 contribuições feitas em consulta pública sobre o normativo. As contribuições vieram de associações, escritórios de advocacia, *fintechs* e outros participantes do mercado. As principais mudanças foram:

- » revogação de regras antigas e desatualizadas;
- » incorporação de práticas de *fintechs* de crédito e instituições de pagamento, estimulando inovação e competição;
- » autorização expressa de atuação como credenciadoras e de participação no capital de outras empresas;
- » inclusão de instrumentos de captação de recursos no exterior; e
- » consolidação do uso de LCIs e Certificado de Operações Estruturadas (COEs).

A atualização harmoniza as normas aplicáveis aos modelos tradicionais e digitais, garantindo um posicionamento adequado das financeiras em relação a instituições com menor escopo de atuação, como *fintechs* de crédito, e instituições com maior escopo, como bancos. Com isso, espera-se incentivar o crescimento sustentável do crédito no país, promovendo segurança jurídica, estímulo à inovação e fortalecimento da competitividade no SFN.

c) Consulta pública propõe novas regras para o eFX

O BC realizou consulta pública com o objetivo de colher sugestões sobre proposta de aprimoramento da regulamentação do serviço de pagamento ou transferência internacional conhecido como eFX. Por meio do eFX, são viabilizados, por exemplo, os pagamentos com cartões de uso internacional e os pagamentos das aquisições realizadas por meio de plataformas de comércio eletrônico. A proposta objetiva aumentar a segurança e a transparência na prestação do serviço eFX.

De acordo com o texto proposto, o eFX passaria a ser prestado exclusivamente por instituição autorizada pelo BC. Os prestadores ainda não autorizados desse serviço passariam a solicitar autorização para funcionamento como instituição de pagamento nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago ou credenciador, em prazo a ser definido pelo BC.

Além disso, as instituições autorizadas passariam a realizar envio mensal de arquivos com detalhamento das transações sob a sistemática de eFX. Com essa medida, o BC terá melhores instrumentos para acompanhar e supervisionar essas operações. Ainda de acordo com a proposta, os prestadores de eFX passariam a informar, para divulgação no *site* do BC, o início e o encerramento da prestação do serviço, permitindo que o BC e o público tenham acesso à informação sobre quais são os prestadores de eFX em atuação.

Finalmente, os valores em reais passariam a ser recebidos do usuário e a ele entregues somente por meio de conta de depósito de titularidade do prestador de eFX destinada exclusivamente à prestação do serviço. A segregação de contas entre movimentação de recursos próprios e de terceiros tem se mostrado boa prática, favorecendo a aplicação de procedimentos de prevenção a ilícitos. Há ainda a proposta de ampliação do uso do eFX, para viabilizar a transferência de recursos relacionados a investimento no mercado financeiro e no mercado de valores mobiliários, no país ou no exterior, limitada a US\$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos).

d) Regulamentação do uso de ativos virtuais e das instituições que atuam nesse mercado

O BC estabeleceu regras para a autorização e a prestação de serviços relacionados a ativos virtuais, criando as Sociedades Prestadoras de Serviços de Ativos Virtuais (SPSAVs). Esses temas estão disciplinados nas **Resoluções BCB 520 e BCB 519**, ambas de 10 de novembro de 2025.

As Resoluções aprovadas resultam das propostas normativas submetidas a Editais de Consulta Pública. Esses editais receberam contribuições de instituições do mercado de ativos virtuais, de setores regulados pelo BC, de associações, escritórios de advocacia, pessoas naturais e entidades constituídas no exterior.

A **Resolução BCB 519, de 2025**, estabelece as regras para a autorização das SPSAVs. A norma também atualiza os procedimentos de autorização aplicáveis a segmentos anteriormente regulados pelo CMN, como sociedades corretoras de câmbio, corretoras de títulos e valores mobiliários e distribuidoras de títulos e valores mobiliários. O texto reúne regras gerais comuns a todos esses segmentos e regras específicas para garantir uma transição segura e organizada para o novo segmento das SPSAVs.

A **Resolução BCB 520, de 2025**, disciplina a prestação de serviços de ativos virtuais, define quem poderá prestá-los e estabelece as regras para a constituição e o funcionamento das SPSAVs.

A regulação estende às entidades que prestarem serviços de ativos virtuais toda a regulamentação que trata de temas como: proteção e transparência nas relações com os clientes; prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; requisitos de governança; segurança; controles internos; prestação de informação; entre outras obrigações e responsabilidades.

Os serviços de ativos virtuais poderão ser prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo BC ou pelas SPSAVs constituídas exclusivamente para essa finalidade.

e) Definição das atividades de prestação de serviços de ativos virtuais incluídas no mercado de câmbio

A **Resolução BCB 521, de 10 de novembro de 2025**, definiu as atividades de prestação de serviços de ativos virtuais (AVs) que passam a integrar o mercado de câmbio:

- » o pagamento ou transferência internacional usando AVs;
- » a transferência de ativo virtual para cumprir obrigações decorrentes do uso internacional de cartão ou outro meio de pagamento eletrônico;
- » a transferência de ativo virtual para ou a partir de carteira autocustodiada; e
- » a compra, venda ou troca de ativos virtuais referenciados em moeda fiduciária.

Essas atividades devem ser desenvolvidas por Prestadoras de Serviços de Ativos Virtuais (PSAVs) autorizadas pelo BC a operar no mercado de câmbio a partir de fevereiro de 2026. Essas PSAVs passam a enviar ao BC, em base mensal e até o dia cinco do mês subsequente à operação, informações sobre as operações com ativos virtuais nesse mercado. A norma também definiu as situações envolvendo ativos virtuais que devem obedecer à regulamentação sobre os capitais brasileiros no exterior e sobre os capitais estrangeiros no país, conferindo maior eficiência e segurança jurídica a essas operações e resguardando as estatísticas e as contas nacionais afetadas por esses negócios.

f) Aprimoramento da regulamentação das operações de câmbio interbancárias

O BC modernizou as regras sobre as operações de câmbio interbancárias. A **Resolução BCB 539, de 18 de dezembro de 2025**, equipara o tratamento dessas operações com as operações de câmbio realizadas com clientes em relação à sua livre formalização e à livre comprovação de que as partes consentem com as condições pactuadas. Além disso, a norma aumenta a eficiência para que as instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio prestem informações sobre as operações cambiais interbancárias ao BC, inclusive no caso de operações com a participação de câmara ou prestador de serviços de compensação e de liquidação.

Além do aumento de eficiência, o fornecimento de informações passa a seguir grade horária similar às operações de câmbio com clientes. Finalmente, a liquidação automática, a alteração e o cancelamento das operações interbancárias e com instituições do exterior passam a ser permitidos, observada a concordância das partes. As disposições aprovadas começarão a vigorar a partir de junho de 2027, tendo em vista a realização de ajustes e testes nos sistemas de informação das instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio e do BC.

g) Panorama do Sistema de Consórcios

O Panorama do Sistema de Consórcios foi publicado no segundo semestre de 2025, com referência a dezembro de 2024. Ele traz dados importantes sobre o setor. Houve crescimento significativo do setor, movimentando R\$121,8 bilhões – um aumento de 20,6% em relação ao ano anterior. A carteira total chegou a R\$125,7 bilhões, com alta de 17,6%.

Esse crescimento mostra que o consórcio continua sendo uma boa opção para quem quer adquirir bens ou serviços, além de contribuir para a inclusão financeira de pessoas que não utilizam o sistema bancário tradicional.

O número de cotas ativas chegou a 11,4 milhões, e 14,8% delas foram contempladas durante o ano. O destaque foi o segmento de imóveis, que apresentou o maior avanço. Sete administradoras de consórcios deixaram de operar, e duas novas entraram no mercado, encerrando o ano com 131 empresas ativas.

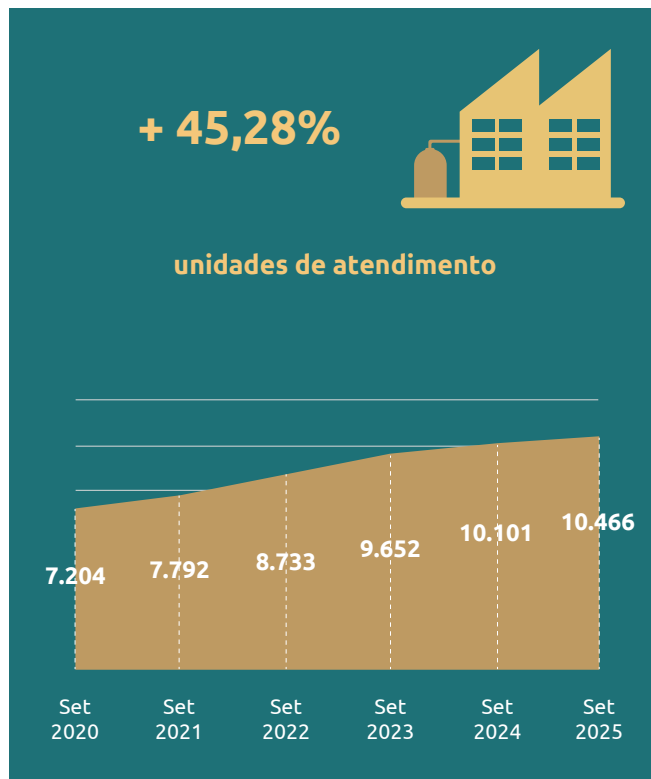
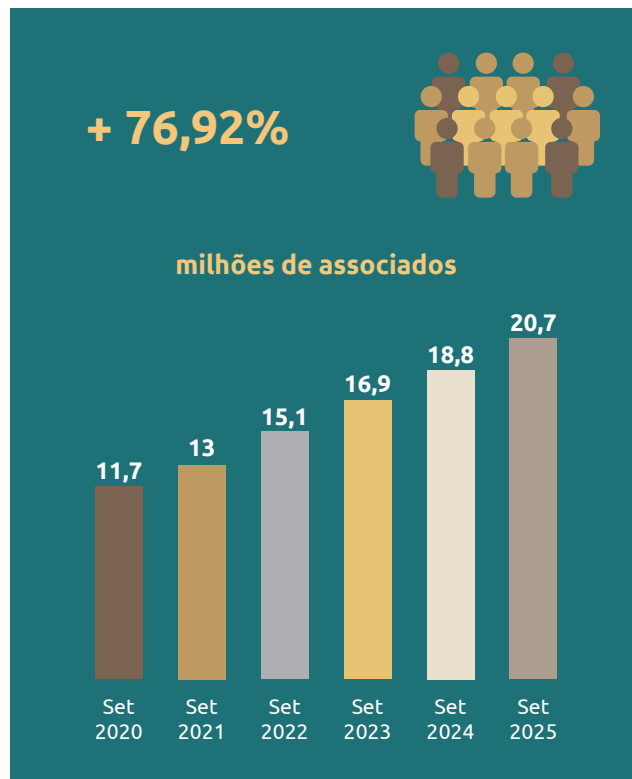
Os dados confirmam a expansão contínua do Sistema de Consórcios, que se consolidou como uma importante modalidade de financiamento para aquisição de bens e como instrumento de inclusão financeira, especialmente após superar os impactos da pandemia. O relatório está disponível [aqui](#).

h) Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

Publicado em 2025, com dados referentes a dezembro de 2024, o Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo reúne análises econômicas, financeiras e sociais sobre o cooperativismo de crédito, servindo como base para

orientar ações e regulações do BC sobre o tema. O relatório reforça o papel das cooperativas como agentes de inclusão financeira, especialmente em regiões com menor presença bancária, e como instrumentos de apoio ao desenvolvimento local, com destaque para o setor agroindustrial e micro e pequenas empresas.

O cooperativismo é um setor em crescimento, inovador e alinhado à missão do BC de promover um sistema financeiro sólido e eficiente. Diferentemente dos bancos tradicionais, as cooperativas ampliam seus pontos de atendimento e presença nos municípios, fortalecendo o contato humano e a gestão democrática. Assim, o segmento vem suprimindo lacunas deixadas pelo sistema financeiro convencional e consolidando-se como força relevante na inclusão e no desenvolvimento econômico do país. A **LiveBC #46** trouxe informações relevantes sobre o Cooperativismo de Crédito no país. O relatório está disponível [aqui](#).



Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são, ao mesmo tempo, donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços.

Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta-corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. O cooperativismo não visa a lucros; os direitos e os deveres de todos os cooperados são iguais; e a adesão é livre e voluntária. As cooperativas podem estar presentes em locais onde outras instituições financeiras não atuam e oferecer serviços a cidadãos que não possuem conta bancária.

i) Novas regras para o controle do direcionamento da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) no sistema cooperativo

Com a publicação da **Resolução CMN 5.210, de 9 de maio de 2025**, o BC consolida e simplifica as regras sobre o uso dos recursos obtidos pelas cooperativas de crédito por meio da LCA. O objetivo é melhorar o monitoramento do crédito rural e incentivar o uso da LCA como uma fonte sustentável de financiamento para o agronegócio.

O controle desses recursos passou a ser centralizado em cooperativas centrais, confederações ou bancos cooperativos. Isso reduz riscos operacionais e torna o processo mais eficiente. Com a mudança:

- » o número de instituições que precisam seguir essas regras cairá de 127 para 28, sem reduzir o volume total destinado ao crédito rural;
- » o tratamento dado à LCA será uniforme em relação às regras já aplicadas aos recursos à vista, garantindo mais equilíbrio regulatório.

3.2 COMPETITIVIDADE

Esta seção relata as ações desenvolvidas e os principais resultados alinhados ao objetivo estratégico: “Incentivar a concorrência nos Sistemas Financeiro e de Pagamentos”.

A dimensão de Competitividade busca fomentar a concorrência dentro do SFN com a ampliação do número de participantes e de soluções. O desenvolvimento de novos produtos e serviços, principalmente digitais, favorece o aumento da qualidade e a diversificação do mercado. Meios de pagamentos mais ágeis e baratos, em um ambiente de crescente aperfeiçoamento dos sistemas financeiro e de pagamentos, favorecem a formação de preços mais baixos para os cidadãos. Além disso, a concorrência promove a inovação, a redução de custos de manutenção dos negócios e o aprimoramento do mercado.

Algumas ações da dimensão Competitividade também têm o objetivo de proporcionar acesso a linhas de crédito e financiamentos internacionais para o governo e as empresas em melhores condições. Outro ponto importante é o desenvolvimento de ações de resiliência e segurança cibernética.

Inovação no SFN



a) Pix

Em 2025, o Pix ganhou novas funcionalidades, detalhadas a seguir.

Crescimento do Pix

172 milhões de pessoas
e **22,2 milhões** de empresas usam o Pix.

920 milhões é o
número de chaves registradas.



7,934 bilhões de transações em dez/2025,
contra **6,4 bilhões** em dez/2024,
aumento de 24%.

Fontes: BC, BIS, dez/2025.

b) Pix por aproximação

O Pix por aproximação facilita o pagamento via Pix, pois basta aproximar o celular do leitor do vendedor, conferir as informações na tela e confirmar a operação. Para tanto, o cliente deve vincular sua conta a uma carteira digital que permita pagamentos por aproximação via Pix. Algumas instituições financeiras também oferecem esse recurso em seus próprios aplicativos, sem a necessidade de uso de uma carteira digital. Atualmente, a solução está disponível somente para celulares que possuem o *Android* como sistema operacional.

O Pix por aproximação usa a tecnologia *Near Field Communication* (NFC). Por isso, é necessário que o celular do cliente tenha NFC e que o dispositivo do recebedor esteja habilitado para esse tipo de transação. O cliente também precisa estar conectado à internet para que a comunicação entre as instituições funcione corretamente.

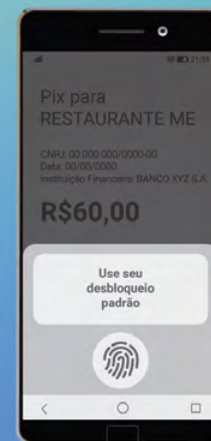
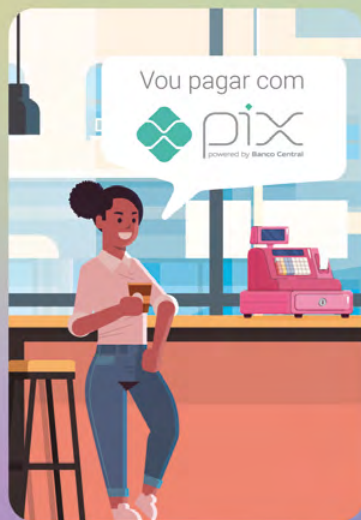
O processo exige o uso de biometria ou senha no celular, garantindo que apenas o aparelho autorizado realize pagamentos. Cada transação passa por verificação de segurança e autenticação, protegendo o cidadão contra o uso indevido do dispositivo. O limite atual é de R\$500,00 por transação, sem limite diário. O cliente pode definir controles adicionais, se desejar.

Quando a solução via carteira digital é utilizada, a comunicação entre a carteira e o banco ocorre por meio de APIs do Open Finance. Essa integração entre o Pix e o Open Finance simplifica processos e estimula a concorrência no SFN.

Assista ao vídeo BC te Explica #140 e saiba mais.

Pix por aproximação

Como pagar



1

Avisar ao comerciante que quer pagar com Pix.

2

Desbloqueie seu celular e o aproxime da maquininha.

3

A carteira digital é automaticamente aberta e mostra os dados do pagamento na tela do seu celular.

Revise as informações e, em seguida, confirme com sua biometria ou senha.

Pagamento efetivado.

c) Pix Automático

O Pix Automático permite o pagamento automático de contas que se repetem, como energia, água, escola, academia e *streaming*.

O usuário autoriza o débito uma vez, e as próximas contas são pagas automaticamente na data certa. É possível cancelar a autorização a qualquer momento, definir um valor máximo por cobrança e acompanhar tudo pelo aplicativo do banco.

A segurança segue os padrões do Pix. Todas as transações passam por verificação e autenticação, e o Mecanismo Especial de Devolução (MED) garante o ressarcimento em caso de golpes ou fraude. A devolução será obrigatória caso haja qualquer erro do banco na gestão da autorização concedida. Somente empresas idôneas e com CNPJ ativo há mais de seis meses poderão oferecer o serviço.

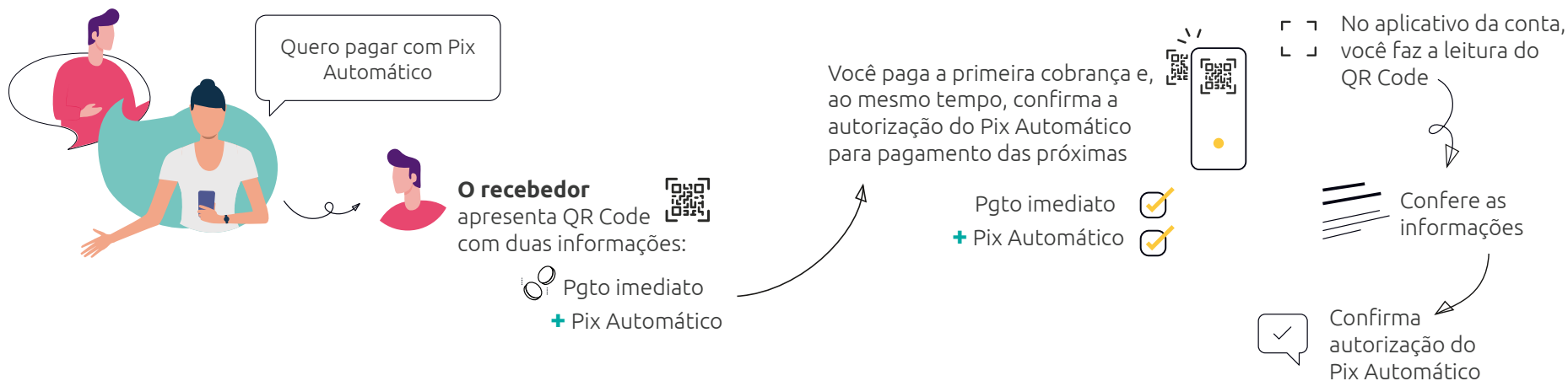
O Pix Automático pode usar também a tecnologia do Open Finance. Essa integração permite a contratação do produto tanto pelo usuário pagador quanto pelo recebedor, fazendo uso do Iniciador de Transações de Pagamento, uma das modalidades de instituições de pagamento reguladas pelo BC. Assista aos vídeos BC te Explica **#146** e **#147** e saiba mais.

Há várias maneiras de autorizar pagamentos recorrentes com Pix Automático. A opção mais comum utiliza um *QR Code*, com o qual o pagador efetua um pagamento e, ao mesmo tempo, autoriza o pagamento automático das cobranças futuras.



Pagar com **Pix Automático**

POR MEIO DE QR CODE PAGAMENTO IMEDIATO



INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Depois de autorizado o Pix Automático, os pagamentos são agendados e efetivados de forma automática.

Para maior conveniência, você recebe notificação do agendamento e pode conferir se o valor está correto e se terá saldo suficiente.

No dia programado, o pagamento é efetivado – sem esquecimento, sem atraso.

d) Aprimoramento da segurança do Pix

Ao longo de 2025, o BC implementou diversas medidas para aprimorar os mecanismos de segurança do Pix. Além disso, o Manual de Penalidades do Pix foi revisado.

i. Diferenciação entre os comprovantes de transações concluídas e de transações agendadas via Pix

O comprovante de agendamento de um Pix passou a ter o termo “Agendamento Pix” e um ícone correspondente. Já os comprovantes de pagamentos concluídos passaram a ser sinalizados com um ícone de confirmação. Essa possibilidade foi implementada para combater o golpe do falso comprovante e facilitar para o recebedor a identificação de que uma transação foi, de fato, concluída.

ii. Autoatendimento do Mecanismo Especial de Devolução (MED)

Os usuários podem contestar transações que envolvam fraudes, golpes e crimes diretamente no aplicativo da IF, sem precisar acessar os canais de atendimento por esta disponibilizados. As duas instituições financeiras ou de pagamento envolvidas na transação avaliam o caso e a devolução dos recursos só ocorre se houver concordância sobre a fraude e disponibilidade de saldo na conta do recebedor. É possível acompanhar o andamento e o status do pedido de devolução pelo próprio aplicativo. Essa funcionalidade não vale para desacordos comerciais, erros de envio ou situa-

ções que envolvam terceiros de boa-fé. O objetivo é agilizar o processo de devolução, aumentando as chances de bloquear o valor na conta do fraudador e devolver o dinheiro à vítima. [Assista ao vídeo BC te Explica #155 e saiba mais.](#)

iii. Conformidade das chaves Pix com as bases de dados da Receita Federal

Agora, as instituições financeiras e as instituições de pagamento devem garantir que os nomes das pessoas e das empresas nas chaves Pix sejam iguais aos que estão cadastrados na Receita Federal. Se o CPF ou CNPJ estiver com situação irregular – como suspenso, cancelado, nulo ou de pessoa falecida – a chave Pix será excluída. Essas verificações são feitas sempre que alguém registra, altera, transfere ou reivindica uma chave.

iv. MED 2.0

O MED do Pix está mais eficiente. Desde novembro de 2025, as instituições podem, facultativamente, rastrear transações fraudulentas em contas utilizadas para recepção de recursos, a fim de requisitar o bloqueio e a devolução desses recursos diretamente para a vítima. Anteriormente, apenas a conta utilizada originalmente para o cometimento da fraude era bloqueada. A partir de fevereiro de 2026, a adoção da ferramenta será obrigatória. A nova ferramenta tem o potencial de aumentar as chances de recuperação de valores e de aumentar a identificação de contas fraudulentas.

v. Bloqueio de chaves Pix envolvidas em fraude

O BC deixou de retornar as informações para identificação da conta de chaves Pix que tenham marcação de fraude. Assim, pessoas e empresas envolvidas em fraude não poderão mais ser identificadas para receber transações Pix.

vi. Aumento das exigências para instituições não autorizadas

Instituições de pagamento não autorizadas pelo BC que já são participantes do Pix deverão solicitar autorização para funcionamento ao BC até 1º de maio de 2026. Além disso, essas instituições, assim como as instituições de pagamento autorizadas, passaram a ter que aplicar os recursos mantidos em contas de pagamento por seus clientes. Agora, 100% dos recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento deve ser alocado em títulos públicos federais no Selic. Também foi restringido o conjunto de instituições que podem permitir o acesso de instituições de pagamento não autorizadas aos sistemas do BC. A partir de março de 2026, apenas instituições integrantes dos segmentos S1, S2, S3 e S4 poderão prestar esse serviço. Cooperativas foram proibidas de prestar o serviço. Por fim, instituições de pagamento não autorizadas passaram a poder fazer transações Pix somente até o limite de R\$15 mil. Esse limite também foi aplicado para os participantes do Pix, mesmo aqueles autorizados, que acessam a RSFN por meio de Provedores de Serviço de Tecnologia da Informação (PSTIs).

vii. Previsão de exclusão para participantes do Pix que não observarem o patrimônio líquido mínimo exigido

Participantes que não observarem o limite mínimo de patrimônio líquido exigido de R\$5 milhões serão excluídos do Pix. A regra anterior previa a suspensão cautelar em caso de não observação desse valor mínimo. A manutenção do nível mínimo do patrimônio líquido estabelecido é condição necessária para que os participantes do Pix tenham mínimas condições de ofertar o serviço de pagamento de forma robusta e segura. A exclusão do participante é a medida mais adequada para preservar a higidez do ecossistema Pix, ao retirar do arranjo instituições cuja solidez financeira e capacidade de absorver perdas esteja aquém do mínimo estipulado.

viii. Prazo maior para novo pedido de adesão

O tempo necessário para que os participantes sancionados com a pena de exclusão do Pix possam apresentar novo pedido de adesão ao arranjo passou a ser de sessenta meses (antes era de doze). Como a pena de exclusão é reservada para descumprimentos do Regulamento do Pix considerados de alta gravidade, o aumento desse prazo teve por objetivo conferir maior eficácia à penalidade aplicada.

ix. Novos critérios para limites de valor

As regras de limites de valor para os usuários do Pix usavam como parâmetro os limites da Transferência Eletrônica

Disponível (TED). Agora, como as instituições já possuem um histórico de transações no Pix de seus clientes, os participantes do Pix passaram a estabelecer limites de valor com base exclusivamente no perfil de risco e de comportamento de seus clientes. Também passou a ser possível (i) que o cliente estabeleça limite igual a 0 para transações Pix, por meio da funcionalidade de gestão de limites Pix disponível em seu aplicativo; e (ii) que o participante estabeleça limite menor, inclusive igual a 0, caso o geolocalizador do dispositivo do cliente esteja desligado.

x. Bloqueio cautelar ampliado

O bloqueio cautelar de recursos na conta do usuário recebedor em caso de suspeita de fraude também passou a ser realizado nas contas de pessoas jurídicas (PJ), e não mais apenas nas de pessoas físicas. A possibilidade de bloqueio cautelar também nessas contas aumenta a capacidade de recuperação de recursos em casos de transações fraudulentas. Contas PJ vêm sendo cada vez mais utilizadas para recepcionar recursos oriundos de fraudes.

xi. Proposta para critérios objetivos para caracterização de uma transação como “fundada suspeita de fraude” e “suspeita de fraude”

O BC está debatendo conjuntamente com o Grupo Estratégico de Segurança do Pix (GE-Seg) o estabelecimento de critérios mínimos e objetivos para que uma transação seja qualificada como “fundada suspeita de fraude” ou como

“suspeita de fraude”. O estabelecimento desses critérios trará maior homogeneidade na conduta dos participantes e facilitará a capitulação de condutas para a instauração de processo de apuração de descumprimento do Regulamento do Pix, com consequente possível penalização de quem desobedecer a esses critérios. Além disso, serão estabelecidas regras claras, a serem adotadas por todas as instituições, para determinar quando transações deverão ser rejeitadas e quando deverão ser bloqueadas cautelarmente.

xii. Multa diária

O BC criou a multa diária, para reforçar a sua atuação em casos de descumprimento ao Regulamento do Pix. É mais um mecanismo à disposição do BC para fazer com que as instituições cumpram as determinações do BC dentro do prazo estipulado.

e) Lançamento do boleto dinâmico

Essa modalidade de boleto de cobrança pode ser utilizada na negociação e no pagamento de títulos representativos de dívidas entre empresas como, por exemplo, no caso de duplicatas escriturais. Para garantir o correto direcionamento dos recursos pagos de forma automática, o boleto dinâmico é vinculado ao título, emitido digitalmente em sistemas autorizados pelo BC. O devedor usará o mesmo boleto, físico ou eletrônico, para fazer o pagamento ao credor da dívida. Assim, o financiador que comprou o título não precisa trocar o meio de pagamento para receber o valor.

A criação do boleto de cobrança dinâmico representa avanços na modernização do sistema financeiro e mais segurança às empresas, principalmente às de pequeno e médio porte.

f) Gestão de riscos financeiros dos arranjos de pagamento

O BC publicou a **Resolução BCB 522, de 10 novembro de 2025**, que aperfeiçoa a regulação dos arranjos de pagamento no SPB. As mudanças resultam da Consulta Pública 104/2024 e visam ao fortalecimento da gestão de riscos, garantindo solidez e eficiência ao SFN.

A norma reforça que o instituidor do arranjo (bandeira) é responsável por assegurar a liquidação de todas as transações, inclusive com recursos próprios, caso os mecanismos de proteção sejam insuficientes. Também amplia a transparência sobre critérios de gestão de riscos e limita a responsabilização financeira dos participantes em processos de *chargeback* (contestação de operação) a 180 dias após a autorização da transação.

Entre as principais medidas, destacam-se: gerenciamento centralizado de riscos, vedação de exigência de garantias entre participantes, proibição de discriminação de emissores (*honor all cards*) e maior controle sobre subcredenciadores. A bandeira passa a ser a única responsável por monitoramento e gestão de riscos.

Outras melhorias incluem regras sobre interoperabilidade, compartilhamento de informações, transparência de tarifas e prevenção a fraudes; lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Como benefícios aos usuários finais, temos maior segurança nas transações, redução de riscos de não recebimento, transparência nas tarifas e regras, além de proteção contra fraudes e golpes. Essas medidas contribuem para um ambiente de pagamentos mais confiável e inclusivo e os instituidores têm o prazo de até 180 dias, a partir da entrada em vigor da norma, para adequar regulamentos e implementar as mudanças.

g) BC ouviu a sociedade sobre “tokenização” de cartões

O BC realizou uma tomada de subsídios para ouvir a sociedade sobre a prestação de serviços de solicitação e armazenamento de *tokens* de dados de instrumentos de pagamento (tokenização de cartões), como os oferecidos por carteiras digitais tais como Apple Pay, Samsung Pay e Google Pay. Esses *tokens* atuam como uma representação segura das credenciais dos usuários, facilitando transações de pagamento com cartões.

O tema ganhou relevância devido ao crescimento significativo dos pagamentos digitais no Brasil, impulsionado pelo uso de *smartphones* e carteiras digitais. Dessa forma, os soli-

citantes de *token* ganharam um poder de mercado significativo, o que pode levar a custos elevados para emissores de cartões, podendo trazer custos maiores para os usuários desses arranjos de pagamentos.

A tokenização de cartões é uma tecnologia usada para aumentar a segurança das transações digitais. Ao invés de usar diretamente o número do cartão (PAN), data de validade e *Card Verification Value* (CVV) nas transações, esses dados são substituídos por um *token* – um código gerado de forma única e segura. Esse *token* é usado em carteiras digitais ou sites de *e-commerce* para fazer pagamentos, sem expor os dados reais do cartão. Mesmo que o *token* seja interceptado, ele não pode ser usado fora do contexto autorizado (por exemplo, só vale para um determinado dispositivo ou comerciante), diminuindo o risco de fraude. O uso do *token* protege o cliente e permite pagamentos digitais mais seguros.

As contribuições da sociedade estão sendo analisadas pelo BC e vão ajudar a avaliar a eventual necessidade de regulamentar o serviço, de forma a garantir maior segurança e eficiência nas transações de pagamento.

h) Drex – A plataforma do BC para liquidação de transações com ativos digitais

Por meio da Iniciativa Drex, ao longo de 2025, o BC manteve canais de diálogo abertos com acadêmicos, especialistas do setor privado e representantes de bancos centrais e instituições multilaterais. Esses encontros ocorreram por meio de *workshops*, seminários virtuais e, principalmente, pela condução da segunda fase do Piloto Drex.

O **Projeto-Piloto da Plataforma Drex** foi lançado em 2023 e teve sua primeira fase de experimentos concluída em 2024. Em 2025, com base nos resultados testados na etapa anterior, mais de setenta empresas do mercado financeiro se organizaram em grupos de trabalho para discutir treze temas selecionados. Entre eles estavam: cessão de recebíveis; crédito com uso de bens em garantia (crédito colateralizado); transações com CCB; debêntures; ativos do agronegócio; crédito de carbono; automóveis; imóveis; moeda estrangeira; e ativos virtuais. No desenho dessas transações, o foco principal foi ampliar a segurança, a transparência e a eficiência nas operações de mercado.

O que é o DREX?

- ▶ **É a plataforma** que oferece o real, moeda oficial brasileira, **para a liquidação de transações com ativos digitais**
- ▶ Tem o **mesmo valor** e a **mesma aceitação** do real tradicional
- ▶ **É regulado pelo BC**, com emissão que atenda às **demandas de liquidação do mercado**
- ▶ Tem as **mesmas garantias e segurança** do real tradicional
- ▶ **Depende de um banco** ou de **outra instituição** para seu uso pelo cidadão



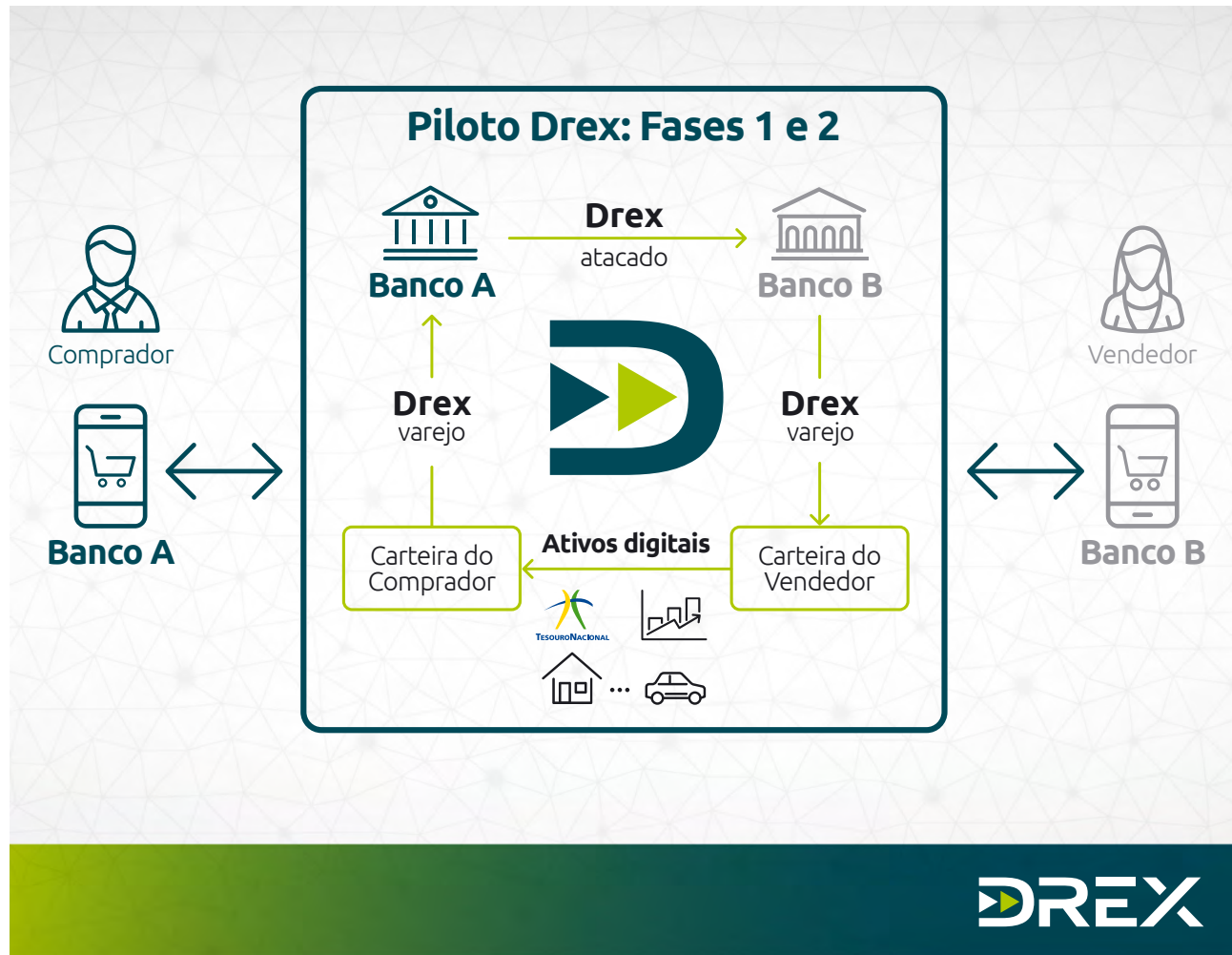
Na Fase 2, os participantes criaram e testaram seus próprios serviços dentro da plataforma, sem depender apenas do BC. Nessa etapa, também foram incluídos ativos não regulados diretamente pela Autarquia, com acompanhamento de órgãos como a CVM e o Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), para garantir segurança jurídica e avaliar a conformidade desses serviços com a legislação e a regulação vigentes.

Mais informações estão disponíveis na [página do Drex no site do BC](#) e nos vídeos [#87](#), [#88](#) e [#134](#) da série “BC te Explica” no YouTube.

i) Projeto Selic Digital

O projeto Selic Digital avalia o uso de instrumentos de política monetária em um ambiente de títulos públicos digitais (tokenizados) operando na plataforma Drex. No âmbito do projeto, foram desenvolvidos os Títulos Públicos Federais Tokenizados (TPFt), utilizados como caso de uso no Piloto Drex, além de contratos inteligentes capazes de executar operações compromissadas e operações definitivas de compra e venda desses títulos.

O projeto também integrou a plataforma aos sistemas atuais de leilões do BC, permitindo que a liquidação de seus resultados ocorra diretamente na *blockchain*. Os testes realizados demonstraram a viabilidade de conduzir operações



de mercado aberto e instrumentos de política monetária em um ambiente descentralizado com TPFT e moeda digital. Ainda assim, permanecem desafios técnicos relevantes, como privacidade, escalabilidade e adequações regulatórias necessárias para uma futura adoção em larga escala. Além disso, o projeto avaliou os potenciais impactos dessa tecnologia na condução da política monetária.

j) Open Finance completa cinco anos

O Open Finance é um sistema de compartilhamento padronizado de dados e serviços dos clientes entre instituições participantes. Por meio desse sistema, um cliente de uma instituição pode autorizar que seus dados sejam compartilhados com outras instituições participantes para receber ofertas de produtos e serviços financeiros.

Com o Open Finance, os clientes podem visualizar todas as suas contas em um único aplicativo, organizando investimentos e rendas, inclusive do trabalho informal, de forma mais simples e clara. Isso facilita a comprovação de renda e permite que os bancos ofereçam crédito personalizado, com taxas de juros potencialmente menores.

Além disso, o cliente pode fazer pagamentos por aproximação com o Pix e usar o Pix Automático e realizar transferências inteligentes, tornando as operações do dia a dia mais rápidas e práticas.

Inovações Regulatórias

EXEMPLOS DE BENEFÍCIOS E SOLUÇÕES JÁ DESENVOLVIDAS



Agregadores e gerenciadores financeiros para PF e PJ



Alertas de vencimento de contas, recursos “parados”, uso de cheque especial



Soluções de educação financeira



Crédito:

1. Avaliação mais rápida e completa
2. Inclusão: ampliação na concessão a clientes sem renda formal
3. Melhores linhas, limites e produtos oferecidos



Portabilidade de crédito:

1. Identificação de operações em outras instituições para ofertar melhores condições
2. Eliminação da necessidade de o cliente informar dados da operação



Portabilidade de salário:

1. Identificação dos dados do empregador possibilita oferta ao cliente em fluxo simplificado



Investimentos:

1. Ofertas de aplicações mais vantajosas

openfinance



Jornadas de pagamentos simplificadas em aplicativos, carteiras digitais, mídias sociais, e-commerce, marketplaces



Transferências inteligentes: cobertura de cheque especial; programação de investimentos etc.



Onboarding de clientes e atualização cadastral facilitados



Processos de PLD e KYC mais eficientes

Para os bancos e *fintechs*, o sistema traz benefícios como modernização tecnológica, uso inteligente de dados e redução de custos operacionais. Esses avanços aumentam a concorrência, estimulam a inovação e melhoram a liquidez, contribuindo para a estabilidade do sistema financeiro. **Assista à LiveBC #44 e saiba mais.**

As entregas do Open Finance previstas no PPA 2024-2027 – Sistema Financeiro do Futuro – foram o compartilhamento de dados de investimento e câmbio, e a Jornada Sem Redirecionamento (JSR). A JSR, entrega realizada em 2025, permite que o consumidor realize pagamentos de forma direta, sem precisar ser redirecionado para o aplicativo do banco. Essa jornada simplificada oferece uma experiência mais fluida, com menos etapas nos pagamentos *on-line*, e viabiliza o Pix por aproximação, tornando o processo mais rápido e intuitivo.

Outro avanço importante foi a inclusão da portabilidade de operações de crédito diretamente pelo Open Finance, conforme a **Resolução Conjunta 15, de 28 de novembro de 2025**, do BCe do CMN. A primeira modalidade habilitada no âmbito do Open Finance é o crédito pessoal sem garantia, cuja entrada em produção está prevista para fevereiro de

2026, após período de testes realizado entre novembro de 2025 e janeiro de 2026. Na sequência, outras modalidades de crédito serão progressivamente incorporadas.

O Open Finance passou a ter uma nova estrutura de governança definida pelo BC, para garantir sustentabilidade, representatividade e transparência. A mudança profissionalizou a gestão, aumentou a participação de associações representativas e instituições, e definiu claramente atribuições e padrões éticos.

Ao final de 2025, o Open Finance conectava 96 milhões de contas bancárias. São mais de 154 milhões de autorizações ativas e bilhões de requisições semanais, números que superam a maioria dos sistemas semelhantes no mundo. Em 2025, a infraestrutura do Open Finance registrou mais de R\$15 bilhões em pagamentos e transferências, sendo cerca de R\$3 bilhões apenas no mês de dezembro.

De 2021 a junho de 2025, o sistema ajudou a gerar R\$31 bilhões em empréstimos com base em dados compartilhados. As *fintechs* responderam por R\$5,4 bilhões em crédito concedido a seis milhões de clientes nesse período. **Saiba mais.**



openfinance

**SOLUÇÕES QUE PODERÃO
SER DESENVOLVIDAS**

Inovações Regulatórias

Em implementação
Portabilidade de crédito

Planejadas

1. Portabilidade de salário
2. Portabilidade de investimentos

O BC já definiu novas ações para os próximos dois anos. Entre elas estão a portabilidade mais ágil de crédito, salário e investimentos, a criação de um *marketplace* de crédito, a integração com inteligência artificial e o uso de tokenização para reforçar a segurança das transações.

O Open Finance continuará recebendo novas funcionalidades e ampliando sua governança, mantendo o cliente no centro das decisões. Os objetivos são fortalecer a segurança, aumentar a eficiência do SFN e gerar benefícios para toda a sociedade.

k) Consolidação do ecossistema do Open Finance

O ecossistema do Open Finance chegou a cerca de 135 milhões de consentimentos ativos para consumo de dados e aproximadamente 230 milhões de operações de iniciações de pagamento com sucesso em outubro de 2025.

Durante o ano, houve fortalecimento dos testes em ambiente produtivo associados ao lançamento de novos produtos no ecossistema do Open Finance. O BC atuou junto às entidades supervisionadas demandando geração de evidências e resolução tempestiva de falhas de implementações para transações Pix aprovadas sem redirecionamento, Pix Automático, novas entidades supervisionadas com participação obrigatória no compartilhamento de dados e portabilidade de crédito do produto CPC (Crédito Pessoal *Clean*).

Devido ao processo de mudança do padrão do CNPJ, conduzido pela Receita Federal – que deixará de ser numérico para se tornar alfanumérico –, haverá necessidade de adaptações nas interfaces ao longo do primeiro semestre de 2026. Essas adequações ocorrerão em diferentes versionamentos planejados para esse período, cujo cronograma e execução vêm sendo acompanhados pelo BC.

l) Uso de imóvel como garantia em mais de uma operação de crédito

Desde julho de 2025, com a entrada em vigor da **Resolução CMN 5.197, de 19 de dezembro de 2024**, é possível utilizar de forma mais segura um mesmo imóvel como garantia em mais de um empréstimo. O objetivo é otimizar o uso das garantias, oferecer mais segurança aos credores e aumentar a eficiência do mercado de crédito imobiliário, preservando sua solidez. As mudanças permitem que:

- » um imóvel já dado como garantia possa ser usado em nova operação de crédito, antes do pagamento total da operação original;
- » a nova operação possa ser feita com o mesmo credor ou com outro; e
- » as condições de remuneração, atualização e amortização da nova operação sejam diferentes das da operação original.

Na prática, uma família que financiou a compra da sua casa agora pode usar esse imóvel como garantia em novo crédito, mesmo sem quitar o primeiro. O imóvel continua garantindo o contrato original e a nova operação pode, por exemplo, ser destinada à reforma do próprio imóvel ou ser um empréstimo sem finalidade específica.

A razão entre a soma dos saldos devedores das operações que compartilham o mesmo imóvel como garantia e o valor de avaliação desse imóvel não poderá ser superior a 60%.

Além disso, em empréstimos a pessoas físicas garantidos por imóveis residenciais, a instituição financeira terá a possibilidade de requerer a contratação de seguro que cubra morte, invalidez permanente ou danos físicos ao imóvel. Essa medida protege o mutuário e sua família, especialmente quando o imóvel é usado como garantia em múltiplas operações. O cliente tem a liberdade de escolher a apólice de seguro, nas mesmas condições previstas nos financiamentos para aquisição da casa própria.

Com essas regras, buscou-se aumentar a eficiência, a segurança e a transparência nas operações de crédito imobiliário; garantir a robustez dos processos de contratação e originação de crédito; e apoiar o funcionamento adequado do SFN. **Assista ao vídeo BC te Explica #152 e saiba mais.**

m) Estudo sugere melhorias para estabilizar as prestações em financiamentos imobiliários atualizados pela inflação

O BC divulgou estudo com sugestões para melhorar as condições para a contratação de financiamentos imobiliários corrigidos pelo IPCA, com o objetivo de tornar as parcelas mais previsíveis e reduzir o risco de inadimplência, especialmente entre as famílias de baixa renda. Atualmente, os contratos atrelados à inflação geram insegurança para os mutuários, pois as parcelas aumentam conforme o IPCA sobe, enquanto a renda das pessoas nem sempre cresce no mesmo ritmo. Esse descompasso compromete o orçamento familiar e aumenta o risco de atraso nos pagamentos, afetando de forma mais intensa quem tem menor capacidade de poupança.

Para enfrentar esse problema, o estudo propõe ajustes nos sistemas de amortização usados nos financiamentos, como o Price e o Sistema de Amortização Constante (SAC), no caso de operações de crédito imobiliário com atualização pelo IPCA. A principal sugestão é incluir um novo componente no cálculo das prestações, capaz de absorver parte dos efeitos da inflação. Esse componente reduziria as oscilações no valor das parcelas e aumentaria a previsibilidade dos pagamentos. Assim, se a inflação subir, o aumento da prestação seria menor e diluído ao longo do tempo.

Com essa mudança, espera-se maior estabilidade nas prestações, menor risco de inadimplência e mais segurança financeira para as famílias de baixa renda. Em razão desses benefícios esperados e com o objetivo de propiciar mais segurança para as partes envolvidas, o CMN estabeleceu que os sistemas de amortização das operações de crédito imobiliário com atualização por índice de preços podem incluir componente adicional de amortização voltado a minimizar variações no valor nominal das prestações. O estudo foi publicado em um momento de transformações no crédito imobiliário no país. [Saiba mais.](#)

3.3 TRANSPARÊNCIA

Essa seção relata as ações e os resultados que contribuíram para o alcance do objetivo estratégico de “Melhorar a transparência, a qualidade e o fluxo das informações de mercado e do BC”. Nessa dimensão, as iniciativas objetivam melhorar o acesso e a compreensão das informações do BC, do mercado financeiro e do processo de formação de preços, dando oportunidade a toda a população de entender o que o BC faz e como o SFN funciona.

As iniciativas dessa dimensão buscam o aperfeiçoamento das ações de comunicação do BC, a ampliação do contato com a sociedade e a promoção de um SFN cada vez mais transparente em sua relação com os clientes e usuários.

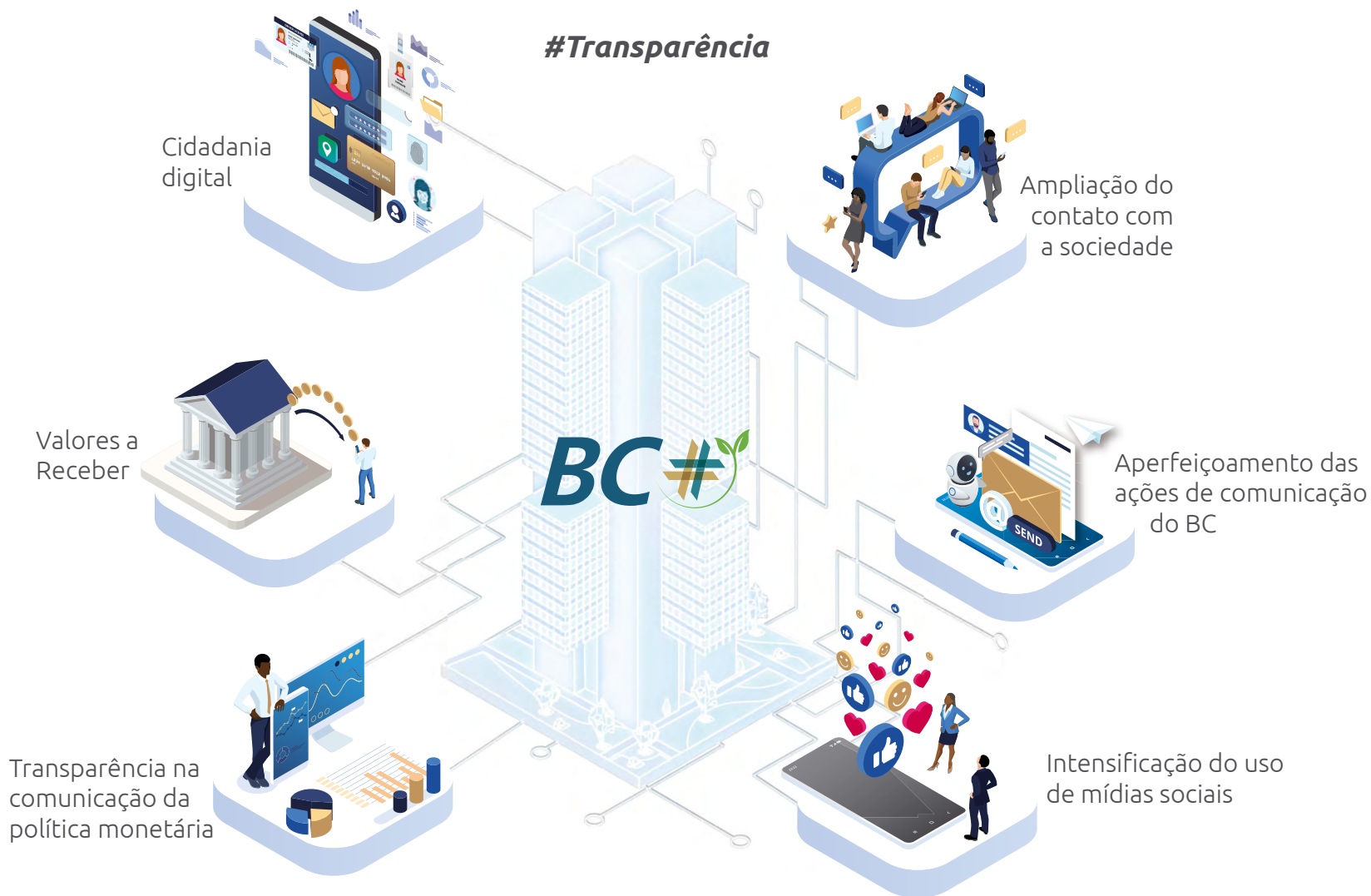
Em razão da complexidade que envolve os temas relacionados ao SFN, muitas vezes as pessoas têm dificuldade para entender os serviços e produtos oferecidos. Uma parte do problema é tratada por meio da Educação, dimensão da Agenda BC# apresentada mais à frente neste documento. Contudo, além de ensinar a população sobre temas relacionados a finanças, é importante diminuir a assimetria de informações entre os clientes e as instituições financeiras. O SVR, o Fale Conosco e o Registrato são exemplos de iniciativas que reforçam a Cidadania Digital.

Outra iniciativa importante para fortalecer a Transparência do BC é a promoção de consultas públicas. Elas são um importante instrumento de participação social sobre temas

que impactam toda a sociedade. Assim, antes da tomada de decisão e da implementação de medidas regulatórias, a sociedade tem a oportunidade de contribuir para as mudanças em discussão. Em 2025, foram realizadas onze consultas públicas. **Saiba mais.**

A transparência na relação entre cliente, instituição financeira e BC também favorece o fortalecimento de todo o SFN e o melhor uso dos recursos públicos e privados. O uso de tecnologias ou a integração de sistemas de informação facilitam a supervisão das operações pelas instituições financeiras e pelo BC. A simplificação operacional pode significar desconto nas tarifas e nos juros, além da maior compreensão de todo o processo pelos cidadãos. A clareza das informações favorece a tomada de decisão e o exercício da cidadania financeira.

#Transparência



a) Conferência Anual do BC

Em maio de 2025, o BC realizou a 3ª edição de sua **Conferência Anual**, reunindo especialistas, acadêmicos e representantes do setor financeiro. O evento contou com as palestras magnas de Jean Tirole (Toulouse School of Economics), ganhador do Prêmio Nobel de Economia, de Michael McMahon (University of Oxford) e de Frank Smets (Bank for International Settlements – BIS).

Nas sessões acadêmicas, foram apresentados 42 trabalhos selecionados entre 330 artigos submetidos, abordando temas como sustentabilidade, macroeconomia, tecnologia e moeda digital. Participaram representantes de 31 instituições de 13 países: Alemanha, Brasil, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, México, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.

b) Agenda de Pesquisa

Em dezembro, o BC lançou a **Agenda de Pesquisa 2026-2029**, que define os temas prioritários para orientar a produção científica da Instituição nos próximos quatro anos. A iniciativa reforça o compromisso do BC com excelência técnica, inovação e transparência, consolidando a pesquisa como instrumento essencial para a formulação e aprimoramento das políticas públicas. Elaborada à luz da missão institucional e dos objetivos estratégicos, a Agenda de Pesquisa 2026-2029 incorpora desafios de um ambiente econô-

mico mais dinâmico e interconectado, mantendo caráter orientativo e estimulando cooperação com universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Isso reafirma a visão do BC como referência nacional e internacional em pesquisa aplicada a políticas públicas e convida à colaboração externa, promovendo projetos conjuntos e intercâmbio de conhecimento.

A estrutura da Agenda de Pesquisa contempla duas áreas interdependentes:

- » Macroeconomia e Finanças – estudos sobre política monetária, modelagem macroeconômica, canais de transmissão, política fiscal e cambial, finanças e mercado de capitais, com ênfase em *big data*, inteligência artificial e aprendizado de máquina.
- » Sistema Financeiro Nacional – temas de estabilidade, eficiência e cidadania financeira, incluindo riscos sistêmicos, sustentabilidade (ESG), inovação tecnológica, tokenização, Open Finance, *fintechs*, inclusão e educação financeira.

A nova Agenda sucede o **ciclo 2021–2024**, período marcado por avanços significativos: 217 publicações, incluindo Trabalhos para Discussão, artigos científicos e boxes em relatórios. O **balanço** desse ciclo evidenciou o impacto da produção científica do BC em temas centrais da política econômica.

c) Nomenclatura e forma de apresentação ao público das instituições autorizadas a funcionar pelo BC

O BC e o CMN publicaram a **Resolução Conjunta 17, de 28 de novembro de 2025**, disciplinando a nomenclatura e a forma de apresentação ao público das instituições autorizadas a funcionar pelo BC e de suas entidades contratadas ou parceiras que ofertam produtos e serviços financeiros e de pagamentos. O normativo determina que as instituições utilizem, em sua apresentação ao público, termos que deixem clara sua modalidade e sua condição de autorização. A nomenclatura abrange nome empresarial, nome fantasia, marca e domínio de internet, sendo proibido o uso de termos que possam sugerir atividades para as quais a instituição não possui autorização do BC.

Instituições pertencentes a conglomerados prudenciais poderão utilizar termos que remetam à atividade ou modalidade autorizada de outras instituições do grupo. É proibido também que instituições autorizadas mantenham contratos ou parcerias com entidades não autorizadas que utilizem denominações que indiquem atividades sujeitas à autorização do BC.

As instituições em desacordo com as regras deverão elaborar um plano de adequação até maio de 2026. Se a adaptação envolver apenas ajuste do nome empresarial ou dos

contratos de correspondentes ou parcerias, o prazo será até novembro, sem necessidade de elaboração do plano de adequação.

A medida visa a assegurar que os usuários identifiquem corretamente o tipo de instituição com a qual se relacionam e os prestadores responsáveis pelos produtos e serviços utilizados.

d) Área logada e Central de Autorizações no Meu BC – Ferramenta simples, completa e segura

Desde junho de 2025, o *site* do BC passou a ter uma área logada do Meu BC que reúne as principais informações sigilosas sobre a vida financeira do cidadão. O acesso exige conta gov.br nível prata ou ouro com a verificação em duas etapas habilitada. A ferramenta tem compatibilidade com leitores de tela, facilitando o acesso para pessoas com deficiência visual. Os serviços disponíveis são:

- » Registrato com nova jornada e leiaute modernizado: acesso aos relatórios financeiros, como Empréstimos e Financiamentos (SCR), Contas e Relacionamentos (CCS), Chaves Pix, Câmbio e Transferências e Cheques sem Fundos;
- » central de Autorizações do Registrato: permite o compartilhamento dos relatórios do Registrato com até cinco pessoas de confiança do cidadão;

- » acompanhamento das demandas registradas no BC (pedidos de informações ou reclamações contra instituições financeiras): consulta completa de conteúdos, protocolos de atendimentos, documentos enviados e respostas das instituições;
- » consulta ao Sistema de Valores a Receber (SVR);
- » SVR automático, que deposita valores diretamente na conta do usuário: basta cadastrar a chave Pix (CPF) uma única vez, e o sistema conduz o processo, sem consultas manuais;
- » consulta às operações de crédito rural (CACR); e
- » nova Calculadora do Cidadão: versão mais moderna com interface amigável e explicações simples, ajudando a compreender custos e projeções financeiras.

Serviços sem dados sigilosos, como a Calculadora do Cidadão e a consulta de instituições autorizadas, continuam acessíveis sem a necessidade de *login*. Todos os serviços são gratuitos e podem ser acessados no *site* do BC. **Assista ao vídeo BC te Explica #148 e saiba mais.**

e) BC PROTEGE+

O BC PROTEGE+ foi lançado em dezembro de 2025. O objetivo da ferramenta é reforçar a segurança contra golpes e fraudes com uso de identidade falsa, pois permite que pessoas e empresas comuniquem ao SFN que não desejam a abertura de conta ou sua inclusão como titular ou representante em contas de terceiros.

Para acessar o serviço, é preciso ter conta gov.br nível prata ou ouro com a verificação em duas etapas habilitada. O BC PROTEGE+ está disponível no *site* do BC, dentro da área logada do Meu BC, seguindo: “Serviços > Cidadão > Meu BC”. Dentro do sistema, é possível ativar ou desativar a proteção a qualquer momento.

A opção registrada pelo cidadão no BC PROTEGE+ fica marcada no banco de dados e, antes da abertura da conta ou da inclusão de titular ou representante em contas, as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BC são obrigadas a consultar o sistema para verificar se a proteção está ativada ou desativada. **Saiba mais em BC te Explica #161.**

Em maio de 2025, foi lançada a solicitação automática de resgate de valores a receber no SVR. Pessoas físicas (PF), com chave Pix CPF, podem acessar o sistema e habilitar a funcionalidade de solicitação automática de resgate de valores. Com isso, o cidadão não precisa consultar o sistema periodicamente nem registrar manualmente a solicitação de cada valor que existe em seu nome.

Para aderir a essa funcionalidade, basta marcar a opção “receber valores automaticamente” no campo da solicitação automática via SVR e autorizar o uso da chave Pix CPF, informando telefone e *e-mail*.

Mais de 1,2 milhão de pessoas fizeram, até 31 de dezembro de 2025, a adesão à solicitação automática. Nessa opção, já foram realizadas 301.298 solicitações, que somam mais de R\$15,4 milhões.

Outros destaques em termos de avanços de transparência foram:

- 1. Revisão da Política de Transparência do BC, com a edição da **Resolução BCB 531, de 11 de dezembro de 2025**: tal política, em linha com ação definida pelo Comitê de Integridade do BC, revisa e atualiza diretrizes de transparência institucional, com foco em proatividade e tempestividade, além de aspectos como transparência *by design* (desde a origem), pesquisa periódica de dados e informações de maior interesse público.

Total de valores esquecidos (R\$)	
Data-base: 12/2025	
Valores a receber + Valores devolvidos (R\$)	
23.620.130.549,79	

Valores a receber (R\$)	Valores devolvidos (R\$)
10.267.136.491,06	13.352.994.058,73

Natureza	Valores a receber (R\$)	Quantidade de beneficiários
Pessoa física	7.970.004.280,87	49.593.605
Pessoa jurídica	2.297.132.210,19	5.026.847

Natureza	Valores devolvidos (R\$)	Quantidade de beneficiários
Pessoa física	9.838.724.287,97	33.246.064
Pessoa jurídica	3.514.269.770,76	3.818.387

- 2. Realização da **Pesquisa de Transparência Ativa**: trata-se de iniciativa da Ouvidoria, realizada a cada dois anos, que busca, em especial: i) aferir a percepção de transparência da sociedade em geral e de grupos formadores de opinião acerca da transparência do BC como um todo e de cada uma de suas principais atividades; e ii) recolher sugestões de bases de dados e de informações de interesse público, para avaliar a possibilidade de divulgação em transparência ativa, sobretudo por meio do Portal de Dados Abertos, mantendo-se seu dinamismo. Entre os resultados da pesquisa, o tópico “Prestação de contas”, abrangido por este RIG, destaca-se positiva-

mente em relação à maior visibilidade do relatório, dos indicadores de desempenho, e das explicações aos cidadãos. Em suma, a pesquisa objetiva manter o BC como uma instituição alinhada com a sociedade, e cada vez mais transparente, com a garantia de cumprimento dos sigilos legais.

3.4 EDUCAÇÃO

Em 2025, foram realizadas 45 palestras de educação financeira, incluindo as relativas ao Programa Aprender Valor, que leva educação financeira aos estudantes de escolas de ensino fundamental. Essas palestras alcançaram um público de 20,8 mil pessoas.

No ambiente virtual, estão disponibilizados os cursos de Gestão de Finanças Pessoais e Formação de Multiplicadores da série “Eu e Meu Dinheiro”, que alcançaram 7,3 mil concluintes em 2025. Houve 20,2 mil concluintes para as formações do Programa Aprender Valor. As páginas do Aprender Valor e de Cidadania Financeira do BC foram acessadas por 391,7 mil pessoas. Houve 168,6 mil visualizações dos vídeos disponibilizados pelo BC no YouTube, como o “É da Sua Conta”, a série “Eu e Meu Dinheiro” e vídeos do Programa Aprender Valor. O conteúdo do Museu de Valores, disponibilizado nos ambientes virtuais – *site* do BC e plataforma Google Arts & Culture –, recebeu 53.126 acessos.

A nova plataforma do Programa Aprender Valor está mais simples e acessível, reunindo materiais e ferramentas em um só lugar para facilitar o aprendizado. Agora, além das escolas públicas, escolas particulares e cidadãos em geral também têm acesso.

Atualmente, o **Programa** já está presente em mais de 27,6 mil escolas, alcançando 67% dos municípios brasileiros. Em 2026, pretende-se ampliar a oferta do programa



Imagine aprender
a cuidar do seu
dinheiro
desde pequeno?

143,7 mil
usuários cadastrados na
plataforma do programa

Mais de
27,6 mil
escolas em 3,7 mil
municípios

Em 2025,
foram mais de
10,6 mil projetos
escolares acessados e
20,2 mil
formações do programa
concluídas

Em 2025,
foram avaliados
mais de
161,6 mil
alunos em
letramento financeiro

para estudantes do ensino médio. Para subsidiar essa ampliação, em 2025, foi elaborada a nova **Matriz de Competências de Letramento Financeiro do Aprender Valor**. Essa matriz indica o que o aluno deve aprender sobre educação financeira nos ensinamentos fundamental e médio e serve de referência também para o **Programa Na Ponta do Lápis** – iniciativa coordenada pelo Ministério da Educação (MEC), com o BC no comitê estratégico, que promove educação financeira, fiscal, previdenciária e securitária nas escolas públicas.

A adesão ao Na Ponta do Lápis é voluntária, e cada estado, município ou o Distrito Federal pode participar ao apresentar um plano de trabalho e firmar um termo de compromisso com o MEC. Além do BC, o programa reúne órgãos como Ministério da Previdência Social, Tesouro Nacional, Caixa Econômica Federal, Receita Federal, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (Susep), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed).

O BC atua, ainda, na regulação e na supervisão das medidas de educação financeira promovidas pelas instituições financeiras para seus clientes e usuários. O BC e o CMN publicaram a **Resolução Conjunta 8, de 21 de dezembro de 2023** (RC8), para regulamentar a política das ações de educação financeira (PEF) das instituições financeiras, tendo como principais objetivos a prevenção do superendividamento e a promoção da organização e do planejamento financeiro pessoal e familiar.

Dessa forma, determinou-se que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas devem manter uma política de educação financeira baseada na ética, responsabilidade, transparência e diligência. Além disso, devem promover a formação de poupança, a resiliência financeira e a prevenção ao inadimplemento de operações de crédito.

Em 2025, realizou-se a primeira inspeção da PEF em seis conglomerados financeiros que englobam os cinco maiores bancos e a maior instituição de pagamento, com um total de 625 milhões de clientes, em que foram apurados os seguintes resultados:

- » políticas compatíveis com o modelo de negócio, natureza, porte da IF e complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo válida para as demais empresas do conglomerado;

- » existência de mecanismos de acompanhamento e controle para assegurar a implementação de suas disposições; e

- » políticas consideram as diversas fases do relacionamento das instituições com seus clientes e usuários na definição de rotinas e procedimentos para a implementação de medidas de educação financeira.

Como perspectiva futura, o BC pretende avaliar a efetividade da PEF por meio de definição de indicadores e metas; da existência de critérios para identificar o perfil do cliente frente às suas características e necessidades de educação financeira; e da inclusão de medidas que atendem à RC8 em procedimentos e rotinas de revisão e aprovação de produtos e serviços. Além disso, pretende-se avaliar a extensão das avaliações para o segmento cooperativo.

3.5 SUSTENTABILIDADE

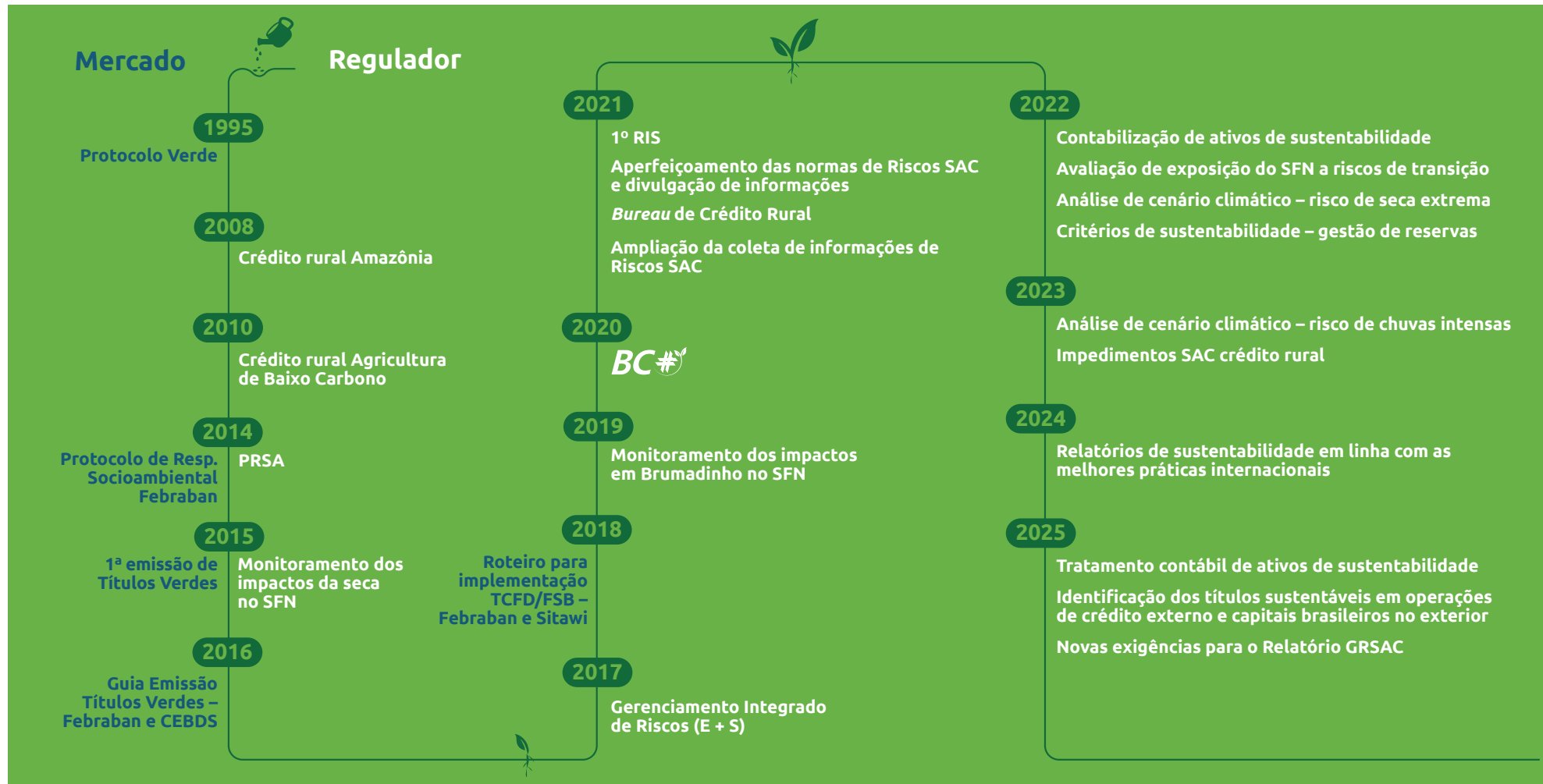
Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram para o alcance do objetivo estratégico de “Promover finanças sustentáveis e contribuir para redução de riscos sociais, ambientais e climáticos na economia e no Sistema Financeiro”.

As iniciativas visam a promover finanças sustentáveis, gerenciar riscos e responsabilidades socioambientais e climáticas na economia e no SFN. A intervenção foca nos cenários de atuação do BC e inclui os diversos agentes do sistema econômico-financeiro. Também busca ampliar recursos do SFN para projetos sustentáveis, incentivar a troca de experiências, adotar melhores práticas internacionais e promover alinhamento à agenda global de sustentabilidade.

Eventos climáticos, como secas e inundações, podem impactar os preços e a inflação, além de desafiar a estabilidade financeira. Para enfrentar esses desafios, o BC tem trabalhado em várias frentes de trabalho que são coordenadas pelo Ecos.

O BC também publica o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos (RIS), que apresenta as ações adotadas para lidar com os riscos e oportunidades ambientais, sociais e climáticos, tanto internamente quanto no SFN e na sociedade. Em 2025, o BC publicou a **quinta edição do relatório**, referente ao período de julho de

2024 a junho de 2025, dando destaque à sua atuação em prol da agenda de sustentabilidade no âmbito da presidência brasileira do G20, para estudos recentes relacionados aos desafios impostos pelas mudanças climáticas e para inovações regulatórias.



a) Pré-COP30

O BC e NGFS trabalharam para aproximar os bancos centrais das discussões da COP30. Três mensagens prioritárias foram desenvolvidas:

1. os altos custos econômicos da inação climática e a necessidade de mobilização dos setores público e privado;
2. a necessidade urgente de ampliar o financiamento climático global – especialmente de fontes privadas – para reduzir a lacuna de implementação;
3. o imperativo de fortalecer os esforços de adaptação, visto que alguns danos climáticos já são inevitáveis.

Para discutir os riscos de curto prazo do atraso na ação climática, com base nos cenários do NGFS, o BC organizou o painel *“No Time to Delay: The Economic Imperative for Scaled-Up Climate Finance and Action (BCB/NGFS)”*, que fez parte do evento *“Capital for Climate: Harnessing Taxonomies and Interoperability”*, promovido pela CVM, durante a semana pré-COP30.

b) Atuação do BC na COP30

Em 2025, o Brasil presidiu a 30ª Conferência das Partes (COP30), evento que consolidou a relevância das discussões sobre mudanças climáticas no cenário global. Nesse contexto, o BC teve uma participação ativa na agenda de

mobilização, compartilhando soluções e promovendo sua pauta de sustentabilidade em distintos fóruns nacionais e internacionais.

Para coordenar as ações relacionadas à COP30, foi instituído um grupo de trabalho interdepartamental que definiu três frentes estratégicas de atuação:

- » liderança na aproximação dos bancos centrais à COP e na divulgação da mensagem climática da NGFS: *NGFS Declaration on the Economic Cost of Climate Inaction*;
- » atuação junto ao Ministério da Fazenda, com contribuições para o relatório do círculo de ministros *COP30 Circle of Finance Ministers* e para a construção da primeira Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB); e
- » jornada do BC para a COP30, com participação em diversos eventos ao longo do ano para entrega de medidas e promoção da Agenda BC#Sustentabilidade.

Entre as iniciativas realizadas, destacam-se:

- » participação em painéis de eventos nacionais e internacionais, como o seminário “Sustentabilidade Social, Ambiental e Climática no Setor Financeiro Brasileiro”;
- » divulgação da agenda tecnológica do BC em Belém, com destaque para o LIFT Data: dados para monitorar e financiar a sustentabilidade e ação climática; e

- » apoio logístico: disponibilização de espaço no edifício-sede em Belém para a Secretaria Extraordinária da COP30, vinculada à Casa Civil, além de suporte a órgãos como Polícia Federal e Marinha.

Adicionalmente, o BC contribuiu com entregas estratégicas para a agenda de sustentabilidade e finanças verdes:

- » contribuições ao Roteiro de Desenvolvimento de Políticas Públicas de Sustentabilidade no Brasil (UNPRI – COP30);
- » apoio às iniciativas Enimpecto e ao Portal Impacta Brasil, voltadas à promoção de negócios de impacto socioambiental; e
- » participação no Eco Invest Brasil, incluindo a **Resolução CMN 5.205, de 17 de abril de 2025**, que estabelece diretrizes para investimentos sustentáveis.

c) Estatísticas e *workshop* do G20 sobre títulos verdes e sustentáveis

O BC deu início à produção e à disseminação de estatísticas sobre títulos verdes e sustentáveis. Essas estatísticas dizem respeito à emissão e à posse de títulos verdes e sustentáveis, emitidos pelo Tesouro Nacional ou por empresas brasileiras, no mercado doméstico ou no exterior. A **Resolução BCB 492, de 14 de agosto de 2025**, passou a exigir de investidores e tomadores de crédito externo

informações sobre títulos verdes e sustentáveis em suas declarações sobre capitais internacionais. Essas informações, juntamente com outras coletadas no mercado doméstico, comporão a base de dados para a elaboração desse conjunto de estatísticas.

O *Workshop* Temático sobre Estatísticas sobre Finanças Sustentáveis, inserido no contexto da 3ª fase da Iniciativa Data Gaps (DGI-3), do G20, e organizado conjuntamente pelo BC, pelo BIS e pelo BCE, foi realizado em Brasília, em 20 e 21 de maio de 2025. O evento reuniu 64 especialistas internacionais, representando 19 economias do G20 e do *Financial Stability Board* (FSB), com o objetivo de discutir metodologias de compilação e de coleta de dados para o monitoramento de finanças sustentáveis (títulos e ações verdes e sustentáveis), de modo a promover investimentos social e ambientalmente sustentáveis.

d) Pesquisa de Estabilidade Financeira – Riscos Climáticos

A Pesquisa de Estabilidade Financeira – Riscos Climáticos tem por objetivo identificar as percepções das instituições financeiras sobre como os riscos climáticos podem afetar a estabilidade financeira. Na pesquisa realizada neste ano de 2025, as IFs destacaram os fortes eventos climáticos ocorridos em 2024.

Mais que dobrou o número de IFs que informaram impacto de materialização de riscos climáticos em seus negócios,

refletindo a severidade dos eventos extremos registrados no país em 2024, como os ocorridos no Rio Grande do Sul. Dentre as 84 IFs respondentes, permanece a avaliação de que seca é o evento climático mais relevante em termos de impacto esperado em seus ativos no longo prazo.

As IFs continuam indicando como principais canais de transmissão dos riscos físicos para os riscos financeiros os impactos nos ativos, nos processos produtivos e na renda, os quais afetariam o mercado de crédito e a inadimplência. Permanece relativamente estável o número de respondentes que gerenciam riscos de transição, os quais seriam transmitidos ao SFN principalmente pelo aumento de custo para atendimento à regulação e às políticas visando a uma economia de baixo carbono.

e) LIFT Data 2025

O LIFT Data é o mais recente programa do ecossistema do Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas (LIFT), iniciativa do BC em parceria com a Federação Nacional de Associações de Servidores do Banco Central (Fenasbac). O programa foi concebido para promover o uso inteligente de dados públicos e fomentar a inovação no SFN.

Sua primeira edição, realizada em 2025, foi alinhada às metas da COP30 e contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com o tema “Dados para Financiar e Monitorar a Sustentabilidade e a Ação Climática”, o LIFT Data incentivou projetos voltados à transi-

ção para uma economia de baixo carbono, à adaptação climática, à preservação de florestas e biodiversidade, além de incluir uma categoria transversal voltada ao crédito rural sustentável.

O programa recebeu mais de sessenta propostas globais, acelerou vinte projetos com mentoria especializada e selecionou quinze finalistas, dos quais quatro foram destaques apresentados no evento 3F e na COP30. Com isso, o LIFT Data consolidou o potencial dos dados públicos como ferramenta estratégica para inovação financeira verde, posicionando o Brasil como referência internacional em soluções tecnológicas para enfrentar a crise climática.

f) Proagro: modernização do programa, melhoria da alocação do risco e otimização dos recursos públicos

No âmbito do processo de modernização do Proagro e da adequação de suas **regras**, diversas inovações foram introduzidas. Entre elas, destacam-se o incentivo à adoção de melhores práticas agrícolas e a ampliação da participação da agricultura familiar no Programa, consolidando o Proagro como vetor de indução de melhorias tecnológicas e de respeito ao Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc). Os efeitos desse processo de modernização já puderam ser observados ao longo de 2025, período em que o Programa apresentou melhora significativa em seus principais parâmetros.

Adicionalmente, com a publicação da **Resolução CMN 5.275, de 18 de dezembro de 2025**, foram introduzidas novas regras que preveem interrupções dinâmicas, seletivas e regionalizadas no enquadramento de operações de maior risco, caso os limites estabelecidos em norma sejam alcançados. Essas medidas mitigam a necessidade de suplementações orçamentárias e contribuem para a melhoria da alocação do risco e para a otimização do uso dos recursos públicos.

Nesse contexto de fortalecimento dos mecanismos de gestão, controle e supervisão do Programa, foi firmado convênio entre o BC e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o objetivo de desenvolver instrumentos voltados ao aprimoramento da verificação de potenciais irregularidades em empreendimentos enquadrados no Proagro. Os instrumentos a serem desenvolvidos utilizarão sensoriamento remoto e modelagem agroclimática, além da integração de dados provenientes de diferentes fontes para fins de análise. Ferramentas de inteligência artificial serão incorporadas a esses instrumentos, de modo a refiná-los, ampliando a capacidade analítica e preditiva do BC para os eventos monitorados e aumentando a tempestividade da resposta da atividade de supervisão.

Os conhecimentos e as metodologias desenvolvidos no âmbito do convênio poderão, ainda, ser aplicados às operações de crédito rural não enquadradas no Proagro e supervisionadas pelo BC, ampliando os benefícios da iniciativa para além do Programa.

g) Modernização do processo de supervisão do crédito rural

O processo de supervisão do crédito rural foi modernizado, com a criação de diversas rotinas automatizadas chamadas de situações monitoradas. Essas rotinas permitem a verificação de ocorrências como embargos no imóvel após a contratação, desvio de finalidade, fraudes no Proagro, paralelismo de crédito, entre outros. Assim, desde 2023, foram identificadas 3.605 operações, em valor superior a R\$4,48 bilhões, com indícios de irregularidades. Após interpelação das instituições financeiras, houve desclassificação em 1.043 operações, com R\$800,8 milhões desclassificados.

Houve aprimoramento dos parâmetros para o monitoramento e a fiscalização das operações de crédito rural pelas instituições financeiras. A **Resolução CMN 5.267, de 28 de novembro de 2025**, introduziu a obrigatoriedade de utilização do sensoriamento remoto para os empreendimentos, antes da contratação e durante todo o curso da operação. A edição da norma trouxe para o SFN o uso de tecnologias modernas que ampliarão consideravelmente a capacidade de fiscalização pelas instituições financeiras, reduzindo os riscos de não conformidade com custos de observância menores.

h) Aprimoramento dos impedimentos sociais, ambientais e climáticos no crédito rural

Houve aprimoramento dos critérios para impedimentos sociais, ambientais e climáticos relacionados a crédito rural. Os principais avanços foram:

- » empreendimentos que prevejam supressão de vegetação nativa não podem ser financiados com recursos controlados ou direcionados;
- » as instituições financeiras deverão verificar, antes da concessão do crédito, se houve desmatamento no imóvel posterior a 31 de julho de 2019. A verificação será feita em base de dados fornecida pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Tendo havido supressão de vegetação, o mutuário deverá comprovar sua legalidade para que possa obter o crédito;
- » imóveis com áreas sob embargo poderão receber financiamento para a restauração da vegetação nativa nessas áreas ou para outras atividades desenvolvidas fora do perímetro interditado, desde que sejam atendidas diversas disposições destinadas a viabilizar a recuperação ambiental da área afetada.

Em 2025, essas regras impediram a contratação de mais de 34 mil operações, cujo valor total é superior a R\$9 bilhões. A aplicação das regras também induziu a melhora na qualidade dos dados enviados pelas instituições financeiras.

Em 2024, foram feitas mais de 40 mil tentativas de registro de operações com inconsistências entre o polígono do imóvel definido no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o polígono do empreendimento. Em 2025, esse número se reduziu a 12 mil tentativas de registro.

i) Aprimoramento da avaliação e monitoramento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (RSAC)

O compromisso do BC com a agenda de sustentabilidade tem resultado em diversas ações que buscam mitigar os impactos de eventos associados aos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (RSAC). Além de medidas de caráter regulatório e de supervisão, o BC tem realizado estudos com o objetivo de avaliar os possíveis impactos da mudança climática no SFN.

Um dos principais objetivos das avaliações apresentadas é promover um maior entendimento do risco climático no sistema financeiro e estimular a discussão do tema. Dada a complexidade do assunto, a expectativa é que novos trabalhos dessa natureza sejam realizados, incorporando novas metodologias e abordando outros aspectos relacionados ao risco climático.

Além dessas iniciativas, o BC tem avançado no desenho e debate de ajustes no Documento de Riscos Social, Ambiental e Climático (DRSAC), remetido ao BC pelas instituições financeiras dos segmentos S1 a S4. Os ajustes visam a ganhos para a análise dos dados e monitoramento da gestão dos riscos RSAC no SFN.

j) Consulta pública sobre o aprimoramento do Relatório GRSAC

O BC abriu consulta pública para estabelecer novos requerimentos para o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos (Relatório GRSAC). A iniciativa regulatória visa ao aprimoramento das tabelas qualitativas que originalmente compõem o relatório e à inclusão de novas tabelas, tanto quantitativas como qualitativas. O Relatório GRSAC é divulgado pelas instituições supervisionadas pelo BC, observando critérios de proporcionalidade nas informações requeridas.

Entre os aprimoramentos está a inclusão de tabelas com métricas e metas relativas ao risco climático, em suas duas vertentes. Na vertente risco de transição, as instituições deverão divulgar suas exposições aos setores intensivos na emissão de gases do efeito estufa (GEE), bem como indicar o quanto suas operações financiam as emissões desses gases. Também são requeridas informações sobre planos de transição eventualmente implementados. Já na vertente do risco físico, é requerida a sensibilidade da carteira de crédito aos eventos de chuva intensa e de seca severa.

Outro aprimoramento consiste na inclusão de tabela quantitativa sobre riscos sociais e ambientais. Nesse caso, as informações requeridas têm sinergia com divulgações de outros órgãos federais, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), considerando as operações com

contrapartes constantes da lista de multas e embargos efetuados por essas entidades. Também são requeridas informações sobre exposições a contrapartes responsáveis por barragens de rejeitos classificadas em nível de emergência (NE1, NE2 ou NE3) pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

A proposta prevê que o Relatório GRSAC no novo formato entre em vigor em janeiro de 2027, com a primeira divulgação apenas em 2028, relativa à data-base de dezembro de 2027 para as instituições enquadradas nos segmentos S1 e S2.

k) Teste de Estresse de Risco Climático

O Relatório de Estabilidade Financeira (REF) de novembro de 2025 publicou um teste de estresse de risco climático físico considerando a intensificação do fenômeno do El Niño, e avaliou eventuais impactos adversos sobre as IFs. O modelo estimou o efeito do El Niño e de variáveis macroeconômicas sobre a variação do estoque de Ativos Problemáticos (ex.: operações de crédito inadimplentes) por município. Os resultados indicam que o cenário climático estressado (El Niño mais intenso da última década) provocaria um aumento máximo dos Ativos Problemáticos do sistema em 1,5 pontos percentuais em relação ao cenário base. Simultaneamente a um cenário de crise de confiança na economia, o aumento seria de 2,5 pontos percentuais. O impacto sobre o capital das instituições é limitado, sendo que a maioria das instituições teria capital suficiente para absorver as perdas. [Saiba mais.](#)

l) Uniformização do tratamento contábil de ativos e passivos de ações de sustentabilidade

O CMN e o BC editaram normativos, em particular a **Resolução CMN 5.252, de 25 de setembro de 2025**, e a **Resolução BCB 513, de 21 de outubro de 2025**, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. O objetivo é aumentar a transparência, a compreensão e a comparabilidade dessas informações nas demonstrações financeiras elaboradas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BC. As medidas entram em vigor em janeiro de 2027 e, como principais pontos, foram definidos:

- » o conceito de ativo e passivo de sustentabilidade;
- » a classificação do ativo de sustentabilidade de acordo com a intenção de uso pela instituição; e
- » as mensurações do ativo de sustentabilidade e do passivo de sustentabilidade atrelada a ativos de sustentabilidade reconhecidos no balanço patrimonial das instituições.

A iniciativa está alinhada à orientação OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de Emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO), divulgada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com adaptações às

especificidades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BC. Com isso, padroniza-se a contabilização dos ativos e passivos de sustentabilidade em todo o SFN. Antes da edição dos atos normativos, o tema foi submetido à consulta pública.

m) Proteção cambial de longo prazo

Em novembro de 2025, o BC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento celebraram contrato padrão ISDA (*International Swaps and Derivatives Association*), passo estratégico para a criação de uma estrutura que permitirá o repasse de instrumentos de proteção cambial de longo prazo ao mercado nacional. A iniciativa tem como objetivo apoiar projetos, fundos e investidores comprometidos com a sustentabilidade e com a transição ecológica, ampliando a capacidade de financiamento verde no país.

n) BC avança na agenda climática com novos critérios de registro de investimentos sustentáveis

Com a publicação da **Resolução BCB 492, de 2025**, o BC passou a incluir os títulos sustentáveis nas informações que empresas e investidores precisam prestar sobre capitais internacionais. Títulos sustentáveis são uma forma de captação de recursos para projetos com impactos positivos no meio ambiente, na sociedade ou na governança das empresas.

A mudança tem como objetivo reunir dados sobre o financiamento de projetos sustentáveis para apoiar a transição do Brasil para uma economia mais verde e resiliente. A nova regra aproxima o Brasil de práticas do G20 sobre financiamento climático.

Foram definidos quatro tipos de títulos sustentáveis:

- » títulos verdes: voltados a projetos que beneficiam o meio ambiente;
- » títulos sociais: voltados a projetos que geram benefícios sociais;
- » títulos de sustentabilidade: que combinam benefícios ambientais e sociais;
- » títulos vinculados a metas de sustentabilidade: usados livremente, mas com compromissos claros de melhorar o meio ambiente ou as condições sociais.

Essas informações ajudam a entender melhor como o dinheiro internacional está sendo usado para financiar projetos sustentáveis, contribuindo para um Brasil mais responsável e alinhado às metas globais de sustentabilidade.

o) Seminário Sustentabilidade Social

O BC realizou em 24 e 25 de junho de 2025, em São Paulo, o seminário sobre sustentabilidade social, ambiental e climática no setor financeiro, em parceria com a GIZ, no âmbito do Projeto FiBraS II, que integra a Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável. O evento mostrou a importância da responsabilidade socioambiental e climática e do gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos (RSAC) nas instituições financeiras, além de promover diálogo, alinhar expectativas regulatórias e compartilhar boas práticas.

Durante o seminário, os painéis abordaram dois temas principais: a implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), com discussões sobre *greenwashing*, taxonomia sustentável e educação financeira; e o gerenciamento dos RSAC, com troca de experiências, estudos do BC e debates sobre dados, métricas e indicadores.

p) Taxonomia Sustentável Brasileira

A Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), estabelecida pelo **Decreto 12.705, de 2025**, é um instrumento que classifica atividades, ativos e categorias de projetos que contribuem para objetivos sociais, ambientais e climáticos, para direcionar fluxos de capital às finanças sustentáveis.

Segundo a TSB, a atividade é considerada sustentável se:

i) contribui substancialmente para pelo menos um dos objetivos definidos; ii) não causa impactos negativos relevantes aos outros objetivos estabelecidos; e iii) cumpre as salvaguardas mínimas e está alinhada aos padrões éticos e legais. Entre os destaques da versão brasileira, estão a inclusão da indústria extrativa e mineral e a incorporação de objetivos sociais.

A sua elaboração contou com ampla participação de órgãos do governo, organizações do terceiro setor, academia, consultorias, representantes da sociedade civil e da iniciativa privada, tendo sido previamente submetida à consulta pública.

O BC participou da TSB desde a sua concepção em 2023. A iniciativa foi conduzida sob a liderança do Ministério da Fazenda e o BC contribuiu em todas as instâncias da estrutura de governança estabelecida para o desenvolvimento da TSB.

A implementação será faseada e gradual, incluindo etapas como: o detalhamento da metodologia dos indicadores-chave e modelos de relato; o mapeamento e a adaptação de normativos que poderão ser vinculados à TSB e a estrutura e governança do portal de monitoramento, relato e verificação (MRV).

A relevância da iniciativa já é reconhecida internacionalmente. No Relatório 2025 da *Sustainable Banking and Finance Network*, ligado ao *International Finance Corporation* (IFC), o Brasil avançou para o grau de consolidação no pilar 3, que trata do financiamento sustentável e avalia os esforços regulatórios e voluntários para direcionar capital às metas climáticas, sociais e de economia verde.

3.6 EXCELÊNCIA

Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram para o alcance do objetivo estratégico de “Aprimorar o BC por meio de inovações, tecnologia, uso eficiente de recursos e alinhamento às melhores práticas internacionais”.

A dimensão Excelência possui quatro temas que agrupam as principais frentes de atuação na modernização da gestão de pessoas, da carreira dos servidores e da gestão administrativa.

O primeiro tema é o Valor ao Servidor, que contém as principais frentes de atuação para implementar iniciativas visando a modernização da carreira de especialista do BC. Esse tema inclui ações como programas de desenvolvimento profissional, políticas de remuneração, assim como benefícios que facilitem o equilíbrio entre vida pessoal e trabalho.

O segundo tema é o Fortalecimento Institucional, que congrega ações que visam aperfeiçoar a capacidade do BC no tratamento de assuntos administrativos e na resolução de questões de gestão de pessoas que necessitam de uma atenção maior.

O terceiro tema é a Gestão de Riscos, que busca promover maior aderência da gestão de riscos das exposições do balanço patrimonial do BC a melhores práticas observadas em bancos centrais considerados como autônomos.

O quarto tema é o Aprimoramento da Supervisão Prudencial do BC, visando fortalecer o SFN.

a) Datathon

A grande novidade da 2ª edição da Semana do Conhecimento foi o Datathon 2025, uma maratona de análise de dados que mobilizou equipes internas na busca por soluções inovadoras. O desafio reuniu sete equipes, compostas por servidores de quatorze diferentes departamentos, com a missão de desenvolver indicadores para medir e monitorar a eficiência do sistema financeiro sob a ótica da Cidadania Financeira. Durante os três dias da competição, os participantes colaboraram intensamente para propor soluções inovadoras para problemas concretos enfrentados pelo BC.

b) Programa de Mentoria

Em 2025, por meio da Escola de Liderança, o BC deu um passo inovador ao implementar o Programa de Mentoria, iniciativa estratégica voltada para impulsionar o desenvolvimento das competências gerenciais previstas no PGD e para o desenvolvimento dos novos gestores.

A turma piloto do Programa de Mentoria foi iniciada com dezessete duplas, formadas por gestores estratégicos (chefes de unidade e adjuntos) como mentores, e gestores operacionais (coordenadores) como mentorados, criando um espaço rico de troca de experiências e aprendizagem.

Para garantir a excelência, uma empresa especializada foi a responsável pela implementação do piloto. O destaque foi para o engajamento dos participantes, com mentores assumindo o protagonismo do seu próprio desenvolvimento para aprimorar as competências desejadas. A avaliação geral da turma piloto ocorrerá ao final do ciclo, permitindo expandir essa iniciativa para outros coordenadores e gestores de nível tático, fortalecendo ainda mais a cultura de liderança no BC.

c) Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e a Todas as Formas de Discriminação

A **Resolução BCB 511, de 8 de outubro de 2025**, instituiu a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e a Todas as Formas de Discriminação (PEAD-BCB), que tem como objetivo estabelecer diretrizes, princípios, eixos de atuação, procedimentos e responsabilidades no tocante à prevenção do assédio e da discriminação, ao acolhimento e acompanhamento das pessoas afetadas, à produção e sistematização de dados e informações, bem como à apuração das denúncias e à responsabilização dos que incorrerem em infração.

A Resolução também prevê a constituição do Comitê de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação (CEAD-BCB), órgão colegiado responsável por buscar efetivar o plano de ações da PEAD-BCB, bem como acompanhar e monitorar seu cumprimento.

A instituição da PEAD-BCB requereu a articulação permanente com diferentes componentes organizacionais e órgãos colegiados, de forma a garantir a integralidade e a transversalidade da política em seus quatro eixos – prevenção, acolhimento, apuração de denúncias, dados e informações.

Como parte das determinações da PEAD-BCB, em novembro de 2025, foram designados os membros do CEAD e foi constituída a Comissão de Apoio ao Acolhimento e ao Acompanhamento em Situações de Conflito, Assédio e Discriminação (CAAD).

Vale notar que a implementação da PEAD-BCB busca cumprir as determinações de leis e normativas, em especial:

- » Lei 14.457/2022 – Dispõe sobre medidas para prevenção e combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no trabalho em empresas;
- » Lei 14.540/2023 – Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e aos demais crimes contra a dignidade sexual na administração pública federal;
- » Decreto 12.122/2024 – Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (PFPEAD) na administração pública federal;

- » Portaria MGI 1.679/2024 – Institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (PFEAD);
- » Portaria Conjunta MGI/CGU 79/2024 – Cria o Comitê Gestor do PFPEAD e a Semana de Mobilização para Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação;
- » Acórdão 456/2022-TCU-Plenário – Relatório sobre sistemas de prevenção e combate ao assédio moral e sexual; boas práticas e critérios para auditoria.

d) Rotulação de Documentos Digitais e E-mails

Em 2025, o BC avançou de forma decisiva no fortalecimento da governança da informação com a aprovação da **Resolução BCB 532, de 11 de dezembro de 2025**. A norma institui o processo de rotulação de documentos digitais e de *e-mails* no âmbito da Instituição, alinhado à Política de Segurança da Informação (**Resolução BCB 287, de 24 de janeiro de 2023**).

A Resolução define princípios, responsabilidades e procedimentos para atribuição de rótulos – interno, público ou restrito – aos objetos informacionais produzidos ou custodiados pela Autarquia. Esse mecanismo assegura níveis adequados de proteção, reforçando a transparência, quando cabível, e a preservação do sigilo, quando exigido por lei.

e) Diversidade

O BC criou um grupo de trabalho interdepartamental (GTI) com o objetivo de elaborar uma política institucional e um plano de ação voltados à promoção da diversidade, equidade e inclusão. A iniciativa complementa os esforços do Programa de Diversidade e Inclusão (PDI) e amplia a discussão com a participação de diferentes áreas, especialistas e representantes de grupos de afinidade.

O grupo teve caráter propositivo e consultivo, resultando na elaboração de um relatório sobre o tema, que incluiu três entregas principais: proposta de política institucional de diversidade, equidade e inclusão; plano de ação com metas, prazos e mecanismos de monitoramento; e proposta de estrutura de governança para garantir a continuidade das iniciativas.

A criação do GTI Diversidade representou um marco no compromisso institucional do BC com uma cultura organizacional mais justa, inclusiva e alinhada às práticas internacionais de diversidade, equidade e inclusão. Esse avanço resultou na aprovação da **Política de Diversidade, Equidade e Inclusão (PDIBC)** e na criação de um subcomitê responsável por acompanhar sua implementação e assegurar a perenidade da agenda no BC.

4.1 PROJETOS E PROGRAMAS CORPORATIVOS

Os programas e os projetos corporativos são instrumentos fundamentais para transformar as diretrizes estratégicas do BC em realidade. Por meio dessas iniciativas, o BC promove inovações e aprimoramentos contínuos nos serviços prestados à sociedade, sempre em busca da excelência e dos benefícios concretos para todos os brasileiros.

No início de 2025, havia 28 projetos em andamento no portfólio corporativo. Durante o primeiro trimestre, foram aprovados mais sete projetos, reforçando o compromisso do BC com a inovação e com a entrega de valor para o país.

Muitas ações da Agenda BC#, apresentadas nas seções anteriores deste relatório, são viabilizadas por meio de projetos corporativos. Isso demonstra o papel central que a gestão de projetos desempenha na implementação de mudanças significativas para a Instituição e para a sociedade.

O Escritório de Projetos atua no planejamento, acompanhamento e controle dessas iniciativas, garantindo que estejam alinhadas aos objetivos estratégicos do BC. Essa governança estruturada permite maximizar resultados, gerenciar riscos de forma eficaz e assegurar que cada projeto entregue o benefício esperado. [Saiba mais.](#)

4.2 INCREMENTO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E POSTO DE CONTROLE

Em 2025, o BC avançou na modernização digital de seus processos, com foco na mitigação de riscos financeiros e reputacionais decorrentes do vazamento de informações sensíveis. Nesse contexto, entrou em operação o Posto de Controle (PCBC), que eleva o padrão de proteção e tratamento de informações classificadas, e foi lançado um novo portal para envio seguro e rastreável de documentos aos órgãos que compõem colegiados de alto nível secretariados pelo BC.

Essas iniciativas reforçam o compromisso do BC com a integridade e segurança das informações, consolidando a Instituição como referência em inovação na Administração Pública.

4.3 CELEBRAÇÃO DOS 60 ANOS DO BC

A celebração dos 60 anos do BC contou com ações integradas ao longo de 2025 com o objetivo de realizar um resgate histórico e engajar públicos interno e externo. Uma programação visual comemorativa foi empregada em eventos, em peças de comunicação e numa coleção de brindes, incluindo um logotipo de 60 anos escolhido por votação interna. O logo estampou uma moeda comemorativa de R\$1, de circulação normal, além de um selo

dos Correios. No mês de abril, o BC promoveu um grande evento de celebração reunindo ex-presidentes e autoridades do governo. Foram criadas séries históricas para as redes sociais, com destaque para as Conversas Presidenciais, e o Almanaque BC 60 anos, com fatos importantes da trajetória da Instituição.

Na série de vídeos Conversas Presidenciais, o presidente do BC entrevistou dez ex-presidentes da Casa abordando a experiência deles à frente do BC e os desafios atuais. A série foi disponibilizada no YouTube e ganhou ampla repercussão em grandes veículos de imprensa, que a classificaram como um rico registro da história do Brasil, destacando Galípolo como um entrevistador capaz e como grande beneficiado dos encontros, tanto pela aproximação com os ex-presidentes, como pela riqueza das conversas. Foram entrevistados Wadico Bucchi, Gustavo Loyola, Pedro Malan, Pérsio Arida, Gustavo Franco, Armínio Fraga, Henrique Meirelles, Alexandre Tombini, Ilan Goldfajn e Roberto Campos Neto.

A exposição virtual “Banco Central, 60 anos – História, cultura e arte” na plataforma Google Arts & Culture, desenvolvida pelo Museu de Valores do BC, reuniu uma coleção simbólica que dialoga com a trajetória institucional e monetária da Instituição ao longo de seis décadas. O público pode explorar peças fundamentais, como as primeiras moedas emitidas pelo BC em 1965 – nas denominações de 10, 20

e 50 cruzeiros –, bem como a nota de 10.000 cruzeiros de 1966, a primeira a ostentar o nome “Banco Central” em seu *design*. O percurso expositivo contempla ainda os principais marcos da trajetória do Museu de Valores: sua inauguração em 1972, no Rio de Janeiro; a transferência e reinauguração em Brasília, em 1981; a criação da Galeria de Arte em 1989; e o fechamento temporário para reforma e atualização museográfica. A exposição exalta a missão do BC como guardião da história monetária, combinando numismática, arte e memória para reforçar a identidade cultural brasileira e promover a cidadania financeira.

4.4 PREMIAÇÕES RECEBIDAS EM 2025

OBC recebeu reconhecimento da publicação *Global Finance* por sua aplicação Axis, considerada uma das principais inovações em finanças na América Latina em 2025. O Axis utiliza inteligência artificial, mais especificamente a técnica de *Large Language Model* (LLM), para analisar os pareceres de auditorias independentes das demonstrações financeiras das entidades supervisionadas pelo BC. Ele processa os documentos não estruturados e extrai doze informações regulatórias relevantes, entre as quais se destacam a categoria de opinião do auditor e a existência de parágrafo de ênfase.

Com uma acurácia de 98%, são analisadas em torno de 1.400 demonstrações em aproximadamente duas horas, permitindo uma supervisão abrangente e liberando recur-

sos para atuação em atividades diretas de supervisão. O projeto reforça o compromisso do BC com inovação e supervisão eficaz, fortalecendo a estabilidade e resiliência do sistema financeiro.

A aplicação Axis também recebeu o segundo lugar no *Gartner Eye on Innovation Awards 2025*, na categoria soluções inovadoras em governo para as Américas. O prêmio reconheceu o uso pioneiro de inteligência artificial generativa no processo de supervisão financeira.

Em 2025, a Corregedoria-Geral do BC (Coger) foi classificada na categoria 1 do *ranking* de corregedorias do Poder Executivo Federal, medido pelo Índice de Desempenho e Execução da Atividade Correcional (Idecor). O índice foi criado em outubro de 2024 e reúne indicadores que avaliam o nível de maturidade das corregedorias, como a previsão formal de unidade de correição, o grau de formalização das competências e o nível de transparência das informações sobre a atuação da Unidade. O índice também mede o desempenho na apuração de irregularidades cometidas por agentes públicos, levando em conta o tempo médio de investigações e processos concluídos nos últimos cinco anos, além da efetividade das decisões. No total, 173 unidades foram avaliadas e receberam classificações de 1 a 5, conforme o nível de aderência aos requisitos de gestão e de desempenho correcional, sendo que apenas sete foram posicionadas na categoria 1.

Global Finance – inovações em finanças

2º lugar no *Gartner Eye on Innovation Awards* – soluções inovadoras em governo para as Américas

Coger classificada na Categoria 1 do *ranking* de corregedorias do Poder Executivo Federal

Premiações
2025



BANCO CENTRAL DO BRASIL

